

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação de Mestrado

**AS MARIAS QUE TECEM OS AMANHÃS: FIANDO A EXISTÊNCIA E
TRAMANDO A RESISTÊNCIA NA FÁBRICA RHEINGANTZ (Rio Grande,
1920 a 1968)**

Caroline Duarte Matoso

Pelotas, 2019

Caroline Duarte Matoso

AS MARIAS QUE TECEM OS AMANHÃS:
fiando a existência e tramando a resistência na fábrica Rheingantz (Rio
Grande, 1920 a 1968)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
História da Universidade Federal de
Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do Título de Mestra em
História.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza

Pelotas, 2019
Caroline Duarte Matoso

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de
Bibliotecas Catalogação na Publicação

M425m Matoso, Caroline Duarte

As Marias que tecem os amanhãs : fiando
existência e tramando a resistência na fábrica
Rheingantz (Rio Grande, 1920 a 1968) / Caroline
Duarte Matoso ; Clarice Gontarski Speranza,
orientadora. — Pelotas, 2019.

143 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-
Graduação Profissional em Administração Pública em
Rede Nacional, Faculdade de Administração e de
Turismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Trabalhadoras. 2. Fábrica Rheingantz. 3. Mundos
do trabalho. 4. Relações de gênero. I. Speranza, Clarice
Gontarski, orient. II. Título.

CDD : 351

Elaborada por Maria Inez Figueiredo Figs Machado CRB: 10/1612

As Marias que tecem os amanhãs:

Fiando a existência e tramando a resistência na fábrica Rheingantz (Rio Grande, 1920 a 1968)

Dissertação submetida, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 31 de Maio de 2019

Banca examinadora:

.....
Prof^a. Dra^a. Alessandra Gasparotto
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof^a. Dra^a. Clarice Gontarski Speranza (Orientadora)
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof^a. Dra^a. Isabel Aparecida Bilhão
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof^a. Dra^a. Lorena Almeida Gill
Doutora em História pela Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

À minha mãe e ao meu pai pelo incentivo moral e financeiro dado para que hoje eu pudesse estar obtendo o título de Mestre em História. Vocês foram importantes em diferentes momentos da minha vida, e nesse não foi diferente.

Às companheiras e aos companheiros do coletivo Alicerce por todas as discussões e lutas que travamos juntos. Ao Alicerce Mulheres de Pelotas por todos os textos sobre gênero lidos e os debates que estes suscitaram. Um agradecimento especial à Indira, Isabela, Daniela, Paola, Franciélis, Rafaella, Flávia, Betina, Beatriz, Tanise, Joana, ao Maurício, Matheus, Lucas, Breno, Alexandre, Cássio, Chico, Chistian, Mateus, Gustavo e Jordão.

À Luana Ledderman e à Bárbara de La Rosa pelos cafés, pelas madrugadas que viramos estudando e pelas discussões sobre História Social e Teoria da História que realizamos. Entrar à Pós-Graduação representou para mim uma ruptura ao ritmo e à dinâmica que estava acostumada no período em que cursei Licenciatura em História. Muitas das minhas colegas e amigas haviam voltado às suas cidades natais ou ido cursar Mestrado em História em outras universidades, e vocês contribuíram para deixar mais coletivo os estudos, em um ambiente que muitas vezes é marcado pela individualidade e competitividade.

Às minhas amigas e ao meu amigo que mesmo residindo em diferentes municípios do RS seguiram presentes, trocando experiências da vida acadêmica dos nossos respectivos Programas de Pós-Graduação, nos dando suporte reciprocamente: Nadine Mello, Tairane Ribeiro, Sulena Cerbaro e Gabriel Ribeiro. À Nicole Angélica, Carol Atencio e Adrieli Paula Frana que também foram essenciais nessa etapa.

À minha orientadora Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza por todas as leituras e revisões atentas nos meus trabalhos. Por toda a aprendizagem sobre História Social e Mundos do Trabalho que obtive contigo. Poder contar com uma orientadora acessível, que possui um largo conhecimento na área de pesquisa que eu escolhi seguir, foi de suma importância à construção desse trabalho. Obrigada pelos comentários sinceros e duros quando precisavam ser feitos e, também, pelos elogios e mensagens de carinho.

À Profa. Dra. Alessandra Gasparotto. Sana, obrigada por ser essa profissional incrível, comprometida com a sua profissão e com seus projetos de ensino-extensão. Agradeço por todo o incentivo dado, especialmente nesse início de 2019, no qual o futuro parecia e parece tão incerto e a conjuntura nacional mina as expectativas de vida da juventude.

Aos bolsistas do CDH. O processo de construção da presente pesquisa não se apresentou sem dificuldades. Como o acervo da fábrica Rheingantz ainda se encontra em processo de higienização, muita documentação não esteve disponível à pesquisa durante esse trajeto. Assim, a disposição e ajuda das (o) bolsistas do núcleo foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho: Gabriela Costa, Iryna Correa e Miguel Castro, que me avisavam a cada conclusão de higienização e catalogação de materiais do acervo e, muitas vezes, fizeram fotocópias do material e me enviaram via e-mail.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo a pesquisa advindo com a bolsa que obtive durante o mestrado. Em um período em que o Governo Nacional realiza cortes orçamentários à educação, se faz mais que necessário reverenciarmos os programas destinados a produção científica e a importância destes para o avanço do país. Agradeço aqui, também, a educação pública, assim como a luta da classe trabalhadora à sua construção e manutenção.

Resumo

MATOSO, Caroline Duarte. AS MARIAS QUE TECEM OS AMANHÃS: fiando a existência e tramando a resistência na fábrica Rheingantz (Rio Grande, 1920-1968). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

O problema de pesquisa se fundamenta na análise de como as desigualdades de gênero se estruturaram na fábrica Rheingantz e se consolidaram nas memórias de trabalhadoras (es) e empresários da empresa. Para isso, O recorte temporal compreende diferentes momentos conjunturais brasileiro e local, de 1920 a 1968, com a finalidade de observarmos como as mudanças sociais e econômicas impactaram as experiências das mulheres no mundo do trabalho. A exploração híbrida com fontes documentais e orais possibilitaram um olhar mais aprofundado sobre o passado das operárias, tendo sido examinados: entrevistas orais com funcionárias (os) e empresários, assim como documentos do setor administrativo da indústria Rheingantz. Além disso, para visualizarmos como as desigualdades de gênero se expressaram no movimento operário, foram estudados jornais operários e comerciais (A luta, O tempo e Nosso Verbo) e o acervo da Sociedade União Fabril. Nesse sentido, discuti como os discursos que justificam a divisão sexual do trabalho foram apropriados e ressignificados pelas (os) sujeitos que compunham a mão de obra e a direção da empresa, assim como as formas que o operariado atuou em sua agência contrária as formas de dominação.

Palavras-chave: trabalhadoras, Fábrica Rheingantz, mundos do trabalho e relações de gênero.

Abstract

MATOSO, CAROLINE DUARTE. The Marias that weave the tomorrows: spinning the existence and plotting the resistance at the factory Rheingantz (Rio Grande, 1920 to 1968). Dissertation (Master Degree in History) – Programa de PósGraduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2019.

The research problem is based on the analysis of how the gender inequalities were structured in the Rheingantz factory and consolidated in the memories of women workers (and men workers) and entrepreneurs of the company. Therefore, the time frame comprises different Brazilian and local conjuncture moments from 1920 to 1968, in order to observe how social and economic changes impacted the experiences of women in the world of work. The hybrid exploration with documentary and oral sources provided a more in-depth look at the background of the women workers, with oral interviews with women (and men) employees and entrepreneurs as well as documents from the Rheingantz industry administrative sector. In addition, for us visualize how gender inequalities were expressed in the labor movement, it was studied commercial and working-class newspapers (such as A Luta, O tempo and Nosso Verbo) and the archive of Sociedade União Fabril. In this sense, I discussed how the discourses justifying the sexual division of labor were appropriated and re-signified by the subjects who composed the workforce and the direction of the company, as well as the forms that the working class acted in his/her contrary position to the forms of domination.

Key-words: Workers; factory Rheingantz; Work Worlds; Gender relations

ACERVOS CONSULTADOS:

Acervo Sociedade União Operária (Centro de documentação histórica – FURG) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

Acervo Fábrica Rheingantz (Centro de documentação histórica – FURG) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

Acervo Iconográfico (Centro de documentação histórica - FURG) – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

ABREVIATURAS E SIGLAS:

- SUO – Sociedade União Operária
- CDH – Centro de Documentação Histórica
- FURG – Universidade Federal de Rio Grande
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

SUMÁRIO

introdução.....	1
CAPÍTULO 1: As desigualdades de gênero no universo fabril Rheingantz	11
1.2 as marias que tecem os amanhãs na fábrica rheingantz (rio grande, 1920 a 1968)	11
1.3 Sobre as entrevistas e a memória	13
1.4 Industrialização Do Município De Rio Grande (RS).....	17
1.6 Processos produtivos na fábrica Rheingantz, relações de trabalho e divisão sexual do trabalho	37
CAPÍTULO 2: FEMINILIDADE NO AMBIENTE FABRIL: REPRESSÃO AOS CORPOS E COMPORTAMENTOS E A RESISTÊNCIA COTIDIANA FEMININA	46
2.1 Considerações Iniciais.....	46
2.2. Um Breve Comentário Sobre A Documentação Da Fábrica Rheingantz E O Processo De Higienização.....	48
2.3. Fábrica Rheingantz: Disciplinando Corpos E Comportamentos E A Agência Feminina.....	50
2.4 Políticas Sociais Voltadas À Reprodução Do Operariado	64
2.5 A Vila Operária Rheingantz E Os Benefícios Concedidos Pela Empresa	73
CAPÍTULO 3: SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA E A AGÊNCIA FEMININA NA LUTA SINDICAL	83
3.1 Apontamentos Iniciais	84
3.2 A SUO e as operárias de Rio Grande.....	85
3.3 A Conjuntura De 1920 E A SUO	90
3.5 Educação Operária: A Escola Fornecida Pela Suo E Os Conflitos Entre A Entidade E As Trabalhadoras	98
3.6 O Sindicalismo A Partir De 1930 E A Suo	104
3.7 SUO, Movimento Operário E As Mulheres	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

A população brasileira, majoritariamente, é composta por mulheres. Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – referente ao ano de 2017, apontam que 51.6 % da população do país era composta pelo sexo feminino, enquanto os homens somavam 48,4%. Isso implica também que a violência de gênero está presente no cotidiano da maior parte dos habitantes do país. A partir dos dados disponibilizados pelo 12º Anuário Brasileira de Segurança Pública (ABSP), referente ao ano de 2017, foram registrados 4.539 casos de homicídio de mulheres, destes 1.133 eram feminicídios¹. Na mesma pesquisa desenvolvida pelo ABSB, contabiliza-se 221.238 boletins de ocorrência enquadrados na Lei Maria da Penha² e 60.018 casos de estupros. Isso significa dizer que ocorreram 3 feminicídios, 164 estupros e 606 casos de violência doméstica por dia no Brasil em 2017.

As desigualdades de gênero se estendem na esfera do mundo do trabalho. Historicamente as mulheres ocupam os empregos mais precários, à margem das leis trabalhistas e previdenciários: em trabalhos sem carteira assinada ou terceirizados. Em uma outra pesquisa realizada pelo IBGE, constatou-se que a taxa de desocupação feminina era de 13,5%, enquanto a masculina somava 10,1%, em 2018. Do número total de ocupadas, 47% não possuía carteira assinada, dificultando o acesso aos direitos previdenciários e aos direitos trabalhistas.

Percebe-se que a entrada da mulher no mercado de trabalho e na vida pública não excluiu as desigualdades de gênero, indo na contramão do pensamento recorrente à concepção feminista liberal da [...] “falsa e vulgar ideia de que as mulheres já atingiram um patamar de igualdade social com os homens, se adquiriram independência, já ocupam grande parte do mercado de trabalho, enfim, já temos uma nova mulher (CISNE, 2015, p. 93). Assim como

¹ Lei n.º 13.104/2015: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acessado em 14/07/2019.

² Lei n.º 13.827/2019: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Acessado em 14/07/2019.

Davis (2016) relata, a luta das feministas brancas de classe média/alta pela sua libertação da esfera doméstica e entrada no mundo da ciência, das artes e outras profissões privilegiadas na sociedade não era a realidade da maior parte das mulheres: negras e brancas empobrecidas. Não proporcionando de fato a emancipação feminina, o trabalho fora “do lar” sobrecarregou as mulheres em mais uma jornada laboral. Fazendo contraponto com o famoso livro da Betty Friedan, *A mística feminista*, publicado em 1963, conhecido por ter aberto o caminho ao pensamento feminista contemporâneo, Bell Hooks comenta:

Friedan conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada (2015, p 194).

Assim, a absorção da mão de obra feminina nas fábricas e em diferentes setores conhecidos da vida produtiva foi acompanhada da continuidade da violência contra as mulheres. Estando setores profissionais fechados às trabalhadoras, estas ocuparam cargos menos especializados e, conseqüentemente, menos remunerados. Em outra pesquisa realizada pelo IBGE, em 2016, averiguou-se que mesmo com o aumento significativo, em relação ao masculino, do nível de escolaridade feminina nos últimos anos, as desigualdades de gênero se intensificam em cargos de maior especialidade.

Assim como Hirata (2016) discorre, ofícios como de cuidado e domiciliares são compreendidos e construídos socialmente como naturalmente femininos, uma extensão da natureza biológica da mulher: maternal, sensível e intuitiva. A invisibilidade que estes empregos ocupam na sociedade proporciona que a força de trabalho seja reproduzida sem custos para o capital, sobrecarregando as mulheres em triplas/quádruplas jornadas de trabalho. Cisne (2016) aponta que: “[...] pode-se perceber que há uma relação direta entre o trabalho doméstico e o salário mínimo, já que esse é calcado, fundamentalmente, com base nos custos necessários à reprodução da força de trabalho.” (p. 124). Logo, as desigualdades de gênero servem duplamente para

o sistema econômico vigente: maior intensificação na extração da mais-valia, a partir da situação precária que se encontram as mulheres no trabalho produtivo; e da invisibilidade e não remuneração do trabalho de cuidado e domiciliar, que possibilita ao capital a reprodução sem custo da força de trabalho.

Em 2018, a partir de dados disponibilizados pelo IBGE/PNAD, 90,3% das mulheres maiores de 14 anos realizavam afazeres domésticos e/ou de cuidado, enquanto os homens somavam 80,4%. A discrepância de gênero se torna ainda maior se levarmos em conta o tempo semanal que cada gênero destina a essas atividades: 21,3 horas as mulheres e 10,9 horas os homens. Como comenta Biroli, a divisão sexual do trabalho doméstico incide nas possibilidades do sexo feminino em participar do mundo político, visto que há uma alocação desigual de recursos fundamentais para essa participação, estando entre eles tempo e a renda (2016, p. 23).

As desigualdades de gênero no mundo do trabalho são históricas. Pesquisadoras têm se proposto a debater o assunto analisando-o em diferentes contextos e períodos cronológicos, avançando na exploração desse fenômeno e arquitetando uma nova forma metodológica e teórica de estudar o passado (SOUZA-LOBO, 1991). No Brasil, Heleieth Saffioti foi pioneira na inclusão do tema em pesquisas acadêmicas, em sua obra *A mulher na sociedade de classes*, de 1969. Após 22 anos, em 1991, Elisabeth Souza-Lobo publica a obra *A classe operária têm dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, afirmando que não há classe sem gênero.

Nas últimas décadas a classe trabalhadora vem sofrendo uma série de retrocessos em seus direitos assegurados anteriormente. A Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017), a Lei da Terceirização (Lei n.º 13.429/2017) e a Reforma da Previdência (PEC 6/2019) modificam estruturalmente as relações laborais no Brasil. Como destaca Teixeira (2017), os discursos sobre a importância de mudanças das leis que regulam o trabalho estão presentes desde 1990 entre os setores empresariais, ganhando maior força após a crise internacional do capital iniciada em 2008. Assim, os discursos produzidos pelos setores empresariais e pelos parlamentares que defendem as reformas é de que a Constituição Federal de 1988 e a CLT de 1943 asseguram excessivos direitos, impedindo a iniciativa privada de fazer os investimentos necessários à

retomada dos níveis de atividade econômica e emprego (TEIXEIRA, 2017, p. 238).

Alterando as jornadas de trabalho, formas de contratação, formas de remuneração, condições de trabalho e enfraquecendo a Justiça do Trabalho e os sindicatos e os direitos previdenciários, tais reformas possuem maior impacto na vida das trabalhadoras. Segundo o IBGE/PNAD, referente ao o segundo semestre de 2018, havia no Brasil 13 milhões de desempregados. Entre a população empregada os homens representam 63,6%, enquanto as mulheres representam 44,8%. Teixeira (2017) ressalta que como as mulheres compõem o setor que mais se encontra no desemprego, estas virão as novas formas empregatícias como alternativa. É importante frisarmos que essas novas formas de contratação flexibilizam as relações trabalhistas, influenciando em sua remuneração, rotatividade de trabalho, condições de laborais e proteção social.

Como resposta a essa conjuntura, as mulheres vêm nos últimos anos organizando protestos e mobilizações contra as modificações estruturais no mundo do trabalho. No 8 de março de 2018 as pautas pela revogação da Reforma Trabalhista, Lei da Terceirização e contra a Reforma da Previdência estiveram no calendário de luta das mulheres. Estas utilizaram essa data histórica para alertar a população sobre as consequências que tais reformas terão na vida da classe trabalhadora, em especial da mulher.

A conjuntura atual demonstra a importância de darmos centralidade às contradições entre capital e trabalho nas pesquisas acerca das mulheres, na tentativa de fazermos uma história do maior grupo que compõe os sujeitos femininos: as trabalhadoras. E, assim, das experiências desses sujeitos na sociedade, buscando articular a história das mulheres, que surgiu no bojo do movimento feminista (TILLY, 1994), às suas demandas. Afinal, não existe projeto coletivo sem a análise histórica dos problemas. E é em busca desse almejo que desenvolvi a presente pesquisa.

Em 2016, lendo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), me deparei com o relato do assassinato de Angelina Gonçalves, uma tecelã da fábrica têxtil Rheingantz, localizada no município de Rio Grande (RS). Tal notícia despertou meu interesse, visto se tratar de uma operária morta pela força repressiva do Estado em uma cidade vizinha a qual eu resido. Angelina

teria sido baleada durante uma manifestação em comemoração ao dia do trabalhador, no 1º de Maio de 1950, juntamente com o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e o ferroviário Osvaldino Correa, que passava pelo local no momento do tiroteio (SEGUNDO, 2012).

No mesmo ano, em uma saída de campo realizada com coordenadores e bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), visitamos a fábrica e a vila operária Rheingantz, que desde 2012 são patrimônios históricos tombados pelo IPHAE. Percorrendo as ruínas do que um dia foi uma das principais empresas têxteis do Estado e ouvindo a história desta pelo coordenador do PIBID na época, Prof. Dr. Edgar Gandra, despertou-me novamente o interesse de saber mais sobre a fábrica e suas operárias. Assim, em 2016 iniciei a minha pesquisa sobre as relações de gênero na indústria Rheingantz.

A Fábrica Rheingantz foi a primeira empresa têxtil do Estado do Rio Grande do Sul, instalando-se no município de Rio Grande em 1873, intitulando-se Fábrica Nacional de Tecidos Panos de Rheingantz e Vater (PAULITSCH, 2008). Em 1907 a empresa estava entre as 100 maiores indústrias do país (BRITTO, 2011), representando sua importância para o processo de industrialização iniciado no Brasil na segunda metade do século XIX. E, conforme a literatura aponta, a empresa contava com um expressivo número de trabalhadoras (FERREIRA, 2013), ficando esse fenômeno consolidado na memória das (os) operárias (os).

A cidade de Rio Grande foi palco de intensas lutas operárias, ficando conhecida como “a cidade vermelha” (SEGUNDO, 2012). A primeira greve realizada no município foi orquestrada por trabalhadoras (es) da fábrica Rheingantz, indicando seu pioneirismo não só no processo industrial, mas também de sua mão de obra na luta por melhores condições de trabalho. Conforme Loner escreveu sobre a greve, “o movimento na Rheingantz parou totalmente a fábrica, incluindo mulheres e crianças, durante uma semana” (2001, p. 303).

O empresário da fábrica Rheingantz, Carlos Guilherme Rheingantz, de origem alemã, procurava empregar como mão de obra especializada

estrangeiros europeus, de preferência alemães. E, em 1884, é construído a sua vila operária, onde iriam habitar trabalhadoras (es) de diferentes gêneros, nacionalidades, idades, compartilhando experiências laborais e redefinindo seus hábitos e culturas. Tornando, assim, mais próximas as relações entre trabalho e vida cotidiana.

Além das instalações fabris, a Rheingantz disponibilizava para seus funcionários casas para moradia, creche para seus filhos, salão de festas, biblioteca, corpo de bombeiros e um clube cultural, formando assim uma vila operária localizada na atual Avenida Rheingantz da cidade de Rio Grande. A organização da vila operária foi planejada visando a disciplina do trabalho. Para residir nas casas operárias, era necessário pagar aluguel. A fábrica funcionava em período integral e os trabalhadores eram divididos em turmas por período, fechando somente aos domingos. O apito da sirene avisava os moradores da vila operária das trocas de turno, o que nos lembra Thompson (1998, p.269): “a sociedade industrial madura acarretou a mudança de hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente”.

Era fornecida aos empregados assistência social através da sociedade de mutualidade, que disponibilizava para seus trabalhadores assistência médica e funerária. Os médicos eram trabalhadores da firma e o valor da consulta dos operários era descontada dos seus salários no final do mês. O fundo de ajuda Carlos G. Rheingantz cedia auxílio financeiro em casos de viuvez feminina, amparo aos filhos menores de idade em casos de perda do pai, auxílio invalidez e auxílio para o casamento das operárias (MATOSO, 2017).

Com a finalidade de explorar sobre de que forma ocorreu a inclusão da mão de obra na empresa, comecei a minha pesquisa que deu origem ao meu Trabalho de Conclusão de Curso, ainda em 2016. Nele analisei entrevistas orais realizadas com trabalhadoras (es) da fábrica Rhengantz, na tentativa de averiguar a partir da subjetividade das (os) depoentes como estes lembravam o passado vivido na empresa e se o gênero esteve presente no processo de

fazer-se classe. Pois, como bem pontuado por Souza-Lobo (1991), “a classe operária tem dois sexos”.

Durante o processo do desenvolvimento da minha pesquisa em 2016, soube da informação de que haviam sido doados ao Centro de Documentação Histórica (CDH) da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) o acervo da Fábrica Rheingantz. Essa documentação se encontrava e ainda se encontra em fase de higienização e catalogação e apresentava-se como um potencial de fontes para futuras pesquisas. Assim, ingressei no Mestrado Acadêmico de História da Universidade Federal de Pelotas com o desejo de aprofundar a exploração das relações de gênero no mundo do trabalho Rheingantz.

Saffioti (2005) aponta que o gênero faz parte de um conjunto de normas e valores que categorizam homens e mulheres desde o seu nascimento, atribuindo-os papéis sociais. Essa categorização, longe de ser natural, é algo construído socialmente e que irão moldar as relações entre homens/mulheres, mulheres/mulheres e homens/homens. Simone de Beauvoir, em sua famosa frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, já denunciava o caráter mutável e construção social que a sociedade atribui a algo biológico, que é ser mulher.

A feminilidade da mulher, em contraposição à masculinidade do homem, projeta a mulher para o lar, para a reprodução e fragilidade. Porém, por mais que a representação da mulher seja frágil e destinada lar, o sujeito feminino sempre trabalhou. Saffioti comenta que desde a pré-história as mulheres trabalhavam, sendo destinadas a elas as atividades de coleta. Borelli e Mattos, ao definirem a palavra trabalho no *Dicionário Crítico de Gênero* (2015, p. 640), apontam que “[...] basta olhar com atenção para o passado para recuperar que as mulheres sempre trabalharam, mesmo que, em várias situações, seu labor não fosse tão evidente e confundia-se com os ofícios coletivos e familiares”.

Pena discute que a mulher leva para o mundo do trabalho as determinações sociais de seu sexo, sendo essas determinações manifestadas em pré-conceitos. A própria divisão social do trabalho mantém forte influência com o sexo biológico. Segundo a autora: “a mulher que participa da divisão do trabalho, que é também a divisão social, transmite ao trabalho as determinações sociais que a afetam” (1981, p. 25).

Diferente da dominação de classe que o trabalhador homem sofre, a mulher trabalhadora enfrenta restrições e preconceitos devido ao seu sexo. Conforme Pena comenta: “as mulheres recebem salários mais baixos que os masculinos, aceitam postos mais baixos na hierarquia profissional, são menos qualificadas, participam menos intensamente do movimento de trabalhadores e sindicatos [...]” (1981, p. 27).

O conceito de classe, nesta pesquisa, é compreendido a partir da clássica definição de Thompson: “[...] acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens que os interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus” (1987, p 10). Entende-se que a classe não é uma estrutura, mas sim um processo ativo de experiências e condicionamentos, ocorrendo a partir das relações sociais. As experiências da classe estão expressas em seus sistemas de valores, sociais e culturais. A articulação de sua identidade se dá ao passo em que as (os) trabalhadoras (es) constituem um sistema de valores e culturais em comum entre si, quando estes se enxergam pertencentes a mesma classe.

Assim meu problema de pesquisa se fundamenta na exploração de como as desigualdades de gênero se estruturaram na Fábrica Rheingantz e como esse fenômeno está presente nas memórias das (os) trabalhadoras (es) e empresários. Em uma análise a partir da relação entre fontes orais e documentais, busco compreender como a categorização e representação social atribuídas ao sexo operam nas experiências de classe, produzindo hierarquias na mão de obra da empresa.

A escolha do recorte temporal, que compreende o período de 1920 a 1968, ocorre pelo fato de que nele poderemos analisar diferentes períodos conjunturais brasileiros, uma década antes da criação da legislação referente ao trabalho feminino (licença maternidade, proibição do trabalho noturno) ao ano de fechamento da empresa e da Sociedade União Operária, 1968.

Como indica Rago (1997), há poucos documentos em que as trabalhadoras escrevem a suas próprias histórias e na presente pesquisa não foi diferente. O acervo da fábrica Rheingantz é composto quase por sua

totalidade por materiais do setor administrativos da empresa. Assim, pude analisar a participação feminina nesse material a partir da visão dos empresários sobre as operárias. Diante desse acervo consegui percorrer quais cargos ocupacionais eram destinados às trabalhadoras, políticas de incentivo a reprodução, códigos de conduta e comportamento esperado da (o) operária (o).

A metodologia de história oral se mostrou imprescindível à pesquisa sobre as operárias, me possibilitando explorar como estas descrevem suas próprias vivências. A partir desta metodologia, procurarei explanar sobre as experiências no mundo fabril a partir da subjetividade e significados narrados pelas (os) trabalhadoras (es) da fábrica Rheingantz. Entende-se na presente pesquisa que a memória é: “[...] uma reconstrução continuamente atualizada do passado (CANDAU, 2011, p.9)”. Conforme Alberti (1990), a peculiaridade da história oral é que esta privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por aquelas (es) que a viveu. Além disso, visto que o gênero feminino esteve por muito tempo ausente dos setores públicos, há pouca documentação escrita por mulheres, sendo as entrevistas orais uma fonte que nos possibilita compreender como as mulheres representam a si próprias e o mundo do trabalho (RAGO, 1997).

Pollak (1992) aponta para a importância de inter cruzar fontes orais com fontes documentais, não para verificar a veracidade do testemunho oral, mas sim para compreender como a memória se estrutura a partir dos acontecimentos históricos.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, a partir de fontes documentais e orais, discuto a problemática da divisão sexual do trabalho na distribuição no processo produtivo têxtil, na indústria pesquisada. Do acervo do setor administrativo da empresa, analiso cadernos que revelam a disposição das (os) trabalhadoras (es) e a função ocupada pelas (os) mesmas (os). Ao mencionar o nome da (o) operária (o), podemos identificar uma segregação ocupacional a partir do gênero. Na análise a partir da relação entre fontes orais e documentais, estudo como esse fenômeno foi lembrado pelos empresários e por aqueles que vivem do seu trabalho.

No segundo capítulo, procuro abordar a questão da (in) disciplina na fábrica e na vila operária Rheingantz. Durante o processo de higienização da documentação do acervo do setor administrativa da empresa, foram encontrados nos cadernos contendo a relação das (os) trabalhadoras (es), multas que estes recebiam por não ter o comportamento esperado pelos industriais. Os motivos dessas multas me chamaram a atenção visto que demonstram que as mulheres não aceitaram passivamente a disciplina que o trabalho industrial demandava.

Durante a leitura das fontes, percebi que a fábrica concedia benefícios sociais com forte marcação de gênero, indicando que havia políticas de incentivo à reprodução na mesma. Assim, analiso a importância da reposição da mão de obra e do trabalho infantil, assim como do modelo de família que as entrevistas com trabalhadoras (es) indicam como predominante na indústria Rheingantz. Por fim, ainda no segundo capítulo, procuro discorrer sobre a vila operária e os benefícios sociais enquanto uma prática paternalista, visando fixar a mão de obra na empresa.

No último capítulo, faço um retrato da participação feminina na Sociedade União Operária (SUO), principal entidade representativa da classe de Rio Grande durante a Primeira República, que congregava de maneira federativa diversos sindicatos por categoria da região (LONER, 2001). Esse foi um processo bastante cansativo, visto a multiplicidade de fontes pesquisadas: jornais operários, comerciais, atas de assembleias, cadernos da tesouraria da entidade e as correspondências endereçadas à SUO. A documentação que retrata a participação feminina no movimento operário do município se mostrou escassa, e foi necessário costurar a análise da agência feminina no movimento operário a partir de um variado número de fontes.

Espero com a presente pesquisa contribuir à história das mulheres, à história social do trabalho, e à história das mulheres no mundo capitalista industrial. Entendo que ainda há muito o que se pesquisar sobre as operárias gaúchas e essa dissertação foi construída com a finalidade de preencher algumas lacunas deixadas por uma história escrita, muitas vezes, pela universalização das experiências masculinas no mundo (SAFFIOTI, 2005).

CAPÍTULO 1:

AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO UNIVERSO FABRIL RHEINGANTZ

Não estamos perdidos. Pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender. – Rosa Luxemburgo

1.2 AS MARIAS QUE TECEM OS AMANHÃS NA FÁBRICA RHEINGANTZ (RIO GRANDE, 1920 A 1968)

Em fins do século XIX e início do século XX, as mulheres e crianças compunham aproximadamente 70% da mão de obra fabril no Brasil (FRACCARO, 2016). A introdução de mão de obra feminina e infantil ainda no início da Revolução Industrial possibilitou que os industriais acentuassem a extração da mais-valia, ao pagar salários inferiores a esses setores, em relação a mão de obra masculina (SAFFIOTI, 2012). Esse fenômeno acarretou em transformações nas relações de gênero existentes, fazendo com que diferentes setores da sociedade debatessem o papel da mulher no meio social.

A imprensa comercial e operária, assim como o Estado, médicos e higienistas retratavam a inserção das mulheres em fábricas como algo anormal, algo que iria dissolver os laços familiares (RAGO, 2014). Sabe-se, através da literatura existente, que a experiência de classe das mulheres é permeada por desigualdade de gênero, sendo aspectos desta: a questão salarial, a rotatividade no emprego, os empecilhos para ocupar cargos de mais destaque e de prestígio social, por exemplo (SOUZA-LOBO, 1991; SAFFIOTTI, 2013; CISNE, 2015; DAVIS, 2016). Além disso, assédio moral e sexual não estão distantes do cotidiano da mão de obra feminina (PERROT, 2001; PERROT, 2017). A imagem que representava a mulher como integrada à esfera do lar criava obstáculos para a construção de uma identificação e de pertencimento ao mundo do trabalho (RAGO, 2014; DAVIS, 2016).

Tendo em perspectiva essas reflexões iniciais, o objetivo deste capítulo será analisar narrativas de trabalhadoras (es) da fábrica Rheingantz e de membros da família Rheingantz que exerceram cargos na diretoria da empresa, para compreender como os diferentes setores que compunham a fábrica rememoram e justificam a inserção das mulheres e as desigualdades de gênero no mundo do trabalho fabril. Além disso, analisarei a documentação do setor administrativo da empresa estudada, com a finalidade de explorar com mais profundidade o cotidiano das (os) trabalhadoras (es).

Para isso, iniciarei abordando as entrevistas analisadas, introduzindo aspectos que julgo relevantes para o entendimento das narrativas posteriormente, como: informações prévias sobre quem são os sujeitos entrevistados e acerca do projeto que produziu as narrativas. Além disso, apresentarei os critérios de seleção das entrevistas e a metodologia utilizada à exploração das mesmas.

Para melhor compreensão sobre a fábrica Rheingantz e sua importância no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, discutirei a industrialização do município de Rio Grande (RS), abordando algumas diferenças entre a industrialização da região sul e região norte do Estado. O recorte temporal da presente pesquisa compreende diferentes momentos da industrialização do país, 1920 a 1968. Nesse sentido, demonstrarei como as mudanças políticas e econômicas no Brasil e no mundo impactaram as indústrias da região, tendo influência direta no fim dos períodos áureos da empresa estudada, levando a sua falência em 1968.

Após a discussão sobre industrialização, discorrerei sobre o histórico da fábrica estudada, privilegiando a narrativa dos sujeitos que compunham a mão de obra da empresa e dos empresários para abordar a questão. Por fim, entrarei no objetivo principal desse capítulo, explorar como as desigualdades de gênero foram sentidas e ficaram estruturadas nas memórias das (os) trabalhadoras (es) e de integrantes da família Rheingantz.

Buscou-se analisar narrativas de trabalhadoras (es) que não necessariamente eram ativos no meio sindical, tentando compreender como as (os) funcionárias (os) ‘comuns’, que deixam pouco registros sobre suas trajetórias de vida, rememoram, para além do meio sindical, no cotidiano da fábrica Rheingantz, as desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Como já exposto anteriormente, o trabalho nas indústrias vai acarretar em mudanças nas relações de gênero existentes e alguns setores da sociedade: Estado, empresários, imprensa comercial, médicos e higienistas, usaram de instrumento argumentativo a biologia humana para justificar os diferentes papéis sociais destinados aos homens e às mulheres na sociedade. Mas as (os) trabalhadoras (es), como visualizaram esse fenômeno?

1.3 SOBRE AS ENTREVISTAS E A MEMÓRIA

As entrevistas que tecerão este capítulo integram um acervo constituído a partir de um projeto coordenado pela professora Maria Regina da Silva Freitas e alunas (os) do curso de História da Universidade Federal de Rio Grande (FURG), realizado durante as décadas de 1980 e 1990, com a finalidade de preservar a história da fábrica Rheingantz e das (os) habitantes

da cidade. O CDH possui um abundante número de entrevistas sobre a industrialização de Rio Grande (RS) e o movimento operário da mesma, possibilitando a produção de pesquisas sobre o mundo do trabalho do município, dentre elas: 13 entrevistas realizadas com trabalhadoras (es) e empresários da Fábrica Rheingantz, assim como 6 entrevistas sobre o movimento operário, tendo como entrevistados funcionárias (os) de diferentes setores/funções da empresa e militantes do município. Parte dos áudios das entrevistas foram extraviados ou não sobreviveram ao tempo e a conservação, possuindo apenas a transcrição das entrevistas.

Deste projeto selecionei as seguintes entrevistas: Margarida Reis Soares (operária/tecelã), Soeli Botelho (operária/tecelã), Dário Camposilvan (contra-mestre), Hilso Magalhães (contra-mestre), Pedro Carlos Peixoto Júnior (funcionário do setor de contabilidade), Aureo Nunes de Almeida (desenhista técnico), Oscar Rheingantz (acionista da fábrica) e Jacques Rheingantz (acionista da fábrica). Inicialmente, foram lidas todas as entrevistas disponíveis para a pesquisa e, logo após, selecionei as entrevistas descritas acima pelo critério de possuírem maiores marcadores de gênero em suas narrativas.

Acredito que as entrevistas orais possibilitam que consigamos entender como as experiências de classe e gênero foram constituídas por aquelas (es) que vivenciaram o cotidiano da fábrica Rheingantz de diferentes formas. Mesmo que a maior parte das narrativas tenham sido realizadas em um período distante da construção dessa pesquisa, entre os anos de 1980 a 1990, percebe-se que elas são ricas de signos e simbologias acerca das desigualdades de gênero na fábrica Rheingantz, objetivo central deste trabalho. Outra questão que se mostrou importante e possível de ser analisado neste capítulo, é a questão da raça e dos conflitos entre as diferentes etnicidades e nacionalidades que compunham a mão de obra da empresa. As memórias das (os) entrevistados (as) apontam que as experiências de classe estão, também, relacionadas com o gênero e a origem étnica da (o) trabalhador (a).

É através da memória que os indivíduos captam e compreendem o mundo. A memória manifesta as intenções, ordena-o, e dá sentido ao mundo (CANDAUI, 2012). Assim como ressalta Halbwachs (2006), diferentes pontos de referência estruturam a nossa memória, a partir de hierarquizações e classificações. Sendo um processo de negociação entre memória individual e

memória coletiva, as referências que a estruturam precisam constituir uma base comum: pontos de contato entre a minha memória e a do outro.

As entrevistas foram produzidas a partir da metodologia da história oral, que possibilita que tenhamos acesso as memórias dos sujeitos históricos, podendo alcançar a lógica, a sequência causal, mas o que a torna única é o seu enredo (PORTELLI, 1997). A história de diversos grupos sociais não está presente nas fontes escritas, ou suas histórias muitas vezes são descritas pelo olhar do outro. O nascimento e o desenvolvimento da metodologia de história oral contribuíram à produção de pesquisas voltadas a esses grupos sociais: como as mulheres. Assim como Rago (1997) comenta, há poucas fontes em que as próprias trabalhadoras descrevem a si mesmas, escrevem suas experiências no mundo. Quanto mais recuado no tempo, maiores as dificuldades em encontrar documentações históricas que não sejam escritas e possuam a visão masculina sobre a mulher.

Apresento agora as pessoas cujas entrevistas utilizo como fonte na pesquisa. **Margarida Reis Rocha** tem nacionalidade brasileira, sendo natural do município de Rio Grande. Ingressando seu ofício na fábrica Rheingantz aos 9 anos de idade, em 1922. Margarida passou sua infância, adolescência e vida adulta como operária da empresa, exercendo a função de padroneira na seção de confecção de tapetes por 40 anos de sua vida. Após a morte de seu pai, a sua irmã mais velha, também operária da empresa, a levou até a fábrica para iniciar sua vida laboral, no qual Margarida aprendeu a exercer sua profissão a partir dos ensinamentos do mestre da seção. A entrevista de Margarida, realizada em 1987, aborda as diferentes fases de sua vida na fábrica Rheingantz, o acidente de trabalho que sofreu, o trabalho infantil das meninas, a estreita relação do núcleo familiar com o trabalho, a política de assistência social e a sua participação na greve de 1948.

Soeli Botelho começou a trabalhar na fábrica aos 15 anos de idade, também na seção de produção de tapetes. Durante a entrevista, realizada em 1981, ela relatou que a função de produzir tapetes, na qual trabalhou, era destinada às meninas menores de idade. Ao completar 18 anos, foi transferida para a área da tecelagem. Trabalhando na fábrica Rheingantz durante 25 anos, os aspectos mais marcantes da memória de Soeli são a rememoração de sua infância, as relações de gênero entre ela e os diferentes setores que

compunham a empresa: os mestres, contramestres e com os acionistas da fábrica e a situação das (os) operárias (os) durante e após a falência da empresa. Soeli também possui nacionalidade brasileira e é natural do município de Rio Grande (RS).

Dario Camposilvan nasceu na Itália em 1926 e veio ao Brasil após a 2ª Guerra Mundial. Já possuindo formação técnica em manutenção de máquinas têxteis, Dario começou a trabalhar na fábrica Rheingantz em 1949 como mestre da seção de tecelagem. Em sua entrevista, então presentes a assistência social da empresa, o cotidiano na Vila Operária Rheingantz, o trabalho feminino e a coexistência de diferentes nacionalidades no chão da fábrica. A entrevista foi realizada em 1981.

Pedro Carlos Peixoto Júnior tem nacionalidade brasileira, tendo nascido em Rio Grande em 1902. Em 1922 deixa de ser funcionário do Banco da Província para ingressar na fábrica Rheingantz, como contador do setor administrativo da empresa. Sua narrativa aborda as seguintes questões: proibição do trabalho feminino noturno, a estrutura e o processo fabril, benefícios sociais disponibilizados pela empresa, insalubridade do trabalho das tecelãs, divisão de gênero e de etnicidade nos cargos ocupados no interior da fábrica Rheingantz. A entrevista foi realizada pela Maria Regina da Silva Freitas, em 1984.

Aureo Nunes de Almeida nasceu no município de Rio Grande, começando a trabalhar na fábrica Reingantz em 1943. Ocupou diferentes cargos profissionais: copiador de receitas no setor da tinturaria e, posteriormente, por problemas de saúde, precisou ser transferido deste setor e passou a ocupar o cargo de office-boy, no qual exerceu a função alguns meses até ser promovido desenhista técnico da indústria Rheingantz. A entrevista discorre sobre o trabalho feminino, relação tempo-relógio e a vida laboral, políticas sociais promovidas pela empresa, como: auxílio viuvez e casamento, assim como a assistência da parteira da fábrica Rheigantz às trabalhadoras. A entrevista foi realizada em 1987 pela Maria Regina da Silva Freitas.

Jacques Rheingantz pertence a terceira geração de acionistas da fábrica Rheingantz, começando a exercer seu cargo na administração na empresa em 1936. Em sua narrativa, Jacques memorou o trabalho feminino, a política de assistência social, a vinda da família Rheingantz ao Brasil e a

estrutura e falência da fábrica. Abordando as diferentes crises financeiras que a empresa passou e os conflitos sociais existentes, a entrevista foi realizada em 1985, nos possibilitando explorar as diferentes fases de produção da empresa e seus impactos na vida cotidiano do operariado.

Oscar Rheingantz é neto do coronel Pedro Osório e do comendador Carlo Guilherme Rheingantz³. Após seu pai, Paulo de Sá Rheingantz, sofrer um infarto, Oscar deixa Pelotas (RS) e vai para Rio Grande (RS) cuidar dos negócios da família. Em sua entrevista está presente a vinda da família Rheingantz ao Brasil, o trabalho feminino, crises financeiras que a empresa enfrentou e a assistência social destinada aos operários.

1.4 INDUSTRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE (RS)

Rio Grande foi fundada em 1737 pelo brigadeiro José Silva Paes, constituindo-se em uma fortificação e sendo nomeada de vila Rio Grande de São Pedro. Possuindo pouco desenvolvimento econômico, a configuração espacial da vila era formada por 6 ruas, servindo de passagem às embarcações entre o centro do país e a Colônia de Sacramento (PIMENTA, MARTINS, 2004). Assim como a totalidade do Estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande de São Pedro foi território de disputa entre portugueses e espanhóis e em 1763 a 1776 a região é invadida por tropas espanholas, acarretando na transferência da coroa portuguesa para Viamão e, posteriormente, a Porto Alegre. Compreendendo o único porto marítimo do Estado, a localização espacial de Rio Grande (RS) possibilitou a ascensão econômica que desfrutará no futuro.

No final do século XVII é iniciado o processo de extração do ouro em Minas Gerais, marcando a transição de uma economia que se centrava no nordeste brasileiro, com a exploração do açúcar, a uma economia localizada agora no centro do país. A descoberta do ouro em Minas Gerais acelera o povoamento da região, aumentando a demanda de abastecimento do mercado

³ Coronel Pedro Osório, nascido no município de Caçapava do Sul (RS), foi um tropeiro e charqueador. Com a decadência do comércio do charque, visto a introdução dos frigoríficos no Estado, coronel Pedro Osório passa a produzir arroz na região sul do Rio Grande do Sul, passando a ser conhecido como o "Rei do Arroz"; Carlos Guilherme Rheingantz, de origem alemã, foi o fundador da Fábrica Rheingantz;

interno (BRITTO, 2011). Esse abastecimento era exportado de regiões brasileiras, como: animais de transporte, carne e couro, acarretando na expansão territorial e econômica brasileira.

A expansão territorial e econômica brasileira dá início a ocupação econômica da região sul do país, possuindo como atividade principal a pecuária. Tropeiros arrebanhavam bovinos para o consumo e mulas para o transporte, escoando grande parte da produção para Minas Gerais (LONER, 1999). Porém, é apenas na segunda metade do século XVII que a pecuária sulina atingirá seu desenvolvimento pleno. A partir do sistema de sesmaria, lotes de terras no sul gaúcho foram cedidos pela Coroa Portuguesa a indivíduos, principalmente militares.

A partir das condições criadas com a criação de gado, no final do século XVIII houve o crescimento da indústria do charque na região sul do país, na qual Pelotas (RS) se sobressaiu. O desenvolvimento das charqueadas e o enriquecimento dos charqueadores consolidou unidades produtivas baseadas no latifúndio, monocultura e na mão de obra escravizada. Se Pelotas se estabeleceu enquanto a principal unidade produtiva do charque, Rio Grande foi o principal polo exportador da mercadoria a outras regiões do país. A principal demanda à produção do charque era a alimentação dos escravizados, sendo comercializado em todo o território brasileiro. A região sul do Rio Grande do Sul possuía predominância na produção dessa mercadoria.

Diferentemente do sul do Estado, o desenvolvimento econômico da região norte terá a pequena propriedade rural e a comercialização da agricultura e do artesanato como base. No início do século XIX foram criadas colônias de imigrantes, diante de interesses políticos e estratégicos de ocupar terras fronteiriças e, assim, evitar a concorrência espanhola que a metrópole portuguesa enfrentava (IEPSON, 2008). Inicialmente, o norte do Estado foi ocupado por alemães, que receberam pequenos lotes de terras do governo com o intuito de preencher e povoar espaços vazios. Posteriormente, já na segunda metade do século XIX, vieram à região montanhosa do norte do Estado italianos e imigrantes de outras nacionalidades, porém em menor quantidade em relação aos alemães. A formação histórico social distinta entre

as regiões norte e sul do Rio Grande do Sul acarretará na estruturação de dois polos industriais que não possuirão relações comerciais entre si: Pelotas-Rio Grande e Porto Alegre (LONER, 1999).

O crescimento econômico propiciado pelo desenvolvimento das charqueadas dará base à industrialização da localidade, que iniciará em 1873 com o estabelecimento da Fábrica Rheingantz em Rio Grande. Indústrias de grande porte e expressivo capital financeiro nacional e internacional se estabeleceram no município de Rio Grande na segunda metade do século XIX e início do século XX, se concentrando na região fábricas de pouca diversidade de ramos produtivos, principalmente produtos de bens não duráveis, como: vestuário, tecelagem produtos de gênero alimentício e charutos. Posteriormente a fábrica Rheingantz, outras importantes empresas se instalaram em Rio Grande, entre elas: Leal, Santos & Companhia, empresa de conservas alimentícias; Fábrica Pook & Cia, de charutos, sendo sua matéria prima oriunda de Cuba; e a Companhia de Fiação e Tecelagem, fundada em 1906 (MARTINS; PIMENTA, 2004).

O escoamento das mercadorias produzidas pelo polo Pelotas-Rio Grande se concentrava na região central do país e ao exterior, principalmente à Europa. Distintamente, Porto Alegre formou-se de indústrias de pequeno e médio porte, possuindo um variado ramo de produção. A comercialização dos produtos da região norte do Estado ocorreu, primeiramente, no mercado interno, para só posteriormente ecoar a produção à região central do país e ao exterior. Esses fatores possibilitarão que a capital do Estado sofra com menor intensidade a acentuação da disputa industrial com a região central do Brasil nas primeiras décadas da Primeira República, em relação a Pelotas e Rio Grande.

Silva (1992) ressalta algumas diferenças na industrialização dos municípios de Pelotas e Rio Grande. Para a autora, a estrutura industrial de Pelotas era mista, conciliando empresas de grande porte que destinavam a produção para o exterior e inúmeros estabelecimentos de menor porte, com caráter artesanal e variedade de bens de consumo para o consumo local. Porém, as empresas de grande porte e a exportação das mercadorias

produzidas em Pelotas eram vitais ao desenvolvimento da cidade de Pelotas (LONER, 1999).

Pelotas possuía um número superior de estabelecimentos comparado a Rio Grande e Porto Alegre. Conforme Loner, enquanto no município de Rio Grande se fixaram 645 indústrias em 1885, Pelotas contava com 1161 estabelecimentos, “somente entre o que era descrito como oficinas nota-se uma maior diversificação e quantidade a favor de Porto Alegre” (LONER, 1999, 61). Sendo assim, o polo industrial Pelotas-Rio Grande se formou enquanto o principal do Estado em fins do Império.

Em 1910 a criação de uma infraestrutura do transporte ferroviário e a sua integração com a rede ferroviária federal possibilitou uma maior interação entre as economias estaduais. O formato da malha ferroviária e a localização de Porto Alegre contribuíram para a perda da supremacia do polo industrial Pelotas-Rio Grande, em relação a capital do Estado. Rio Grande sofreu menos com a crise, visto o seu porto marítimo, porém também é influenciada por ela. Além disso, anteriormente, ainda em 1888, abriu-se um decréscimo na produção do principal produto da região sul do país: o charque. Com a abolição da escravatura, diminuiu-se o mercado consumidor do charque, visto que o produto era a base na alimentação dos escravizados e estes eram a principal mão de obra para a produção do mesmo. As políticas do governo de Borges de Medeiros, principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, permitiram que a crise da pecuária fosse superada e as charqueadas conseguiram manter sua produção, escoando para o exterior (LONER, 1999, p. 49).

Um fator importante de tratarmos aqui é a presença expressiva da mão de obra feminina no sistema fabril. Como Loner (1999) aponta, Rio Grande possuía 4.325 trabalhadores e 2.223 trabalhadoras fabris em 1920, enquanto em Pelotas havia um contingente de 4.376 trabalhadores e 2.043 trabalhadoras. Os principais ramos de produção onde se encontravam as mulheres durante a Primeira República foram as indústrias de tecelagem, alimentícias e vestuário. Aravanis (2010) comenta que em Porto Alegre a mão de obra feminina também era expressiva, relatando que havia uma

discrepância salarial entre homens e mulheres nas fábricas da capital do Estado.

Em 1916 a Cia. Fiação e Tecidos Porto-Alegrense e a Cia. Fabril destinavam o salário médio diário para seus funcionários em 7 mil réis aos homens e 4 mil réis às mulheres. Na Fábrica de Tecidos e Fiação – Oscar Schaitz e Cia e a Fábrica de Meias A. J. Renner e Cia. também era observado a discriminação salarial baseada no gênero do trabalhador: a média dos honorários diários de 4 mil réis aos homens e 2 mil réis às mulheres. A discriminação salarial com base no gênero possibilitou que os empresários gaúchos aumentassem suas taxas de lucro, algo que foi recorrente nas indústrias brasileiras em diferentes regiões do país (REZENDE 2012; SAFFIOTI, 2013; FRACCARO, 2016).

No recenseamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, realizado em 1928, podemos perceber que havia divisão sexual do trabalho a partir dos ramos produtivos. No Rio Grande do Sul, em 1920, entre os ramos produtivos retratados no censo, as mulheres se encontraram com expressiva presença numérica no trabalho industrial, chegando a totalizar 24.089 trabalhadoras⁴, conforme a tabela abaixo:

Ramos de atividades profissionais	Trabalhadores	Trabalhadoras
Extração de materiais minerais	6.702	-
Indústria	60.623	24.089
Transportes	18.024	336
Comércio	38.666	1.387
Força Pública	11.900	-
Administrativo	11.363	528
Profissões liberais	10.524	4.703
Diversos	569.979	1.016.995

⁴ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

Analisa-se que a maior parte da população feminina do Rio Grande do Sul em 1920 possuía profissão de empregadas domésticas, profissões mal definidas, profissões não declaradas e sem profissão, encontrando-se no setor “diversos”. Se levarmos em conta o gênero, o número de mulheres no setor dito “diversos” é quase o dobro do número masculino. Badaró (2009), ao analisar a presença expressiva de trabalhadoras (es) sem carteira assinada, ocupação específica e/ou ocupando empregos de empregadas domésticas no Rio de Janeiro, em 1906, aponta para os limites do trabalho assalariado em expansão. É importante ressaltarmos que grupo “diversos” possui relações e vínculos empregatícios de maior vulnerabilidade. Outro ponto importante que os censos apontam é que algumas profissões eram interditas às mulheres, como: extração de minerais e força pública.

Souza-Lobo nos ajuda a compreender esse fenômeno. Para a autora, a divisão sexual do trabalho está presente nos ramos de produção e na distribuição de cargos ocupacionais de um mesmo ramo produtivo. O trabalho nos setores de força pública e extrativista recorrem a imagem simbólica da masculinidade, no qual coragem e sacrifício estão presentes. Sabemos, através da literatura sobre gênero, que força física e brutalidade são atribuídos aos homens, em que a educação formal e informal os condiciona a exercer, modelando assim seus papéis sociais (BILHÃO, 2005). A construção social que remete ao sexo masculino a força e a mulher a fragilidade estão presentes no mundo do trabalho. Speranza (2009) ao estudar os trabalhadores das minas de carvão no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1945 a 1950, comenta que a masculinidade aparece entre os mineiros como sinônimo de coragem, bravura e autonomia, atribuições essas indispensáveis à sobrevivência em meio as condições de trabalho da categoria. Logo, as características atribuídas ao trabalho na força pública e na extração de minérios estão presentes no imaginário sobre a feminilidade.

No setor industrial, as fábricas têxteis, de vestuário e alimentícias foram as que mais empregaram as mulheres nas cidades de Pelotas e Rio Grande do Sul, como já exposto. Nesses setores, há a demanda, por ser um trabalho minucioso, do perfil da mão de obra ser paciente, possuir perseverança, ter habilidades manuais: como dedos ágeis. Notamos que a sociedade moderna cria discursos e práticas que direcionam a mulher a adquirir essas habilidades

ao longe de sua trajetória de vida, na associação do papel feminino a atividade reprodutiva (KEHL, 2001). As atividades de mãe, esposa, preocupada com o cuidado ao outro e, conseqüentemente, à reprodução da vida, são estendidos ao trabalho fora do ambiente doméstico: como é o caso da divisão sexual por ramos de produção. Como Souza-Lobo comenta: “Assim, os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são consideradas próprios da mão de obra feminina” (1991, p. 149).

Nas entrevistas orais feitas com trabalhadoras (es) da fábrica Rheingantz podemos observar a naturalização da divisão sexual do trabalho, em um movimento que relaciona a natureza feminina ao trabalho na tecelagem. O contador da empresa, Pedro Carlos Peixoto Júnior, comenta sobre as dificuldades em contratar operários para trabalhar na tecelagem no turno noturno, visto que as mulheres eram proibidas por lei a exercer de sua vida laboral à noite. Conforme Pedro Carlos Peixoto Júnior, “(...) aqui no sul o conceito de tecelagem é para mulher, inclusive” (1984, p. 3). A solução tomada pela empresa para a falta de mão de obra masculina foi incentivar a vinda de pernambucanos para trabalhar no estabelecimento.

A relação entre a mulher e o trabalho têxtil fica mais evidente na narrativa do desenhista técnico Aureo Nunes de Almeida,

(...) a mulher mesmo é que eu acho que mais se adapta para esse tipo de serviço. É muito minucioso, é muito cansativo e o homem não tem essa capacidade de absorção do trabalho como a mulher tem. Fazer sempre exatamente a mesma coisa, de modo repetitivo. Acredito que a mulher tem... é mais bem armada para isso (ALMEIDA, 1987, p. 8).

Fala-se em extensão das tarefas desenvolvidas no ambiente doméstico ao mercado produtivo, pois o trabalho minucioso, monótono e repetitivo apresenta características presentes no trabalho reprodutivo, sendo este último considerado exclusivamente enquanto feminino. Logo, os valores sociais e morais que criam obstáculos ao desenvolvimento feminino na sua plenitude enquanto ser social estão presentes no imaginário de Aureo Nunes de Almeida, em um processo de internalização da cultura dominante. Esses valores vão justificar a divisão sexual do trabalho constatada no censo acima.

Porém a internalização e ressignificação dos valores sociais que justificam a desigualdade de gênero serão analisadas posteriormente, ainda nesse capítulo, na exploração das narrativas de trabalhadoras (es) da fábrica

Rheingantz. As constatações escritas aqui servem à identificação que a divisão sexual do trabalho está presente, também, nos ramos produtivos durante o processo de industrialização.

Martins e Pimenta (2004) apontem para o início da década de 1930 como o fim do período áureo de Rio Grande. Desde a Proclamação da República, em 1889, dedicou-se maior autonomia aos Estados do país, contribuindo para isolamentos regionais, no fortalecimento dos interesses das oligarquias (BRITTO, 2011). O primeiro governo de Getúlio Vargas procurou romper com o afastamento entre os Estados, nacionalizando a economia do país através de investimentos na infraestrutura e no setor de bens de consumo. O processo de nacionalização da economia criou uma competição desigual entre as diferentes regiões brasileiras, acentuando o que seria a periferia e o centro econômico do país, ao privilegiar as indústrias localizadas em São Paulo.

Muitas indústrias regionais fora do eixo do centro brasileiro – São Paulo e Rio de Janeiro – não sobreviveram a política de Getúlio Vargas. Em Pelotas e Rio Grande houve um decréscimo na produção, diante das maiores disputas com as indústrias estabelecidas em São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. Um dos marcos da crise econômica na região sul do Estado é a falência do Banco Pelotense em 1930 (LONER, 1999). Distintamente, Porto Alegre se beneficiou com os investimentos estatais na infraestrutura do país, aumentando seu mercado consumidor, visto que seus produtos não competiam com a indústria paulista (BRITTO, 2011).

O empresário de Rio Grande Jacques Rheingantz, um dos proprietários da fábrica Rheingantz, comentou como a crise econômica mundial de 1929 afetou as indústrias da região. Uma das formas de sair da crise, narrou o empresário, foi fundar varejos pelo Estado do Rio Grande do Sul. Conforme Jacques Rheingantz: “(...) durante essa crise, a falta de compradores nos induziu a... em direção de abrir certos varejos. Em 1928, 1929 abriu certos varejos em Porto Alegre e aqui no próprio Rio Grande também, que teve sempre o varejo” (1982, p.20). Essa tática buscava ampliar o mercado consumidor interno/regional da indústria Rheingantz visto as dificuldades de exportação das suas mercadorias.

Diante das maiores dificuldades em manter a taxa de lucros obtidas no fim do período imperial brasileiro, a eclosão da Primeira e da Segunda Guerra Mundial possibilitaram que as empresas do município de Rio Grande conseguissem se desafogar da crise financeira. Os países da Europa ao reduzirem a sua capacidade produtiva nos períodos que datam as Grandes Guerras Mundial e propiciaram que empresas como a Fábrica Rheingantz, a Ítalo-brasileira e o frigorífico Swift mantivessem suas taxas de exportações elevadas (MARTINS, PIMENTA, 2004).

No censo de 1940 podemos perceber que as mulheres estão presentes em todos os ramos produtivos no Rio Grande do Sul, embora em menor quantidade na força pública e trabalho extrativista⁵.

Ramo de atividades	Homens	Mulheres	Total
Agricultura, pecuária e silvicultura	612.438	143.954	756.392
Indústria extrativa	10.562	217	10.779
Indústria de transformação	93.005	10.345	103.350
Comércio de mercadorias	60.829	4.913	65.742
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	4.527	222	4.749
Transporte e comunicação	40.762	952	41.714
Administração pública, justiça e ensino público	18.801	7.294	26.095
Defesa nacional e segurança	28.404	217	28.621

⁵ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

pública			
Profissões liberais, culto e ensino particular e administração privada	7.142	4.451	11.593
Serviços e atividades sociais	33.103	31.851	64.954
Atividades domésticas e atividades escolares	134.829	871.523	1.006.352
Condições inativas, não declarados ou mal definidas	115.576	92.099	207.675
Total	1.159.978	1.16.038	2.328.016

Segundo os dados disponibilizados pelo IBGE, em 1940 havia 3.320.689 habitantes no Rio Grande do Sul, sendo deste total 1.656.631 mulheres⁶. Analisa-se no censo descrito acima que as mulheres ocupam expressivamente os ramos de atividades domésticas e escolares, assim como serviços e atividades sociais. A prática laboral destes ramos possui as características similares ao trabalho de reprodução, ainda mais acentuadas que o trabalho em fábricas têxteis e alimentícias. Nesse sentido, observamos que a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal em 1940 se apropriou da construção do papel social da mulher na sociedade, algo que já havíamos identificado no ano de 1920.

Outra constatação importante que os censos nos possibilitam é de que o número de trabalhadoras empregadas em indústrias diminui. Em 1920 havia o percentual de 39,7% de mulheres empregadas nesse ramo, em 1940 o percentual cai para 10%. Distintamente, o número de trabalhadores totalizante na indústria de transformação cresce de 84.712 para 103.350 de 1920 a 1940. Nesse sentido, há um decréscimo da participação feminina no espaço fabril, no qual elas vão se encontrar em maior quantidade em outros ramos de atuação.

⁶ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

Esse fenômeno ocorreu não só no município de Rio Grande (RS), mas no Brasil como um todo. A diminuição da mão de obra feminina no mercado de trabalho entre os anos de 1940 e 1950 foi discutida por diferentes autores, que nem sempre concordavam entre si em suas análises sobre os motivos dessa expulsão. Para Pena (1981) o decréscimo da participação feminina nas indústrias ocorre pelo fato da necessidade de realocação da mulher no trabalho produtivo, “reproduzir crianças e considerar a maternidade o seu destino próprio” (p. 130). Pena (1981) e Besse (1999) entendem que a legislação trabalhista referente ao trabalho feminino, como a licença maternidade e salário igual para homens e mulheres, teriam contribuído para essa expulsão. Ainda para Besse e Pena, as mudanças estruturais no sindicalismo brasileiro na década de 1930, advindas com a legislação varguista, teriam contribuído para a perda de autonomia dos sindicalistas.

Fraccaro (2016) em uma pesquisa recente se opõe as conclusões dessas autoras de que a legislação referente ao trabalho feminino seria “artificial” e da falta de autonomia do movimento operário na Era Vargas. Fraccaro demonstra que o Decreto do Trabalho das Mulheres, aprovado em 1932, é fruto das lutas tecidas no movimento de trabalhadoras (es) e pelo movimento feminista transnacional. Como comenta Fraccaro:

A promulgação de uma Constituição autoritária e a concentração de poderes nas mãos do próprio Getúlio Vargas em nome da manutenção do projeto que havia começado com uma perspectiva de ampliação de direitos, tem efeitos profundos sobre os direitos das mulheres. O projeto político corporativista e de conciliação de classes por meio do Estado e a relação internacional com a OIT alterou as noções de justiça social de modo a envolver a necessidade de políticas específicas para as mulheres reconhecendo os diferentes conflitos a que elas estavam sujeitas no mundo do trabalho. O ordenamento jurídico ainda oferecia medidas consideradas “costumeiras” a restringir liberdades e a legislar políticas e construir uma noção de cidadania a partir do lugar que as pessoas ocupavam nas famílias. Cuidou também de propalar a moral e evitar que se alastrassem dispositivos a promover autonomia e a capacidade de tomar decisões. Entre essa correlação de forças, o começo da República brasileira até a ditadura do Estado Novo, promoveu um grande repertório de leis que mediarão a vida das mulheres da classe trabalhadora (FRACCARO, 2016, p. 182/183).

Concordando com Fraccaro (2016), justificar a diminuição do número de mulheres nas indústrias com a ampliação do direito das trabalhadoras, relatando que a legislação trabalhista teria tornado a mão de obra feminina não

mais atraente aos empresários é contribuir à análise de que as mulheres não foram sujeitos ativos das lutas de sua classe.

Pena (1981) relata que o número de trabalhadoras na indústria têxtil brasileira não diminui nas décadas de 1940 a 1950, algo que podemos perceber também na fábrica Rheingantz. Nas narrativas orais das (os) trabalhadoras (es) e proprietários, estes reportam que a mulher sempre prevaleceu na composição da mão de obra da empresa.

Nas décadas de 1950 e 1960, a crise econômica levou ao fechamento de fábricas dos setores têxteis, charutos e frigoríficos em Rio Grande, acarretando o desemprego de 7 mil pessoas, em um município de 82 mil habitantes (OLIVEIRA, 1989). Entre esses anos a desaceleração econômica se acentua ao ponto de ser considerado o período de maior inflexão econômica até então (BRITTO, 2011).

1.5 Fábrica Rheingantz e o Município De Rio Grande

A primeira empresa têxtil do Estado se instalou no município de Rio Grande em 1873, sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz e Vater. Os proprietários Carlo Guilherme Rheingantz, Miguel Tito de Sá e Hermann Vater, ao observarem as mudanças que estavam acontecendo na Alemanha e Inglaterra, resolveram importar para o Brasil a indústria têxtil (FERREIRA, 2013), contribuindo para a industrialização e urbanização da cidade de Rio Grande.

Ao ser pioneira na industrialização têxtil do Estado, a indústria Rheingantz se constituiu enquanto uma das principais empresas do Rio Grande do Sul, contando, em 1879, com 900 funcionários e 100 costureiras que trabalhavam em suas residências (LONER, 1999). Altamente qualificada em sua tecnologia, o estabelecimento Rheingantz importava da Europa o seu maquinário, e seu desenvolvimento se refletia no crescente número de operários, nas altas taxas de lucro e na promoção de políticas sociais voltadas ao seu operariado (BRITTO, 2011).

A Fábrica Rheingantz sofreu por diversas mudanças estruturais e administrativas durante o seu funcionamento. Logo após a fundação da empresa, a sociedade com Miguel Tito de Sá foi desfeita, passando Carlos Guilherme Rheingantz a ter o controle acionário. O nome da empresa foi alterado para Fábrica Nacional de Tecidos de Lã de Rheingantz & Cia. Em 1891, a fábrica transformou-se em sociedade anônima, intitulando-se de União Fabril e Pastoril, contabilizando seu capital em torno de 3500 contos de réis (PAULITSCH, 2008, p. 64). Todavia, a indústria ficou conhecida pelos moradores de Rio Grande e suas (seus) trabalhadoras (es) enquanto Fábrica Rheingantz, permanecendo essa denominação até hoje na memória das (os) habitantes do município. Nesse sentido, a historiografia utiliza o nome Fábrica Rheingantz para se referir à empresa, nome que também farei uso aqui.

A empresa Rheingantz logo se destacou pelo seu capital de investimento e tamanho e, em 1907, se encontrava entre as 100 maiores indústrias do país, possuindo capital 5000 contos de réis, 1.008 trabalhadoras (es) e valor da produção em 1710 contos de réis (BRITTO, 2011). A partir da Fábrica Rheingantz e de outras fábricas que se instalaram em fins do século XIX, a cidade começou a desenvolver sistemas de transportes, saneamento básico, serviços públicos e maior intensidade no fluxo portuário (FERREIRA, 2013). Conforme Martins e Pimenta (2004), com o estabelecimento da indústria Rheingantz e a fundação do bairro Cidade Nova em 1890, o município de Rio Grande duplicou sua área urbana, expandindo-se para além dos limites espaciais das trincheiras.

Neste mesmo período, Rio Grande foi polo de atração para imigrantes de outras regiões do Estado e estrangeiros da Europa, que viam na fábrica um local para desenvolverem sua vida laboral. O operário Dário Camposilvan foi um dos operários europeus que trabalhou na empresa Rheingantz: “Eu deixei a Itália porque... estava... sem trabalho, toda destruída da guerra. Eu fui trabalhar na Bélgica. Trabalhei 4 anos na Bélgica, depois vim para o Brasil. Mas antes de vir para o Brasil eu tinha parente em Rio Grande” (1981, p. 12).

O relato de Dário sobre sua vinda ao Brasil se localiza após a Segunda Guerra Mundial, porém desde os primeiros anos de vida da fábrica, os

proprietários incentivaram a vinda de estrangeiros europeus para trabalhar na empresa Rheingantz. Estes eram vistos como detentores de conhecimento técnico e, muitas vezes, tinham experiência anterior em fábricas europeias, ocupando os cargos com maior qualificação: mestres e contramestres.

Ferreira (2013) ressalta que ter conhecimento técnico significava maior poder de negociação e diálogo com os proprietários, e que os europeus eram vistos como mais habilidosos em solucionar possíveis problemas com os maquinários. Soeli Botelho, ex-tecelã da fábrica, observou em sua entrevista que os cargos de mestres eram ocupados, em sua maioria, por alemães: “Os encarregados de seção eram todos alemães. O seu Ficher era mestre de fiação, era o Shimit, era o mestre Carlos, o mestre Henrique. Tudo alemão (1981, p 21). Assim como Joan Bak (2003) aponta, ao analisar os operários do início do século XX de Porto Alegre, os proprietários de fábricas, em sua maioria europeus, davam preferência à mão de obra europeia.

A preferência e maior valorização da mão de obra estrangeira, ocupando cargos de maior destaque, é uma marca recorrente não só na fábrica Rheingantz, mas na formação do operariado brasileiro. Badaró (2009) comenta que em São Paulo, no início da industrialização, a maior parte dos trabalhadores de fábrica eram imigrantes, sobretudo italianos. Percebe-se que há uma política de incentivo à vinda de europeus para ocupar as vagas nas novas fábricas instaladas no Brasil, na qual em São Paulo “cerca de 65% dos de origem negra ocupavam-se em serviços domésticos ou não tinham profissão declarada, em 1890 (MATTOS, 2009, p. 39). Esse processo é influência do “[...] preconceito racial e a associação dos negros com o crime urbano e a desordem ajudou a relegar a maioria dos não-brancos a trabalhos domésticos mal pagos e a preencher as vagas na produção, preferencialmente, com brancos” (BAK, 2003, p. 185). Em Pelotas (RS) há notícias em jornais de ações policiais em clubes, cortiços e becos, em que eram presos aquelas (es) que a polícia achasse “desocupado”, sobretudo negros, os obrigando a trabalhar na varredura das ruas (LONER, 1999)

Hornes (2013) aponta que durante todo período de funcionamento da fábrica Rheingantz houve um maior número de trabalhadoras em relações aos trabalhadores, o que demonstra a importância da fábrica para a inserção da mulher no mercado de trabalho formal na região. A essas mulheres eram

destinados cargos considerados menos qualificados, como o de tecelã, que supostamente não precisavam de conhecimento técnico e cujo aprendizado se dava na prática. Camposilvan, contramestre da fábrica, define a distinção de gênero nos cargos ocupacionais:

Eu entrei para a União Fabril 11 de 1949, não é? A minha atividade consistia em manutenção e consertos das máquinas da tecelagem. (...) Vim da Itália. (...) Vim direto para trabalhar na Rheingantz. (...) Já tinha um cargo como contramestre. (...) Primeiro eu fui contramestre. (...) contramestre... tinha 19 ou 20 contramestres. Cada contramestre assumia 22 máquinas. (...) Que trabalhava nas máquinas eram só mulheres. Os homens eram só para a manutenção das máquinas, entendeu? (...) Só o contramestre tinha 22 máquinas com... (...) responsabilidade! Mas quem trabalhava na tecelagem eram as mulheres (...). Neste ramo a mulher tem mais agilidade que o homem (CAMPOSILVAN, 1981, p. 9/10).

O modelo de fábrica higienizada, racionalizada e modernizada, preconizada por Frederick W. Taylor desde o final do século XIX, apresentam-se na fábrica Rheingantz. Rago (2014) discorre que o padrão produtivo baseado em Taylor foi amplamente valorizada nos anos 1930 no Brasil com a finalidade, entre outras, de tornar o ambiente fabril “harmonioso”, sem conflitos de classe: “Pretendia-se eliminar e contrapor à imagem da “fábrica satânica”, escura e fétida, detestada pelos trabalhadores, que sentiam sugados em todas as suas energias para realizar o objetivo particular e individualista dos patrões” (p. 59).

A partir de 1884 foram realizadas construções habitacionais para as (os) operárias (os) da empresa, dada a carência de transporte municipal até a fábrica, formando assim a vila operária Rheingantz (PAULITSCH, 2008). O conjunto habitacional dos funcionários, localizado ao lado das instalações fabris, aproximava e estendia a disciplina laboral para a totalidade da vida das (os) trabalhadoras (es) e seus familiares. Os apitos que avisavam as trocas de turno de trabalho, faziam parte do cotidiano de todos os residentes da vila operária. A arquitetura das casas demonstrava a hierarquia existente entre os trabalhadores da fábrica Rheingantz, como descreve Ferreira: “Essas hierarquizações ficam evidenciadas no padrão construtivo das casas que, como signos visuais, informam sobre o sistema de relações pessoais que ali se interpunham” (2013, p. 81). Os levantamentos de Ferreira reafirmam a ampliação dos dispositivos de dominação e poder que a construção de vilas

operárias significou nas vidas das (os) trabalhadoras (es), ao não se restringir apenas ao local do trabalho, mas a todos os aspectos da vida destes sujeitos.

A exemplo do que faziam outros “bastiões do paternalismo empresarial” do Rio Grande do Sul, como a Renner e a Varig, na década de 1940 (FORTES, 2001), a fábrica Rheingantz oferecia para seus funcionários uma série de benefícios sociais, através da Sociedade de Mutualidade e Fundo de Auxílios Carlos G. Rheingantz. Estes benefícios eram auxílio médico e pecuniário, ajuda financeira em casos de viuvez, amparo aos filhos menores em casos de perda do pai, acidentes no trabalho e casamento das operárias (desde que fossem formalmente consentido pelos pais) (HORNES, 2013). Levando em consideração que a maior difusão das leis trabalhistas ocorre a partir da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, a criação destes benefícios era de suma importância para aquelas (es) que viviam de seu trabalho. Representava, também, um mecanismo de adesão das (os) funcionárias (os) em relação a empresa, visto que se as (os) trabalhadoras (es) deixassem a fábrica para desenvolver a vida laboral em outro lugar, iriam perder esses benefícios.

Fontes (1996), ao estudar a fábrica Nitro Química de São Paulo, observa que a política paternalista empresarial formava um sistema de dependência entre as (os) trabalhadoras (es) à empresa. Ao ceder casas, creches para os filhos das (os) funcionárias (os), auxílio médico, entre outros, a (o) trabalhador (a) que desejasse construir sua vida laboral em um outro local perderia esses benefícios, fazendo com que muitos permanecessem trabalhando na fábrica a vida inteira.

A imagem de Carlos Guilherme Rheingantz ficou consagrada como o empresário padrão (LONER, 1999). Esse fenômeno é evidente na memória das (os) operárias (os) da fábrica Rheingantz. Conforme a narrativa do funcionário Pedro Carlos Peixoto Júnior:

Isto é daquela mentalidade arejada do comendador Rheingantz. Esse... esse homem era um predestinado. Com nove anos de idade ele embarcou em um vapor cargueiro e foi para a Alemanha sozinho. Com nove anos de idade. Lá, quando ele voltou ele veio com as ideias liberais da Europa de desenvolvimento industrial e soube aplicar isso bem. Então ele via... ele vivia preocupado com o bem-estar dos empregados e a organização social. (JÚNIOR, 1984, p. 6).

É recorrente nas narrativas das entrevistas analisadas a associação da figura de Carlos Guilherme Rheingantz como pioneiro na criação da política empresarial de promoção de benefícios sociais ao operariado. A fala de Pedro Carlos Peixoto demonstra que o paternalismo foi internalizado pelo trabalhador, diminuindo os conflitos de classe existentes no universo fabril.

Em 1960, a Fábrica Rheingantz passou por uma crise financeira e administrativa, da qual não conseguiu se reerguer, mergulhada em processos trabalhistas indenizatórios. Aprofundou-se a partir daí um período de decadência, sendo anunciado seu fechamento em 1968 (FERREIRA, 2013). Em sua entrevista, Oscar Rheingantz relaciona o fechamento da fábrica a política “ditatorial” de um primo, que ao possuir a maior parte das ações da empresa, não abria espaço de discussões acerca dos rumos da fábrica Rheingantz. Sobre o processo de falência da empresa, Oscar discorre:

A falência da empresa deu-se seguindo um determinismo histórico... seguindo um determinismo histórico mundial... em todas as empresas familiares em que as gerações se multiplicam em número... Ou melhor, cada geração é mais numerosa que a anterior, normalmente o determinismo é esse. A primeira geração funda, estabelece, cria; a segunda desenvolve, estrutura e a terceira liquida. Então conosco, na família aconteceu isso. A minha terceira geração liquidou com a União Fabril e grandemente porque a... pela segunda geração da qual meu pai foi o último responsável (...) E o fato dele não ter percebido isso, esse determinismo histórico, não ter aceito essa realidade, não ter compreendido que os descendentes da terceira geração eram todos primos, não havia um grupo de irmãos. Eram todos primos, portanto já afastados entre si, em tudo, é que levou a falência da empresa. (...) Não havia nenhum trabalho em equipe (REINGANTZ, 1982, p. 3)

A entrevista com Oscar demonstra disputas pelo poder entre os acionistas familiares da fábrica Rheingantz, o qual aponta para divergências acerca das medidas a serem tomadas para sair da crise financeira a qual a empresa estava passando. Segundo Oscar, “Na situação que nós estávamos, era uma verdadeira ditadura. O gerente é que mandava... não havia discussão. O que ele decidia era implementado. Isso levou a firma a falência” (p. 3).

Após seu fechamento em 1968, a fábrica foi reaberta em 1970, intitulado-se Companhia Inca Têxtil, agora com novos proprietários. Muitos dos antigos trabalhadores foram recrutados novamente para trabalhar na fábrica, que permaneceu com a mesma estrutura e maquinário, mudando apenas a sua fachada. Na memória das (os) operárias (os), após o

fechamento, a fábrica não conseguiu restabelecer o sucesso econômico que havia gozado anteriormente. Esse período é lembrado como um tempo no qual as (os) trabalhadoras (es) recebiam através de vales, que não correspondiam a totalidade do seu salário mensal. Sobre esse período, Rosana dos Santos⁷ comenta:

[...] porque não podiam mais contratar mais gente, porque já estavam pagando com vale. A gente já estava recebendo mixaria por mês [...]. Não, vale em dinheiro mesmo. Imagina, a gente às vezes precisando daquele dinheiro para pagar o aluguel vinha às vezes... na época, 50 reais. A gente tinha que assinar e eles te davam em dinheiro aqueles 50 “pila” e ficava aquele papelzinho que era o vale [...]. Difícil, difícil mesmo. [...] Aí as gurias foram saindo, não é? Porque não tinha como se sustentar. Eram casadas, os maridos trabalhavam. Elas trabalhavam para ajudar eles. Eu ainda era solteira, mas depois ainda tinha o pai do meu filho, que foi quando eu engravidei (SOUZA, 2018, p. 40).

Ferreira (2013) discorre sobre os processos indenizatórios contra a empresa, que anteriores à nova gestão, nunca foram resolvidos. As estratégias de tentar ressarcir os funcionários com parte dos lucros da fábrica, os tornando sócios, se revelaram ineficazes, fazendo com que aumentassem ainda mais as causas trabalhistas contra a empresa. A autora ainda ressalta que o endividamento da antiga gestão com a Previdência Social acarretou na penhora da maior parte dos bens da empresa, impedindo a venda destes para solucionar os problemas com as dívidas trabalhistas (FERREIRA, 2013, p. 75 e 76).

A fábrica seguiu funcionando parcialmente até 1990, quando foi fechada por definitivo. Nas narrativas das (os) trabalhadoras (es), em entrevistas realizadas durante as décadas de 1980 a 1990, ao recordarem da empresa Rheingantz, as (os) entrevistadas (os) retratam o período de administração da família com nostalgia, como o auge da fábrica. Assim Alípio Magalhães relata: “O que a Rheingantz representou para a cidade de Rio Grande pode ser dito por todos, pelas forças vivas da cidade, que acompanharam seu crescimento e sua derrota em 1968. Agora em relação a mim é só uma mensagem: gratidão (1899, p. 8)”.

Essas narrativas configuram-se em uma memória que é construída a partir de três temporalidades: passado, presente e futuro, no qual os próprios

⁷ A entrevista com a operária Rosana dos Santos foi realizada em 2018, em que eu a entrevistei em sua residência. Rosana dos Santos começou a trabalhar na fábrica já no período de administração da Inca Têxtil, em 1970.

elementos que os depoentes recordam passam por uma filtragem em sua memória, e o presente é um fator determinante. Para Candau (2011), a partir dos engajamentos, aspirações e frustrações do presente, o narrador irá fazer suas escolhas memoriais. Logo, o presente marcado pelo desemprego e incertezas influencia a maneira como as (os) trabalhadoras (es) lembram do passado, apaziguando os conflitos do mundo do trabalho. Rosana recordou esse período como de tristeza para muitas trabalhadoras, “[...] muitas senhoras dependiam daquilo. Eram beatas pelo serviço. Pessoas que na época: meu Deus, só existe aquele serviço para elas. Se criaram e viveram ali. Muitas adoeceram, mesmo” (2018, p. 30)⁸.

A narrativa de Rosana, uma mulher negra que começou a trabalhar em fábricas, primeiramente de peixe e depois de tecido, em 1962, aos 11 anos de idade, junto com sua mãe, demonstra que a falência da fábrica, agora intitulada Inca Têxtil, significou a demissão em massa de centenas de mulheres que não sabiam o que futuro as aguardava.

No mesmo período em que estavam acontecendo audiências públicas no município de Rio Grande (RS) para a patrimonialização da fábrica e da vila operária Rheingantz, em um processo turbulento de luta contra os interesses imobiliários, as (os) trabalhadoras (es) se reuniam no interior da antiga fábrica, em 1997 e 1998. Significativamente esses encontros aconteciam a partir de dois grupos diferentes: um de mulheres e o outro de homens. Os dois grupos se juntavam para conversar sobre o passado vivido na fábrica e suas vidas na atualidade, em uma prática na qual as recordações se desenvolviam de forma coletiva. O mais instigante é que estes grupos tenham se formado a partir de seus gêneros, no qual as mulheres se reuniam no setor de costura e os homens na antiga portaria da fábrica (FERREIRA, 2013, p. 75). Essa separação por gênero demonstra que as trabalhadoras, mesmo após o fechamento da fábrica, ainda eram ligadas por uma identidade em comum, assim como os trabalhadores. Rosana relata a ligação para além do ambiente de trabalho que as trabalhadoras construíram entre elas:

Eu sempre fui comunicativa, adoro. [...] nos intervalos, quando a gente estava de folga, nós não trabalhávamos domingo, às vezes a

⁸ SANTOS, Rosana. Depoimento concedido em: 23/03/2018. Acervo pessoal da autora.

gente se encontrava nos bailes, nas mateada. De primeiro tinha muita mateada. Ah é, a gente se encontrava, as gurias (2018, p. 26)⁹.

Essas trabalhadoras, ao terem muitas vezes passado a infância, adolescência juntas, compartilhando os anseios das primeiras festas, casamento, filhos, trabalho e toda a responsabilidades que o sistema patriarcal, mesmo que essas não o compreendessem como tal, as impunha.

As entrevistas (es) demonstram a importância da empresa Rheingantz na memória dos habitantes da cidade, movimentando setores legislativos, judiciários, político. Que Ferreira caracteriza enquanto:

Ocupar os lugares que no passado abrigavam as atividades do trabalho parecia revelar uma reivindicação de pertencimento ao território local, espécie de apropriação simbólica do passado que ali se depositava. Essa relação entre um universo identificado pela mesma trajetória profissional e a memória que compartilham remete à noção de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1994), no sentido de compreendê-la como representações e imagens do passado operando sobre o presente (2013, p. 77).

Além da patrimonialização da fábrica e da vila operária, estas (es) trabalhadoras (es) reivindicavam a regulamentação das casas operária, protestando contra a iniciativa dos últimos proprietários da empresa Companhia Inca Têxtil de vender as casas para os operários pelo preço do mercado. Para as (os) ex trabalhadoras (es), a regulamentação de posse das casas que elas (es) residiam era um acerto de contas dos proprietários pelos 6 meses de atraso de pagamentos e pelo desemprego repentino no qual se encontravam (FERREIRA, 2013, p. 71).

Em 2012, o prédio da fábrica Rheingantz foi tombado pelo IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico do Estado¹⁰ -, conservando-se sua estrutura física e preservando a memória de um espaço laboral e residual no qual parte dos habitantes de Rio Grande desenvolveram sua infância, adolescência e vida adulta. Foi resguardada a história de uma empresa que teve a predominância de trabalhadoras em sua mão de obra, que ali enfrentaram duas contradições: as de classe e a de ser mulher em uma ordem patriarcal.

⁹ Rosana dos Santos começou a trabalhar na fábrica quando estava já estava sob direção da Inca Têxtil. Visto isso, sua narrativa foi analisada para ilustrar o histórico da empresa e o que significou seu fechamento definitivo em 1990 às trabalhadoras.

¹⁰ Sobre o tombamento da fábrica e vila operária Rheingantz: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=43405>. Acesso em: 10 fev. 2018.

1.6 PROCESSOS PRODUTIVOS NA FÁBRICA RHEINGANTZ, RELAÇÕES DE TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Davis (2016) relata que as tarefas de fiar e tecer são historicamente desenvolvidas pelas mulheres, mesmo antes da industrialização, ainda na economia doméstica. Com a industrialização, as mulheres foram incorporadas no processo produtivo fabril, que para Toledo (2017) o incremento da máquina tornou dispensável a força muscular e exigiu um maior número de trabalhadoras (es), permitindo assim que mulheres e crianças adentrassem no mercado de trabalho nas indústrias. Na fábrica Rheingantz podemos perceber que as mulheres vão ocupar tarefas fundamentadas pelo corpo e anatomia enquanto femininas; e o mesmo ocorre com o trabalhador.

Tendo acesso aos cadernos administrativos da empresa Rheingantz, no qual constam o nome das (os) trabalhadoras (es) e as tarefas ocupadas pelas (os) mesmos (as), referentes a dezembro de 1923 a janeiro de 1924, percebemos que há uma segregação de ocupação laboral a partir do gênero. A indústria utilizava três matérias-primas à produção de suas mercadorias: lã, aniagem e algodão (LONER, 1999). Nos livros da administração da empresa, referentes ao ano de 1930 a 1938, foram encontrados nomes de proprietários de terras, atacados e varejos de quem a fábrica Rheingantz comprava lã e/ou vendia os tecidos já prontos. Nestes livros aparecem nomes de pessoas físicas e jurídicas das seguintes localidades: Jaguarão, Caçapava, Santa Maria, Dom Pedrito, Rio Pardo, Santana do Livramento, Uruguaiana, São Lourenço do Sul, Camaquã, Santa Cruz, Erechim, Bagé, Rosário, Porto Alegre, Taquara, Santo Antônio, além de Minas Gerais e Santa Catarina, entre outros. Estes dados demonstram que a exportação e a importação realizadas pela empresa ultrapassavam as fronteiras regionais, impondo-se enquanto uma fábrica importante para o desenvolvimento econômico do Estado e do país.

A lã que vinha de estâncias de diferentes cidades do Estado do Rio Grande do Sul, chegava na fábrica ainda em estado bruto, sendo depositada na dependência intitulada de galpão. Nessa etapa a matéria-prima passava por diferentes etapas até a produção do fio em si: fiação. Analisando os documentos redigidos pelo setor administrativo da empresa, percebemos que há uma demarcação rigorosa das etapas que consiste esse processo

produtivo. Conforme Corder (1994) comenta, as fibras naturais, diferentemente das sintéticas, requerem maior cuidado no preparo, visto o grande volume de sujeira que essas possuem. Nos cadernos contendo a relação do (a) trabalhador (a) e a função desempenhada pelo (a) mesmo (a), dos anos relativos a dezembro de 1923 a janeiro de 1924, a divisão de funções está organizada da seguinte forma: carregadores de lãs para a lavagem, lavagem, carbonização, secagem, abertura da lã, tinturaria, carregadores de lãs lavadas e tingidas. Todas essas etapas eram ocupadas exclusivamente por trabalhadores adultos. Havia 131 funcionários desempenhando esses serviços, entre 3 a 30 indivíduos distribuídos por setor.

As funções de preparação da lã, anteriores a fiação, requerem força muscular, sendo pouco mecanizadas, com características próximas ao trabalho desenvolvido no meio rural. Aurea Almeida trabalhou na seção da tinturaria, antes de desenvolver bronquiectasia¹¹. O trabalhador comenta as péssimas condições de trabalho nesse setor, visto "(...) aquele ambiente de tinturaria muito úmido. Intensa névoa o dia inteiro, não era mais possível a minha permanência lá (...) (1987, p.1). O contador da fábrica Rheingantz Pedro Carlos Peixoto Júnior também narra sobre a insalubridade desses setores, (...) "e a lavagem de lã pela umidade. As caldeiras pelo calor. São seções consideradas insalubres. Consideradas judicialmente através de exame pericial" (1984, p. 18). O adicional de insalubridade foi criado no Brasil apenas em 1936, através da lei n.º 185, mas retrato as falas de Aureo Nunes de Almeida e do Pedro Carlos Peixoto Junior para a compreensão das condições de trabalho nos setores descritos acima

Nas tarefas que necessitavam de menos força muscular – não menos degradante, visto que era uma seção insalubre - encontram-se as trabalhadoras, como na revisão das lãs já limpas e tingidas. Esse trabalho requer atenção e cuidado, características construídas enquanto femininas. Nas tarefas pouco especializadas como preparação de maçarocas, urdiduras, tecelagem, costuras, revisão e "caprichos" ao pano já tecido eram praticamente exclusivas as mulheres.

¹¹ A **bronquiectasia** é uma dilatação irreversível de porções dos dutos respiratórios ou brônquios, resultante de lesão na parede das vias aéreas.

A seção em que mais haviam funcionárias (os) era a tecelagem, contabilizando 205 empregadas (os), ainda segundo o caderno da administração da fábrica referente a dezembro de 1923 a janeiro de 1924. Destes 164 eram trabalhadoras e 41 eram trabalhadores. Logo, havia um número elevado de mão de obra feminina nesse setor, corroborando para que ficasse estruturado nas memórias das (os) operárias (os) que “para trabalhar nas máquinas” eram só mulheres. Conforme as falas do contramestre Dario Camposilvan e do contador Pedro Carlos Peixoto Júnior:

O maior número de funcionários que eu me lembro era de 2.500 a 3,000 funcionários. Maioria sexo feminino, não é? (...) É devido ao serviço, mulher se adapta mais... a mulher, não é? (...) A maioria era da cidade (CAMPOSILVAN, 1981, p. 25).

É por causa do serviço de revisão, revisão de peças é um trabalho puramente feminino, não é? Os tapetes feito a mão é uma especialidade feminina. A tecelagem, como lhe disse, há um tabu que é a mulher a tecedeira. E nós tínhamos, em 300 teares trabalhando, nós tínhamos no máximo 10 homens (JÚNIOR, 1984, p. 12).

Analisa-se que os discursos dominantes que justificam a divisão sexual do trabalho foram internalizados pelos operários entrevistados. Na narrativa de Soeli Botelho também identificamos a naturalização do trabalho feminino no setor têxtil: “eu acho que a mulher produz mais”. Logo, para os (a) trabalhadores (a) o sujeito feminino é predominante no ramo têxtil por “produzir mais”, “por se adaptar mais ao serviço”, “porque é um trabalho puramente feminino”, afirmando a distinção dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres no mundo do trabalho. Ao internalizarem o discurso dominante cria-se dificuldades para compreender a problemática da divisão sexual do trabalho e as condições do trabalho feminino.

A feminização do trabalho durante as primeiras décadas da industrialização do Brasil é acompanhada por uma desqualificação profissional, em um processo de barateamento da mão de obra. Para Rago, “certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devota e inteira ao sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual” (2014, p. 91). Mesmo nas empresas têxteis e alimentícias em que a participação das operárias na composição da mão de obra foi mais marcante, havia poucas alternativas em ocupação de cargos, comparado às alternativas masculinas (RAGO, 2014). Enquanto os homens ocupavam todos os cargos

desempenhados pelas mulheres, muitas tarefas estavam interdidas a elas, sobretudo os cargos de chefia.

Para Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho se respalda nas biológicas e/ou são justificadas racialmente. Rezende (2012) discorre que a justificativa à concentração das mulheres em áreas de costura e acabamento ocorreu diante do argumento das “qualificações inatas” às trabalhadoras: capricho, habilidade, organização e paciência.

Pedro Carlos Peixoto Júnior relata que a tecelagem também era um local insalubre, visto o ruído produzido pelas máquinas. Trabalhador do setor da contabilidade, Pedro era encarregado de assinar atestados alegando que as (os) funcionárias (os) trabalhavam em local insalubre:

(...) Então, essa gente que trabalhou nesses setores, além de atestado, nós damos também um atestado de insalubridade que reduz o tempo de insalubridade para 25 anos. Quer dizer, uma mulher aposenta-se aos 30. Trabalhando na fiação ou tecelagem aos 25 (1984, p. 18).

A atividade anterior a tecelagem, de transformação da lã em fio, intitulada de fiação, era exercida exclusivamente por crianças, totalizando 134 crianças do sexo masculino. Sabe-se que os trabalhadores eram homens menores de 18 anos porque nos cadernos de registros da empresa encontram-se os nomes dos funcionários dessa seção, todos do sexo masculino, descrita por quem redigiu o texto enquanto “meninos”. Soeli Botelho comenta que o salário para as (os) meninos (as) com menos de 18 anos era menor que a metade do salário recebido por um trabalhador adulto, demonstrando a intensificação da exploração da mão de obra infantil.

Percebe-se ao analisar os testemunhos, que a etnicidade do (a) trabalhador (a) configuram-se como empecilhos à ascensão a cargos de maior especialização na empresa Rheingantz, conformando a trajetória de vida das (os) trabalhadoras.

Apesar que os homens tinham em uma parte da tecelagem, em uma... nos teares, que se chamada. Que era mais difícil... mais... que tinha que subir... Aí era homens... Mas o resto da tecelagem eram mulheres era tecido... na fabricação de tecidos era quase só mulher (...) Agora os dirigentes sim... Agora os dirigente eram bom... os três. Eram todos Alemães. (...) Estrangeira (...). Então os três eram diplomados...Agora, cada seção tinha um técnico também especializado. Também com diploma vinda da Alemanha. (...) Que

aliás, depois da guerra aquela... tipo de imigração do pessoal alemão. Então se aproveitou aquela ocasião e colocou-se em cada seção... um técnico, como chefe. Agora, eu não estava lá na ocasião. Eu estava naquela ocasião aqui (em Pelotas), mas eu sei (RHEINGANTZ, 1982, p. 8).

Era alemão (sobre a nacionalidade dos técnicos). Aliás, o primeiro técnico que teve lá era Francês (...). É, e quando arreventou a guerra ele foi para a Alemanha. Para a guerra. E aí o segundo, que era alemão, que era ajudante dele, foi o que tomou conta do... Aliás, com muito dinamismo (RHEINGANTZ, 1982, p. 10).

Os proprietários da fábrica Rheingantz, de descendência alemã, davam preferência para empregar trabalhadores da mesma etnicidade dos mesmos. As entrevistas indicam que a etnicidade do funcionário significava maiores oportunidades de ocupar cargos de prestígio social na empresa. Sendo assim, há hierarquias ente o corpo da mão de obra, permeadas pelo gênero e a etnicidade.

Operária da seção da tecelagem, Soeli Botelho comentou que havia uma trabalhadora espanhola que exercia a função de tecelã, pois a empresa não tinha preferência “nem de cor, nem de raça, não.” Mesmo que as narrativas das operárias e operários não denunciem as dificuldades cotidianas e as possibilidades diferenciadas na vida de homens e mulheres no meio fabril, que como já exposto são permeadas pelo gênero e a etnicidade da (o) operária (o), estes ao falarem que os cargos de chefia eram ocupados especialmente por alemães, percebe-se que esse fenômeno está marcado em suas memórias.

A conformação de trajetórias e impedimentos à ascensão profissional, marcada pelo gênero e etnicidade, era estendida, também, para o cotidiano do lar. A vila operária Rheingantz, como já mencionado anteriormente, possuía construções habitacionais diferenciadas aos operários e aos mestres e contramestres. A narrativa de Oscar Rheingantz nos ajuda a entender melhor a simbologia dessa constatação:

(...) Quando ele veio em 198... quando ele fundou a fábrica em 1873... já em 1880 ele começava a construir casas para os operários. Para os operários, e claro, ele tinha que construir para os mestres que são técnicos alemães. Os técnicos alemães vinham para cá e não iam morar em casa de barro, certo? Eles vinham de um país civilizado e já queriam morar aqui em uma casa mais ou menos parecida com as casas que eles tinham lá na Alemanha. Então ele construiu casa para os mestres, que eram umas casas um pouco melhores. E construía casa para os operários, que são todos aqueles conjuntos que ainda existe lá geminados. Então são tudo quarteirões geminados, não sei quantas casas (...) (RHEINGANTZ, 1982, p. 31/32).

Oscar Rheingantz acrescenta à constatação de que as hierarquias entre os trabalhadores não se limitavam ao ambiente de trabalho, mas eram estendidas ao cotidiano de suas vidas. Como o empresário comenta, os alemães ao serem “civilizados” necessitavam ter casas “um pouco melhores”, apontando para uma diferenciação no tratamento dos proprietários da fábrica Rheingantz aos trabalhadores a partir de sua etnicidade.

A Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial impactaram diretamente a Fábrica Rheingantz, de maneiras diferentes, como já mencionado. A destruição causada pelas guerras (catástrofes ambientais, econômicas e sociais) serviu de motor para trazer europeus e europeias ao Brasil. A América era vista como o “Novo Mundo”, um lugar de oportunidades para aquelas (es) que não viam mais alternativas no “Velho Mundo”. As teses higienistas que fomentaram o incentivo estatal e empresarial à vinda de europeus, as grandes guerras e as catástrofes causadas por elas, faziam com que o Brasil e a América Latina como um todo fossem vistas como uma alternativa a barbárie (OLIVEIRA, 2018).

Dario Camposilvan e Hilso Magalhães começaram a trabalhar na fábrica Rheingantz já quando adultos, diferentemente das mulheres entrevistadas. O italiano Dario Camposilvan deixou a Europa para imigrar no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Trabalhar como mestre na Rheingantz significava estabelecer-se no “Novo Mundo”, um local que não havia sido atingido de forma direta pela guerra.

Em relação ao trabalho não. Aquilo que eu sabia fazer... que eu aprendi na Itália, na... No ramo da tecelagem... Quando eu entrei à Rheingantz eu me adaptei em seguida, não é? Foi o mesmo trabalho. Em relação ao clima que... (...) diferente. (...) A maneira de viver aqui era muito melhor que lá. Já tinha saído da guerra e aqui era uma abundância. Tudo uma maravilha! Era muito melhor (CAMPOSILVAN, 1981, p. 12).

A construção do brasileiro como inferior e como “um povo preguiçoso” foi um discurso recorrente após a abolição do Brasil. Chalhoub, ao analisar os discursos dos parlamentares em 1988 durante as discussões acerca do projeto de repressão à ociosidade nos ajuda a compreender melhor essa questão. Com o fim da abolição, era necessária uma revisão dos conceitos e dos valores atribuídos a nova ética do trabalho (CHALHOUB, 2005, p. 65). Como atrair mão de obra trabalhadora às novas indústrias emergentes em uma país marcado

pela escravidão, no qual coerção e violência faziam parte do cotidiano das (os) ex escravizados? Nesse contexto, é explicável que a imagem do trabalho seja associada pelas (os) trabalhadoras (es) como algo degradante e penoso.

As discussões visavam combater a ociosidade e “vadiagem” do povo. Chalhoub ressalta que o trabalhador nacional aparece como preocupação principal dos parlamentares, enquanto o debate sobre os imigrantes é ausente. Tal situação fomenta a imagem de que o (a) trabalhador (a) brasileiro não tem gosto para o trabalho, sendo necessário pensar práticas coercitivas para “obrigá-los” a trabalhar. Nas ideias presentes entre os defensores do projeto de lei estão: “Os libertos traziam em si os vícios de seu estado anterior, não tinham a ambição de fazer o bem e de obter trabalho honesto e não eram “civilizados” o suficiente para se tornarem cidadãos plenos em poucos meses (CHALHOUB, 2005, p. 68).

As entrevistas nos permitem identificar, nas falas dos depoentes, simbologias de tais discussões no imaginário dos acionistas da família Rheingantz e que também permeavam as experiências de classe de suas (seus) operárias (os). As narrativas analisadas nos apresentam como tal imaginário teve impacto subjetivamente na vida daquela e daquele que vivem do seu trabalho. A fala de Soeli Botelho reproduzida a seguir nos ajuda a entender melhor tal questão:

Muito reservado. Inclusive quando eu estava na preparação eu trabalhava nos turnos... a senhora sabe. Então eu pegava às dez da manhã e soltava às duas da tarde. Então eu não gostava de levar almoço, então eu sempre levava uma merenda, não é? Ou banana, ou qualquer coisa assim. O que eu pudesse levar eu levava. E teve um dia que eu estava sentado em um caixão comendo banana, mas a máquina toda emendada, não tinha ferro. Ai o doutor João entrou... porque ele entrava fora de hora. Às vezes ele ficava na gerência, a gente pensava, a gente não tinha o horário da saída nem da entrada deles, não é? E ele entrou na seção meio dia e eu nem vi. Uma colega me avisou: - “Soeli, eu vi o doutor João Rheingantz.” Mas quando ela avisou, ele já tinha me visto sentada comendo banana. Aí quando ele saiu na porta, porque ele esteve lá conversando com o senhor Fisher. Ai nesse tempo já era o senhor Ficher que era mestre da preparação. O senhor Ficher foi com ele até a porta. Nessas horas já devia ser meia hora, quinze para uma, mais ou menos. Aí o seu Ficher entrou, chegou na ponta da máquina e perguntou para nós: - “Qual é das senhoras que estava comendo banana?” Aí eu fui e disse: - “Era eu, seu Ficher. Por quê?” Aí ele foi e disse: - “Olha, eu não vou dizer para senhora não merendar, eu sei que não adianta. Sei que vocês fazem horário fora de hora e vocês têm que comer alguma coisa. Mas a senhora quando quiser comer qualquer coisa, a senhora cruze a porta, porque o doutor João chegou lá na gaiola e

perguntou para mim o que que eu estava fazendo que os macacos estavam comendo banana” (BOTELHO, 1981, p. 28/29).

As fontes estudadas não mencionam se Soeli Botelho é uma mulher negra, porém tal situação relatada por ela e a fala de Oscar Rheingantz sobre o povo “civilizado” da Alemanha, demonstram que havia uma disparidade de tratamento com os funcionários, no qual a nacionalidade é um fator determinante. Tal disparidade estava presente nas relações sociais entre empregador/trabalhador e trabalhador/trabalhador.

Em um outro momento da entrevista, Soeli mencionou que a esposa de um dos acionistas da empresa Rheingantz era “boazinha” por deixar as suas filhas brincarem com as filhas dela. O adjetivo de ser boa por deixar crianças que residem em uma mesma vila operária brincar juntas, demonstram que o tratamento paternalista entre empregador e empregado foi incorporado pela operária.

O acervo da fábrica Rheingantz nos possibilita visualizarmos que as seções eram divididas conforme o sexo e idade do trabalhador (a), ajudando a entender o porquê que quando a fábrica fechou as funcionárias e funcionários se reuniam em grupos diferentes.

Os argumentos que recorrem à natureza escondem que por trás da feminização de certos setores de produção e cargos ocupacionais está a intensificação da exploração da mão de obra feminina. Além do mais, ao recorrem a uma suposta natureza universal das mulheres, esses discursos não questionam o treinamento informal e formal que os sujeitos históricos adquirem ao longo de suas vidas. Logo, a educação defendida pelos iluministas do século XVIII e dos médicos, higienistas e humanistas dos séculos XIX e XX, que deveria guiar a mulher para seu destino universal: o lar e a maternidade, auxiliam como justificativas à divisão sexual do trabalho.

As discussões apresentadas até aqui demonstram a importância de articulação entre as relações de trabalho e as relações sociais. Demonstram a necessidade de pensarmos o simbólico e as construções sociais acerca dos papéis sociais destinados a homens e mulheres no mundo do trabalho, indicando que os empecilhos enfrentados no mercado de trabalho e as relações interpessoais no ambiente fabril são permeados pelos discursos de feminilidade.

Todavia, como expõe Kehl, as tentativas de que as mulheres correspondam aos discursos de feminilidades direcionados a elas, encontram resistência. Na trajetória de vida feminina, se torna impossível que as mulheres sigam o modelo de vida sugerido a elas. As tentativas de silenciamento de seus desejos, raivas e o desejo de sua passividade, entram em xeque com o seu cotidiano concreto. As multas que as operárias recebiam por conta de seu comportamento e temperamento, que serão discutidas no próximo capítulo, nos ajudam a pensar sobre os limites da feminilidade na trajetória de vida das mulheres.

CAPÍTULO 2: FEMINILIDADE NO AMBIENTE FABRIL: REPRESSÃO AOS CORPOS E COMPORTAMENTOS E A RESISTÊNCIA COTIDIANA FEMININA

GAIOLA ERA UMA... A GENTE CHAMAVA DE GAIOLA PORQUE ELA FICAVA AO ALTO. (...) AQUELA PEÇA (...) A SALA DELE. (...) COM UMA ESCADA, ENTÃO ERA TUDO ENVIDRAÇADO. ENTÃO NÓS CHAMÁVAMOS DE GAIOLA AQUILO ALI. E DALI ELE VIA TODA A SEÇÃO. (...) CONTROLAVA TUDO LÁ DE CIMA (BOTELHO, 1981, P. 29).

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo procuro examinar os deslocamentos sobre a construção de feminilidade que emergia em fins do século XIX e como esse fenômeno se apresentou nas vivências das (os) operárias (os) da fábrica Rheingantz. A urbanização, industrialização e o trabalho feminino fabril modificaram os arranjos familiares pré-estabelecidos anteriormente, abrindo brechas para uma ruptura e uma crise na ordem constituída. A família que toma forma em instituições, normas, valores e práticas cotidianas (BIROLI, 2018), foi objeto de análise de humanistas, médicos e higienistas que buscavam redefinir o seu papel na nova sociedade nascente (RAGO, 2014).

A mulher por questões socioeconômicas e simbólicas do feminino constitui o grupo de pessoas mais vulneráveis no universo familiar (BIROLI, 2018) e é sobre ela que os discursos acerca dos novos arranjos familiares irão recair. Os conflitos entre trabalho doméstico e trabalho fabril serão o cerne das discussões acerca da feminilidade, que buscam redefinir os papéis das mulheres na sociedade. Como interroga Perrot: “As mulheres podem, devem, ter acesso ao salário, isto é, receber uma remuneração individual, deixando a casa, o lar, que era o seu ponto de apoio e utilidade? (2017, p. 109).

Na fábrica Rheingantz, analisa-se a presença da simbologia do feminino que foi traçada e modificada em fins do século XIX e início do século XX, na valorização da constituição da família nuclear, fechada em si, a partir de políticas sociais de incentivo ao casamento e do código de moralidade que os residentes da vila operária Rheingantz deveriam seguir. As multas e punições aos corpos do operariado constituíam em formas de moldar os comportamentos da mão de obra da empresa Rheingantz, visando a maior extração de lucro. As entrevistas orais e os cadernos de multas do setor administrativo da fábrica Rheingantz nos possibilitam compreender que esse processo não aconteceu sem conflitos. As mulheres resistiram a eliminação de comportamentos vistos indesejados pelos proprietários da fábrica Rheingantz.

Iniciarei a discussão abordando questões que entendo como pertinentes de serem tratadas aqui sobre o processo de higienização da documentação da fábrica Rheingantz. Julgo esse debate importante para a compreensão da análise dessas fontes, que realizarei posteriormente. Além do mais, ao estar em estágio de catalogação e higienização, acredito que o acervo da empresa possibilitará pesquisas futuras, sendo pertinente relatar o meu contato com as fontes.

Posteriormente, analisarei os cadernos de multas registrado pelo setor administrativo da empresa, sendo estes referentes aos meses de agosto a dezembro de 1910 e outubro, novembro e dezembro de 1923. Acredito que serão encontrados mais documentos referentes à disciplina e indisciplina do operariado, mas até o presente momento se encontram disponíveis para pesquisa 5 cadernos referentes ao período reportado acima. Mesmo que 3 destes livretos sejam referentes ao ano de 1910, não contemplando o recorte temporal da pesquisa, julguei necessário analisá-los, visto que eles

possibilitaram uma visão mais aprofundada do modelo comportamental imposto pelos industriais Rheingantz.

A principal referência teórico-metodológica para a exploração dessa documentação foi o historiador britânico E. P. Thompson e seus apontamentos sobre cultura. Busquei realizar uma investigação híbrida entre fonte documental e fonte oral, que me permitiu refletir sobre como as (os) trabalhadoras (es) rememoram as práticas punitivas da empresa.

Em seguida, discorro sobre as políticas sociais ofertadas pela fábrica Rheingantz destinadas a reprodução das suas operárias, como: incentivo ao casamento, licença do serviço por motivos de casamento e parto, auxílio financeiro por nascimento de crianças e assistência parturiente. Analisando essa prática como uma tática da empresa de repor sua mão de obra, comento também sobre trabalho infantil e a concessão de creche e escolas às (aos) filhas (os) das (os) operárias (os). Por fim, exploro a cultura paternalista no universo fabril Rheingantz.



2.2. UM BREVE COMENTÁRIO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DA FÁBRICA RHEINGANTZ E O PROCESSO DE HIGIENIZAÇÃO

A documentação da fábrica Rheingantz salvaguardada no Centro de Documentação Histórico da Universidade Federal de Rio

Grande (FURG), auxilia no estudo da empresa e de suas (seus) trabalhadoras

(es). Em uma análise híbrida com a história oral, podemos explorar as relações de gênero e a inserção da mão de obra feminina na indústria têxtil Rheingantz. A FURG ganhou a custódia desse acervo recentemente, em 2013, sob intervenção direta do Ministério Público (SHIAVON e PRADO, 2016).

A fábrica Rheingantz foi e é objeto de análise de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses de doutoramento, tendo como enfoque diferentes abordagens: industrialização de Rio Grande (RS), patrimônio, memória dos trabalhadores e identidades. A presente dissertação é a primeira pesquisa a ter como foco principal as relações de gênero no universo fabril da empresa. Encontrando-se ainda em estágio de higienização e classificação, não possuímos a dimensão das possibilidades que o acervo da empresa Rheingantz podem possibilitar às pesquisas futuras. Até 2013 a documentação se encontrava depositada em péssimas condições no interior da fábrica, estando em contato direto com insetos, plantas e umidade.

Assim como aponta Shياvon e Prado (2016), o estado deteriorado da documentação dificulta o processo de higienização e classificação. As imagens n.º 1 e n.º 2 apresentam o estado crítico da documentação da empresa Rheingantz, antes da sua guarda pela universidade. Em conversas com os bolsistas do CDH, fui informada que pessoas em situação de rua atearam fogo em parte da documentação, como uma forma de se aquecerem no inverno. No curto



Figura1. Acervo da Fábrica Rheingantz, 2013. (Centro de Documentação Histórica, FURG)



Figura 1. Acervo da Fábrica Rheingantz sendo retirado do chão da fábrica por trabalhadores da FURG, 2013. (Centro de Documentação Histórica, FURG)

intervalo de tempo que participei do processo de higienização do material de janeiro a março de 2018, tive a oportunidade de pesquisar em folhetos da maquinaria, folhas-pontos das (os) trabalhadores, cadernos com a relação dos funcionários e os cargos exercidos e cartas endereçadas aos acionistas da fábrica Rheingantz. Era recorrente deparar-se com insetos durante a higienização do acervo Rheingantz.

Os cadernos de multas tornam possível conhecer as formas punitivas que a fábrica Rheingantz adotou com a finalidade de moldar corpos e comportamento visando maior produtividade. Nessa documentação, estava presente a relação das (os) trabalhadoras (es) e as máquinas/funções exercidas pelas (os) mesmas (os). Entre os nomes das (os) funcionárias (os), apareciam registros de advertências, que variavam de desconto no salário do operariado a demissões. Foram encontrados até a finalização desta dissertação 5 cadernos: 3 referentes de agosto a dezembro de 1910 e 2 referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1923. É a partir desses documentos, em conjunto com a análise das entrevistas já descritas no primeiro capítulo, que vou usar como fonte para a discussão que farei a seguir.

2.3. FÁBRICA RHEINGANTZ: DISCIPLINANDO CORPOS E COMPORTAMENTOS E A AGÊNCIA FEMININA

Dentro das seções da Rheingantz, encarregados, mestres e contramestres monitoravam o ritmo de trabalho da mão de obra. Qualquer desvio era registrado em um caderno de multa, no qual era descontado do salário das (os) funcionários. Em dois cadernos referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1923, percebemos que as mulheres não aceitaram passivamente o modelo de feminilidade (que tinha docilidade e obediência como virtudes) que a sociedade moderna esperava que ela correspondesse, estando presente entre os motivos das punições “multada por desobedecer a ordens superiores”.

Percebe-se que os empresários da Rheingantz procuravam incumbir no operariado uma disciplina do trabalho que visava obtenção de maiores lucros. Para isso, qualquer comportamento que pudesse diminuir a produtividade da

empresa era reprimido, variando as punições entre multas que diminuían o salário das (os) trabalhadoras (es) ou sua demissão. Nas anotações sobre os motivos que levavam a essa prática, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1923, estão: a) “dispensada por não cumprir ordem” (1 mulher), b) “despedido por briga” (1 homem), c) “despedido por estar fumando no serviço” (1 homem), d) “despedido por ter agredido o mestre” (1 homem).

Se recuarmos um pouco no tempo, nos três cadernos de multas referente ao período de agosto a dezembro de 1910, temos registros mais detalhados de quais comportamentos deveriam ser evitados no operariado da fábrica Rheingantz¹². Entre os motivos repressivos estão: a) “falta de respeito ao superior” (4 mulheres e 2 homens), b) “multadas por serviço mal feito” (5 mulheres), c) “dispensado por ter agredido/maltratado seu companheiro” (7 homens e 4 mulheres), d) “multada por grande preguiça” (1 mulher), e) “multadas por brincadeiras” (9 meninas e 2 meninos), f) “multadas por abandonar seguidamente seus lugares” (3 mulheres), g) “negligência” (5 mulheres e 1 homem), h) “conversar durante o serviço”, (1 mulher), i) “multadas por desligar a máquina antes do apito tocar” (5 mulheres), j) “sair da repartição antes do apito tocar” (6 homens), l) dar falsas informações (1 homem), m) “quebra de máquinas e/ou estragar fio” (5 mulheres e 4 homens), n) “por ter faltado ao ensaio de bombeiros” (5 homens), o) “dispensado por estar aos gritos no serviço” (1 homem), p) “dispensados até 2º ordem. Mau comportamento” (2 homens), q) “multadas por falta de atenção ao serviço” (11 mulheres e 1 homem).

Os motivos das multas descritos acima são amplos, demonstrando que as relações de trabalho no universo fabril Rheingantz demandavam um modelo de trabalhador específico, que não possuísse características que poderiam impactar a produtividade da empresa. Assim, as advertências variam em descontos salariais entre 500 réis a 2000 réis. Os decréscimos mais elevados monetariamente eram por motivos de desobediência e falta de respeito com o

¹² Visto a importância desses documentos e o estágio de higienização no qual se encontram, que impossibilitam a análise de registros que reportam datas superiores a 1923, ao não estarem ainda disponíveis à pesquisa ao público, analisei os cadernos de multas referentes aos meses de agosto a dezembro de 1910.

mestre da seção. Percebe-se que caso o comportamento reprimido voltasse a se repetir o valor da multa era dobrado, podendo chegar a demissões. Esperava-se que as (os) trabalhadoras (es), ao ingressarem em seus turnos de expediente, sentassem junto a sua máquina e seguissem um comportamento mecânico, disciplinado, sem interagir entre si.

Thompson (2016), ao estudar os patrícios e plebeus do século XVIII, na Inglaterra, nos ajuda a compreender e analisar melhor as fontes descritas acima. O processo de formação de uma cultura hegemônica encontra resistência dos de baixo, em um campo de relações sociais e disputas. Para o autor, “a queixa mais característica, durante a maior parte do século, era quanto à indisciplina dos trabalhadores, sua irregularidade de emprego, sua falta de sujeição econômica e sua insubordinação social” (THOMPSON, 2016, p. 41). As novas formas de relações laborais, baseadas no trabalho livre e na remuneração monetária, demandavam o desenvolvimento de uma nova psicologia do trabalhador, que nem sempre aceitou se submeter a disciplina exigida pelos patrões. Logo, havia a necessidade de controlar a população a partir de uma hegemonia cultural, criando mecanismos de poder e exploração “mais suáveis”.

Os apontamentos teóricos de Thompson (2016) nos ajudam a entender as multas ao comportamento do operariado da fábrica Rheingantz diante de suas particularidades. Conforme Fraccaro (2016), o Brasil tinha uma classe trabalhadora majoritariamente rural e com pouca instrução formal e qualificação. Segundo os apontamentos da autora, no país, “a industrialização, verificada por indicadores econômicos desde o final do século XIX, passou a absorver cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras rurais no trabalho nas cidades, mas sem reverter a maioria de camponeses e camponesas (FRACCARO, 2016, p. 20). No Rio Grande do Sul, diante do recenseamento realizado pelo IBGE, percebemos que ainda em 1950 a população rural era superior a população urbana no Estado, contabilizando 1.421,98 entre sujeitos urbanos e suburbanos e 2.742.841 de população rural. Isso significa dizer que a maior parte dos brasileiros e gaúchos ainda estavam ligados as formas de trabalho do meio rural, pouco mecanizado e que possuía relação entre os ritmos do trabalho com os ritmos da natureza.

Com a industrialização, era necessário criar uma psicologia de trabalho aos, agora, operárias (os). Tempo é dinheiro, é produção e é lucro, sendo necessário o otimizar ao máximo. As horas laborais dentro da fábrica não deveria ter “desvios” comportamentais que pudessem diminuir as taxas de lucros do patronato. A inclusão de tecnologia demandava funcionárias (os) mecânicos, que realizassem as suas tarefas repetitivas e monótonas de forma disciplinada.

O setor administrativo da empresa Rheingantz registrava a organização das (os) trabalhadoras (es) bimestralmente, em sua disposição tarefa/máquina ocupada. É nesses mesmos cadernos que encontramos anotados as multas comportamentais as (aos) trabalhadoras (es). A divisão de tarefas era organizada minuciosamente. Em uma mesma atividade, como a lavagem da lã, encontramos as seguintes divisões de funções: carregadores da lã à lavagem (3 trabalhadores), responsáveis pela escovação (2 trabalhadores), responsáveis por ensaboar a lã (1 trabalhador), secar a lã (4 trabalhadores), carregadores da lã já lavada e tingida (3 trabalhadores).

As multas por não ter o comportamento desejado pelos industriais Rheingantz apontam que as (os) operárias (os) resistiram a nova psicologia do trabalho. Estes buscaram confrontar o tempo das máquinas com o seu tempo biológico e comportamental, diante da indisciplina. Os atos de desobediência, brincadeiras, risadas, conversas, falta de atenção ao serviço, brigas, entre outros, atestam que a mão de obra é constituída por pessoas que produzem relações humanas, possuem sentimentos e desejos. As tentativas de padronização do comportamento do operariado e as indisciplinas constatadas nos cadernos de multas do setor administrativo demonstram um conflito simbólico entre as distintas classes.

A própria mão de obra, a partir das hierarquias entre os diferentes trabalhadores que a compunham, eram encarregados de monitorar os ritmos de trabalho das (os) operárias (os). O desenhista técnico Aureo Nunes de Almeida, após comentar que o conceito de trabalho têxtil é feminino, relata que ele era responsável por supervisionar a produção das trabalhadoras. Conforme

o trabalhador, quando perguntado se as mulheres resistiam aos ritmos do trabalho fabril:

Resistia. Até em uma ocasião eu fiz um trabalho. Eu já usava esse relógio que está aqui. Isso foi em 1950 e pouco (risada). E eu: esse cronógrafo. E cada moça fazia cerca de 5 mil nós de tapetes por dia. Os tapetes para... (...). Elas faziam 5, 4, 5 mil nós por dia, dependendo da complexidade do desenho. E eu comecei a perceber que havia um pique na produção mais ou menos às 9 horas da manhã, depois a produção ia caindo. E sem que elas percebessem lá da minha mesa... estava aqui o cronometro, não é? Funcionando e contando as carreiras que elas faziam e vendo a quantidade de nós produzidos. E reparei que a produção caía e ia das 10:30 às 11:15, que era a hora que saía as menores de idade. De tarde entravam à 1 hora. Quando era mais ou menos 3 horas estavam com outro pique de produção e dali a coisa ia declinando. Declinando até que às 16:30 até às 17 horas não faziam mais nada. Um pouco era cansaço, porque é difícil um trabalho físico. Tem que dar nó por nó a mão e abrir com os dedos da mão esquerda os... ah, o urdume. E aqueles fios que vem no tear de tapetes eles são dispostos verticalmente. Então, com os dedos da mão direita se entrelaçava o fio da lã e puxa (tosse). Esse é o nó. Então, esse trabalho é muito cansativo e aí eu troquei o outro pique. Eu determinei, mas não sem antes falar com a direção da companhia, e das 9 horas às 9:15 eu determinei que todo mundo parasse de trabalhar. Não queria ninguém trabalhando. Todo mundo tomando café com aquelas “tracanasas” de pão e mais. Sem preocupação nenhuma. Tranquilidade tomando o seu café. Isto é, descasando. E às 9:15 pegavam outra vez no serviço. Com isso eu provoquei um outro pique e a produção simplesmente aumentou de 5 mil para 7 mil e 500 nós. 50% da produção é uma coisa, é um milagre, porque qualquer empresa para aumentar 10% da produção gasta fortunas. Nós conseguimos aumentar lá 50% da produção. Todos os livros de produção lá, de documentação, devem ter sido guardados, que comprovam isso. E dependendo até tapetes lisos elas faziam. Até bastante mais. Até 8 mil nós (ALMEIDA, 1987, p. 9).

O que a fala de Aureo Nunes de Almeida nos aponta é que o ritmo do trabalho industrial e de suas máquinas também precisavam ser ajustados aos ritmos humanos. A baixa de ritmo da produção em determinados momentos do dia, na memória do trabalhador acarretaram na criação de um intervalo. Sua narrativa também demonstra a complexidade do trabalho das operárias, que precisavam manualmente com seus dedos dar nós na lã, formando assim os tapetes produzidos na empresa. Este trabalho requeria bastante atenção e destreza manual e, como os cadernos da empresa analisados aqui indicam, qualquer falta de atenção que pudesse impactar a produção das peças era descontado do salário das trabalhadoras. O trabalhador Paulo Carlos Peixoto Júnior também comenta sobre as punições dos industriais Rheingantz ao operariado:

Havia uma punição, mas era em benefício deles próprios. A Sociedade de Mutualidade fornecia medicamentos, médico... e todo empregado era sócio da mutualidade. Então, na tecelagem é muito comum os erros da tecedeira. Fios muito, muito arrebetados na revisão. Então aqueles defeitos eram descontados e aplicavam uma pequena multa para a mutualidade. Eram descontados e essa folha era remetida. Era por semana o pagamento (1984, p. 13).

Assim, defeitos na produção eram descontados do salário das operárias como uma forma de evitar que esses acontecimentos pudessem se repetir. Um fio “arrebetado”, que poderia ser fruto da má qualidade da matéria-prima eram justificados pela má qualidade de trabalho das trabalhadoras. Para o trabalhador Pedro Carlos Peixoto Júnior, que ocupava um cargo qualificado dentro da empresa, contador do setor administrativo, as punições eram em benefícios dos próprios trabalhadores, indicando que os discursos paternalistas foram internalizados pelo mesmo.

Constata-se punições similares ao analisar a imprensa operária de Porto Alegre (RS). Analisando o jornal *A Luta*, Bilhão averiguou que a imprensa operária denunciava no período de ... as punições as operárias, no qual (...) “multas e confiscos por faltas como atrasos, conversas durante o trabalho, ler ou subir as escadas de tamancos, variavam entre 100 e 500 mil réis, o que representava de um a cinco meses de salário da operária” (2005, 143). Aravanis também observa esse fenômeno em fábricas das cidades de Pelotas (RS), Rio Grande (RS) e Porto Alegre (RS):

Em Pelotas e Rio Grande este processo de disciplinarização fabril é claramente visível na Cia. União Fabril (Rheingantz), no estabelecimento do Srs. Júlio Silva & C., e na fábrica de tecidos Ítalo-Brazileira. Em Porto Alegre e São Leopoldo, identifiquei, dentre outros, os seguintes estabelecimentos com este perfil: Cia. Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Cia. Fabril Porto Alegrense, Cervejaria Ritter & Filhos, Casa Alberto Bins e Fábrica de Fósforos Sul Rio Grandense. Como se observa, a idéia de “tempo útil”, através deste novo mecanismo de coerção, impunha-se com mais vigor no processo produtivo das indústrias no estado. Reforçando este controle, que futuramente poderia até substituir a vigilância dos contramestres, constata-se a imposição, ao operário, de sua subordinação à disciplina rítmica ditada pela máquina, mais uniforme e intensa (ARAVANIS, 2012, p 153/154).

Os levantamentos de Bilhão e Aravanis são importantes de situarmos aqui, pois demonstram que a prática punitiva não foi restrita aos empresários Rheingantz, mas estavam presentes em diferentes empresas de diferentes setores do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, indicam que foi um tema

debatido no movimento operário, que se repelou contra essa realidade. Todavia, nos jornais operários e comerciais pesquisados na presente pesquisa sobre a fábrica Rheingantz: *O Tempo*, *A Lucta*, *Echo Sul*, não foram encontradas notícias que retratassem o tema.

Soeli Botelho narrou, em 1981, a existência de uma sala de vidro no piso superior da seção de tecelagem, tendo como finalidade proporcionar que os encarregados, mestres e contramestres fiscalizem o trabalho das operárias. Ao observar de cima em uma sala de vidro transparente, qualquer comportamento indesejado das operárias era reprimido e denunciado. Como relatou Soeli Botelho:

Gaiola era uma... A gente chamava de gaiola porque ela ficava ao alto. (...) Aquela peça (...) A sala dele. (...) Com uma escada, então era tudo envidraçado. Então nós chamávamos de gaiola aquilo ali, E dali ele via toda a seção. (...) Controlava tudo lá de cima (1981, p. 29).

Assim, em uma sala de vidro, amplia-se as formas de monitoramento dos trabalhadores. Já no portão da fábrica, o trabalhador da portaria registra os atrasos e ausências das (os) funcionárias (os), avisando seu chefe a ocorrência de qualquer negligência cometida pelo operariado. Hilso Magalhães, ao narrar em 1988 sobre sua relação com as (os) funcionárias (os) da empresa, abordou os conflitos entre trabalhadoras (es) na fábrica. Os guardas da portaria cumpriam a tarefa de fiscalizar os horários e eventuais roubos cometidos pelo operariado, acarretando com que a relação entre os guardas e demais trabalhadoras (es) fosse perpassada por conflitos. Como afirmou Hilso Magalhães:

É sempre tem. Só em ser guarda os funcionários já não gostam (...). É, não gostam. Sou malvisto pela maioria. (...) É eu sempre digo assim: "Olha, os bons funcionários são amigos do guarda e os maus são inimigos." Eu digo para eles, quando me respondem alguma coisa eu digo. Essa é a resposta que eu dou. (...) É, às vezes eu tenho algum receio. Eu tenho que andar sempre armado por causa disso. Às vezes um diz assim: "É, eu vou te atacar na rua." Às vezes uma mulher: "Eu vou mandar o meu marido te esperar". Algumas vão suspensas até, não podiam andar com bolsa, não marca o cartão; marca o cartão doutro. Já aconteceu uma série de coisas aí dentro. Atualmente está organizado, não acontece nada. (...) Mas houve uma época aí, que esse tipo de coisa: "vou mandar meu marido falar contigo." "Tu és o dono da fábrica, dono de tudo", estas piadas eles dão para nós. (...) Tudo que entra e sai da companhia é controlado na portaria por mim e pelo porteiro. Sempre eu vou verificar se está certo. (...) horário de entrada e saída do pessoal e também das mercadorias que saem daqui da fábrica. Tudo é registrado em um livro na portaria. (...) Olha, com o homem eu acho que é bem mais

difícil trabalhar. Com a mulher é sempre mais... sempre respeita mais, não é? Sempre respeita mais o guarda, do que o homem. O homem é mais difícil (1988, p. 18/19).

A ênfase nos horários e nos registros na experiência da Rheingantz nos remete a Thompson, que em texto já clássico, discute, o tempo-relógio é uma forma de disciplinarização da mão de obra industrial. A relação da sociedade com o tempo está relacionada, em diferentes sociedades e períodos históricos, às atividades desempenhadas pela mesma. Se anteriormente a contagem do tempo era efetuada com base na natureza, a introdução do relógio responde à demanda de uma sociedade moderna em emergência. Nesse sentido, "(...) o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro" (THOMPSON, 2017, p. 272).

Durante os séculos XVII e XVIII, o relógio era um artigo destinado a poucos indivíduos, e era visto com símbolo de status social. Com as mudanças ocorridas em fins do século XVIII e XIX na Europa, era necessário regular o tempo do indivíduo, para obter maior rendimento. Pretendia-se eliminar a "ociosidade", difundindo-se propagandas que retratavam o ócio e o lazer como "tempo malgasto" e os sujeitos que a praticavam como "preguiçosos". Os ritmos de trabalho anteriores às transformações precisaram ser modificados. O tempo medido pela natureza, seja ela climática, da lida com o gado, do tempo do plantio, não correspondiam as exigências do mundo moderno, urbano e industrial. Sobre a introdução do relógio no cotidiano da sociedade, Thompson segue discorrendo: "O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço" (2016, p. 279).

Em relação às nossas operárias rio-grandinas, é importante mencionar que, ao residirem em uma vila operária próxima ao local de produção, os sinos que indicavam os turnos de trabalho não estavam presentes apenas no cotidiano das (os) trabalhadoras (es), mas também no de suas famílias, que escutavam de suas residências o apitar emitido na fábrica. A Segunda Guerra Mundial foi o período que houve maior saída de mercadorias, acarretando que

a produção da fábrica Rheingantz fosse realizada 24 horas por dia. Como lembram as (os) trabalhadoras (es) da empresa:

Ah, iam para todo o Brasil e para o estrangeiro também. Eles vendiam muito. (...). Era época de guerra, não é? Porque eles trabalhavam dia e noite. (...) É, a Segunda Guerra. (...) Não os países eu não me lembro, mas parece que a Alemanha. Também era muito vendido para a Alemanha. (...) Ah é, nós fazíamos serão e ela só parava no domingo mesmo porque nós fazíamos tudo. Tinha uma turma que pegava às 6 horas da manhã, soltava às 10 horas da manhã. Entrava outra turma. Bom, aquela turma que entrou às 10 horas saía às 14 horas e aí nós pegávamos às 14 horas. Nós íamos para a casa às 18 horas. Aquela turma das 18 horas pegava às 18 horas e soltava às 22 horas da noite e saía às 6 horas da manhã. (...) Toda a noite. Às 6 horas da manhã nós entrávamos. Quer dizer, que era uma semana do dia para uma semana do dia para outro. Ela só parava domingo. Inclusive até sábado ela trabalhava até às 22 horas da noite. (...). Ah trabalhavam nas nossas máquinas (os trabalhadores no trabalho noturno). (...) Ah, produziam a mesma coisa que nós. Só os tapetes que não (BOTELHO, 1981, p. 6/7).

Desde o Decreto do Trabalho Feminino, n.º 21. 417, de 17 de maio 1932, as mulheres eram proibidas de trabalhar à noite, entre as 22 horas e 5 horas. Diante disso, os homens trabalhavam no turno noturno nas “nossas máquinas”, como define Soeli Botelho. O decreto previa que as mulheres pudessem trabalhar à noite apenas nos seguintes casos: a) mulheres que possuíam membros da família trabalhando na mesma empresa; b) cuja interrupção do serviço prejudicasse o funcionamento do estabelecimento, no qual “estavam eximidas do cumprimento dessa proibição aquelas ocupavam postos de trabalho na saúde, hospitais, clínicas, sanatórios e manicômios e incumbidas de tratamento de enfermos” (FRACCARO, 2016. p. 165). Em São Paulo, a proibição do trabalho feminino noturno vigorava desde 1894, a partir do Código Sanitário. No entanto, com o Decreto do Trabalho Feminino, aumentou-se a fiscalização do labor da mulher (FRACCARO, 2016). O trabalhador Pedro Carlos Peixoto Júnior narra sobre a produtividade durante a 2º Guerra Mundial e a proibição do trabalho feminino:

Mundial da Europa. Então a companhia trabalhava 24 horas por dia e empregava uma turma de mil e duzentos empregados na mesma proporção (do período anterior a 2º Guerra Mundial), 75% mulheres e 25% homens. Como as mulheres não podiam trabalhar de noite, depois das 10 horas até às 5 da manhã, por imposição das leis trabalhistas, a companhia mandou buscar um grupo de tecelões pernambucanos. Então é esses que faziam uma série de turmas de madrugada e as... e o resto do pessoal se revezavam em duas turmas. Então eram 24 horas consecutivas. Serviço de conservação era feito no domingo sem parar (JÚNIOR, 1984, p. 3).

O período das Grandes Guerras é lembrado pelas (os) operárias (os) enquanto o momento em que a fábrica mais produziu, chegando a trabalhar 24 horas por dia. As narrativas relacionam esse fato ao esplendor da empresa Rheingantz e sua importância à economia do país. Foi o momento, também, na memória dos trabalhadores, em que as mulheres não podiam trabalhar no turno noturno, dificultando que a fábrica trabalhasse os 3 turnos. O trabalhador Pedro Peixoto Júnior que comenta em outro momento da entrevista que o conceito de tecelagem no Rio Grande do Sul é relacionado ao trabalho feminino, discorre que os empresários mandaram recrutar trabalhadores de Pernambuco para trabalhar na empresa Rheingantz. Essa narrativa demonstra que a divisão sexual do trabalho fez parte do imaginário simbólico do trabalhador.

Lopes (1988), em seu clássico estudo sobre a Companhia de Tecidos Paulista, discute sobre o recrutamento que a empresa realizava no Estado de Pernambuco. Intitulado pelo autor enquanto uma forma de “aliciamento da mão de obra”, a empresa mandava alguns de seus funcionários à região pernambucana com a finalidade de trazer trabalhadores para trabalhar na empresa. E, segundo Lopes, essa prática já existia em 1920, mas tomou a forma predominante da constituição da mão de obra da fábrica entre os anos de 1930 a 1950 (LOPES, 1988). Essa prática foi a principal forma da Companhia de Tecidos Paulista constituir a sua mão de obra, em um processo de proletarização de trabalhadores rurais de Pernambuco.

O aliciamento realizado pela Companhia de Tecidos Paulista se constituía de duas formas: a) o aliciamento massivo de trabalhadoras que não possuíam qualificação anterior no trabalho que iriam desempenhar na empresa, a partir do recrutamento de famílias inteiras; b) O aliciamento de mão de obra qualificada, que era realizado de forma individual (LOPES, 1988).

Na fábrica Rheingantz, as entrevistas demonstram que a fábrica desenvolveu essa prática após a proibição do trabalho feminino, em 1932. Logo, a proletarização de trabalhadores rurais do Estado de Pernambuco se tornou uma forma de empresários paulistas (da Companhia de Tecidos Paulista, de São Paulo) e gaúchos (da empresa Rheingantz, de Rio Grande) de

resolver os problemas gerados pela escassez da mão de obra nessas regiões. A narrativa do trabalhador Pedro Carlos Peixoto Júnior nos propõe a reflexão do porquê havia a dificuldade de encontrar trabalhadores para o trabalho na tecelagem em Rio Grande (RS), mas mais do que isso, o porquê o contador do setor administrativo da empresa relaciona o serviço têxtil às mulheres. Em uma análise conjunta com as demais fontes orais investigadas aqui, percebemos que as (os) trabalhadoras (es) identificam o trabalho repetitivo, que requer atenção e cuidado ao sexo feminino. Diante da literatura referente ao tema, temos conhecimento que essa associação foi utilizada pela cultura dominante para justificar a divisão sexual do trabalho e a situação precária que se encontravam as mulheres no trabalho industrial do início do século XIX e início do século XX (SAFFIOTI, 2013; RAGO, 2014; FRACCARO, 2016; REZENDE, 2012).

Além dos apitos das trocas de turnos, os trabalhadores da Rheingantz deviam estar sempre atentos às sirenes que anunciavam os possíveis incêndios. Todos os funcionários do sexo masculino que residiam na vila operária eram obrigados a participar do corpo de bombeiros da empresa e, em caso de incêndio, estar a postos para intervir. Como forma de treinamento aos trabalhadores, recorrentemente as sirenas tocavam, mesmo que não houvesse indício de incêndio, sem aviso prévio. Soeli Botelho, Hilso Magalhães e Dario Camposilvan discorrem sobre:

Tem. Tinha. (...). Olha o seu Jaime fazia parte, Jaime. Esse Jaime do vale fazia parte. (...) Os guardas da firma faziam parte. (...) Ah, eles tinham treinamento. (...) Ah, eles faziam ensaio de incêndio. (...) Ah é, se apitava, por exemplo, se a fábrica apitava o apito chamando, eles largavam tudo que estavam fazendo. (...). Inclusive para ensaio. (...) Que às vezes assim para pegar eles de surpresa. (...). Treinar e eles largavam (BOTELHO, 1981, p. 53/54).

Sim, seus componentes eram os moradores (cláusula obrigatória). (...) Tinha sua aparelhagem própria. Recebia de um chefe as instruções teóricas e exercitava-se em incêndios simulados. (...) A senhora pergunta se atingia também as moradias? (...) Em caso de incêndios... (...). Atendia, dava o alarme... a sirene. Dava 3 apitos e o intervalo. E ali a gente largava o serviço e ia. (...) Sim, funcionários da firma, que moravam nas casas da firma. A senhora entendeu? Eu me atrapalho um pouquinho. Sou... não sei se reparou o meu sotaque. (...) Mas quando dava o sinal o pessoal que era bombeiro largava o serviço. Qualquer serviço que tivesse executando largava para atender o chamado do bombeiro. (...) 40... 40... 45 bombeiros. (CAMPOSILVAN, 1981, p. 2/3).

Tinha um corpo de bombeiros e tinha as casas da Companhia. Até hoje, como eu moro em uma delas, então cada morador ali, quando eles assinavam o contrato para morar nas casas, eles tinham o compromisso de ser bombeiro da fábrica. Qualquer momento que a fábrica apitasse, qualquer hora do dia e da noite, o primeiro socorro era aquele pessoal que dava. Era obrigado a sair de casa e vir. Cada um tinha a sua função ali no setor dos bombeiros, não é? Um dia pegar a mangueira, outro pegava o extintor, outro ia abrir as válvulas, outro ia tocar a bomba para dar pressão na água. Então o primeiro socorro era... era dos bombeiros da fábrica, mesmo. Uma rede de incêndio que até hoje, encanamento de tudo que é lado ia ligar a mangueira e começar a apagar o fogo (SOUZA, 1988, p. 9).

Os relatos acima nos demonstram que mesmo após os seus expedientes, nos momentos de lazer, descanso e de socialização familiar, os trabalhadores precisavam estar atentos aos apitos que poderiam avisar o acontecimento de incêndios na fábrica ou nas casas operárias, tendo que estes estarem a postos para intervir a qualquer momento. Logo, os trabalhadores que residiam na vila operária estavam “de plantão” 24 horas por dia.

Lopes (1988) comenta que na Companhia de Tecidos Paulista a construção de conjuntos habitacionais nas extensões da fábrica possibilitaram que as formas de dominação de classe se ampliassem. As moradas ao redor das grandes indústrias, para o autor, “parece mostrar a imposição dada pelo patronal local às condições pedagógicas e de inculcação necessário à interiorização pelos novos trabalhadores da nova forma de dominação (LOPES, 1988, p. 52). Assim, o processo de proletarianização dos novos trabalhadores era propiciado pela dependência que o patronado criava com o operariado, na fomentação de políticas sociais voltadas à moradia de suas (seus) funcionárias (os). Ao residirem próximo a fábrica, o controle patronal era maior, possibilitando condições de internalizar nos trabalhadores a nova psicologia do trabalho necessários para o cotidiano fabril. Além disso, era uma forma de fixar a mão de obra na empresa.

Ferreira, ao analisar uma fábrica têxtil de Blumenau, observa que a disciplina no mundo ambiente fabril e os mecanismos de controle da mão de obra encontraram resistência em sua efetivação, pois “os operários estavam atentos às possibilidades de infiltrações para criar fissuras e brechas no sistema de disciplinamento industrial” (2016, p. 734). No capítulo anterior, quando discutimos a narrativa de Soeli Botelho sobre o episódio que foi

repreendida por se alimentar no local de trabalho, demonstra que as trabalhadoras possuíam fortes laços de solidariedade que se contrapunham ao objetivo de dominação total instituído pelo sistema vila-fábrica. Isto fica claro no episódio em que o empresarial Rheingantz estava entrando na seção dos tapetes e a operária Soeli Botelho estava se alimentando durante o seu expediente de serviço (algo proibido na empresa) e as suas colegas tentaram avisar da presença deste no ambiente. Esse episódio demonstra que as trabalhadoras criaram redes de solidariedades entre elas, e buscavam burlar os códigos comportamentais da fábrica.

Entendendo que a classe se constituindo nas relações humanas, o ato de solidariedade identificado na fala de Soeli aponta para um sistema de valores entre as (os) trabalhadoras (es) que dá forma a uma consciência de classe. Como comenta Thompson (2016) a cultura popular é constituída pelas necessidades e expectativas dos sujeitos coletivos. Uma análise da cultura enquanto consenso, homogeneidade e estabilidade, “pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.

O episódio narrado por Soeli Botelho não está isolado no cotidiano fabril da Rheingantz. Observa-se que havia fiscalização dos comportamentos das (os) residentes da vila operária Rheingantz. Recorrentemente, quando um (a) trabalhador (a) faltava o serviço, seus vizinhos eram indagados sobre os motivos do seu não comparecimento, e como já demonstrei em pesquisa anterior, “os operários acobertavam uns aos outros quando era necessário, como em casos de colegas que não iam trabalhar simulando doença, demonstrando o sentimento de solidariedade de classe existente na vila operária” (MATOSO, 2017, p. 19).

Naquela oportunidade, verifiquei que as narrativas indicavam que quando as (os) operárias (os) eram indagados pelos seus chefes sobre a razão pela qual seus vizinhos de vila operária haviam faltado o serviço, estes os acobertavam, ao indicarem que seus colegas de trabalho estavam doentes e por isso não haviam tido condições de comparecer ao trabalho..

As fontes demonstram que as experiências de classe se apresentam, também, conforme o gênero do (a) trabalhador (a). A fala de Hilson Magalhães sobre os conflitos entre guarda e demais trabalhadoras (es) nos permite refletir que o intitulado por Kehl (2008) como deslocamento do feminino persiste no imaginário operário durante o século XX, pelo menos até o período de fechamento da fábrica Rheingantz em 1968. Ao falar que as mulheres respeitam mais que os homens, Hilson nos proporciona compreender que os discursos simbólicos que entendem a mulher enquanto “dócil, frágil e obediente” (RAGO, 2014) estão presentes nas relações interpessoais no universo fabril. Nessa concepção, a mulher, ao ser frágil, necessitava da proteção de seu marido. E, como Biroli elucida, “Muitas das nossas percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho” (2018, 21).

O contramestre Dario Camposilvan contou em entrevista realizada em 1981 que no período de falência da fábrica, os furtos aumentaram, “(...) houve um caso aí de umas mulheres que andaram roubando. Tirei e levei para ele (provavelmente para o funcionário do setor administrativo da empresa). Ele chamou e botou na rua” (1981, p. 21). As entrevistas retratam o desalento das (os) trabalhadoras (as) no período de falência e fechamento da fábrica, em 1968. A negligência no pagamento das (os) trabalhadoras (es) e o acúmulo de suas dívidas podem ter corroborado para o aumento do número de furtos. Thompson (2016) e Rago (2014) ajudam a visualizar práticas que poderiam ser consideradas nas categorias de “crime”, ou movimentos “difusos” e não organizados das (os) trabalhadoras (es), na verdade podem possuir objetivos claros e determinados: se rebelar contra as relações de produção do sistema capitalista.

O período de falência da fábrica marcado pelos atrasos de pagamento das (os) trabalhadoras (es), pode ter encontrado sua forma de manifestação contra essa situação na agência do operariado nos furtos cometidos por estes. E, como discorre Thompson sobre os plebeus do século XVIII, mas que serve enquanto aporte teórico para a presente pesquisa, precisamos olhar a resistência para além da lente do movimento operário. Assim, as práticas

cotidianas no chão da fábrica Rheingantz também se configuram enquanto uma disputa para manter sua própria relação com a produção.

Além das multas, também foram encontrados nos mesmos cadernos referentes a outubro, novembro e dezembro de 1923 anotações que dividiam os trabalhadores enquanto “servem para o serviço”, “não serve para o serviço”. As (os) funcionárias (os) considerados pela empresa enquanto consideradas não aptas ao serviço eram demitidas. Possivelmente esses registros serviam para que caso a (o) funcionária (o) voltasse a procurar emprego na fábrica Rheingantz, já estivesse anotado o nome de trabalhadoras (es) indesejáveis pela empresa. No caso de trabalhadores que foram considerados aptos ao serviço ou que prestam trabalho há anos, foram ofertadas algumas concessões, como no caso da operária Maria Luiza da Rosa Corrêa que recebeu seu salário adiantado. A justificativa para o seu pedido de adiantamento salarial era por ter se tornado viúva e ser mãe. A justificativa da empresa à concessão do pedido era que ela “presta serviço há anos”. Assim, o tempo de trabalho permitia maiores oportunidades de barganha entre trabalhadoras e os empresários.

Até aqui demonstramos que a cultura na fábrica Rheingantz foi um palco de relações sociais, no qual tanto os empresários quanto os trabalhadores – a partir de relações de poder distintas -, atuaram no processo de criação, contestações e redefinição de um modelo comportamental na empresa. As mulheres, ao estarem em maior número em relação aos homens enquanto infratoras desse modelo, indicam que longe de serem uma mão de obra passiva e dócil, foram sujeitas ativas no palco de disputas simbólicas que representavam os conflitos de classe existentes no universo fabril.

2.4 POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS À REPRODUÇÃO DO OPERARIADO

Para Kehl (1998), a feminilidade é uma construção discursiva produzida pelo sujeito masculino, no qual se espera que a mulher corresponda. Como já exposto anteriormente, o final do século XIX e início do século XX é um período chave para compreendermos o conceito de feminilidade emergente na modernidade. Se na Idade Média, o discurso sobre a família era unitário e

produzido pela igreja católica, na modernidade diferentes setores da sociedade se propõem a debater a instituição familiar (FOUCAULT, 1988).

A separação entre a casa e a fábrica modificou diretamente o trabalho feminino. Se antes as mulheres produziam produtos alimentícios e fabricavam tecidos e roupas em suas casas, agora elas, juntamente às crianças, formaram o grupo que compõem a mão de obra das empresas dos setores têxteis e alimentícios em maior quantidade (FRACCARO, 2016; SAFFIOTI, 2013). Contudo, o trabalho doméstico e de reprodução seguem importantes ao funcionamento da sociedade, pois é dele que a mão de obra das fábricas é constituída, e, assim como Perrot afirma: “as sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido, sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (2017, p. 109). Sabendo da importância do trabalho doméstico e da reprodução, a sociedade moderna busca desenvolver discursos que justifiquem e naturalizem o processo de feminilização da responsabilização na execução dessas tarefas.

A Rheingantz fomentou políticas sociais destinadas a reprodução. Margarida Reis Soares informa que a empresa possuía uma enfermeira e uma parteira destinada a auxiliar o parto das operárias. Documentos da fábrica das décadas de 1910 e 1920 demonstram que antes do Estado regulamentar a licença maternidade¹³, as trabalhadoras possuíam o direito a 30 dias de afastamento do trabalho após o parto. O acompanhamento médico antes e após o parto era descontado da folha de pagamento das funcionárias, diminuindo ainda mais seus salários.

Em sua entrevista, o contramestre Dario Camposilvan lembrou da assistência médica disponibilizada pela empresa: “Lá tinha um laboratório com 4 médicos, dois enfermeiros e uma enfermeira parteira. Tinha um farmacêutico e tinha uma farmácia completa. (...) não precisava ir no centro [de Rio Grande] (1981, p. 22). Margarida Soares Reis também comentou: “Era o médico contratado, era a enfermeira Palmira. (...) Ela dava, ela dava remédio (a parteira). Ela fazia remédio. Ela cuidava da pessoa, não é? Ela (a parteira) e a enfermeira nossa, a Palmira.” (1987, p. 4). Pedro Carlos Peixoto da Silva Freitas mencionou a “mentalidade avançada” de Carlos Guilherme Rheingantz,

¹³ O Decreto do Trabalho das Mulheres, de 1932, estipulou a licença maternidade e proibiu a desigualdade salarial e o trabalho noturno das mulheres (FRACCARO, 2016).

relatando que havia detalhes pitorescos nessa política: “a moça que cassasse, operária, tinha direito a um enxoval completo, mas se cassasse com o consentimento dos pais” (1984, p. 6).

A narrativa do desenhista técnico Aureo Nunes de Almeida nos ajuda a elucidar como era o procedimento de atendimento da parteira:

Essa assistência médica era bastante ampla. Ela incluía, por exemplo... Eu estive ontem na casa das minhas irmãs mais velhas que eu, que deveriam lembrar de coisas pelas quais eu não passei, não é? E me contaram uma coisa, por exemplo, o atendimento a parturiente. Havia uma parteira empregada da companhia, da Sociedade de Mutualidade. E essa Sociedade de Mutualidade era mantida pela mensalidade de todos os empregados da companhia. Se não me engano era 5 mil réis, uma coisa assim, a contribuição mensal de cada empregado. E tinha uma parteira chamada Madame, ela fazia o acompanhamento da parturiente tempos antes do parto e depois até uma semana, ou até mais. Até cair o umbigo da criança, não é? Ela assistia a parturiente e não entregava a criança para a mãe antes que o umbigo caísse todos os dias. Ah, ia visitar de manhã e ajudava a parturiente a sair da cama, a dar seus passinhos, naquela concepção antiga que as coisas deveriam ser feitas devagar, não é? (...) Todos os dias a parteira levava um tônico chamado “água inglesa” que é para fortalecer a mãe. E de maneira em que vem o carinho em que eram tratadas todas as mães. Esse era o trabalho da parturiente. (...) A viuvez eu não sei se tinha, mas eu lembro que tinha um auxílio para casamento. Havia auxílio para filho nascido. Havia, inclusive, até davam, antigamente eles davam parece que três dias, antes da lei. Todas essas coisas foram instituídas pela União Fabril muito antes de qualquer lei social e todo o atendimento de... havia férias antes da lei de férias (ALMEIRA, 1987, p. 14).

Aureo, ao mencionar que um dia antes da realização da entrevista conversou com as suas irmãs mais velhas para lembrar de “coisas pelas quais eu não passei”, indica que o trabalhador estava ciente de que haviam experiências na fábrica Rheingantz no qual ele não tinha vivenciado, mas as trabalhadoras, sim. As políticas de incentivo a reprodução iniciavam desde o momento em que as mulheres ganhavam um enxoval ao se casarem. Nos documentos referentes a 4 de agosto de 1910 a dezembro do mesmo ano, foram encontrados registros de licença de 8 dias por motivos de casamento de uma operária e de 4 dias a um operário, pelo mesmo motivo. As operárias ganhavam uns dias de folga do serviço e recorrentemente seus casamentos eram realizados no Clube Social da empresa, com a presença do corpo de trabalhadoras (es) e representantes dos industriais.

Tinha verba para o casamento. Moça que fosse empregada 3 anos na firma e ia se casar, é... se aquilo era legal, se era tudo direitinho ela recebia um adiantamento. Era o fundo de auxílio Carlo Guilherme

Rheingantz, que ele estipulou para esses casos especiais. Claro, tinha muita coisa... tinha muita coisa... (Rheingantz, 1982, p. 34).

Ao instituírem na empresa políticas sociais voltadas ao auxílio casamento, nascimento do filho e assistência a saúde da gestante e criança nascida, a fábrica Rheingantz garantia a reposição de sua mão de obra. Aureo comenta que seu pai e seus irmãos também trabalhavam na fábrica, seguindo narrando que:

Ah, e dentro do espírito da companhia, eles gostavam que os próprios empregados cassassem entre si e formassem família e os filhos continuassem dentro da companhia. Isto era uma recomendação desde o tempo do comendador Rheingantz. E como o meu pai trabalhava lá já, tinha irmãos que trabalhavam lá. Eu estava no ginásio, no Lemor Jr. o 4º ano do ginásio, e fui para a turma que terminou a 4ª série. Quando tiraram a 5ª série e eu precisava prover a minha, um pouco da minha subsistência. Afinal, eu ia estudando no científico, e então eles ofereceram vaga ao meu pai para mim como copiador de receitas na tinturaria. Trabalhando só meio turno, ou então trabalhava de manhã, das 7:15 às 11:15. De tarde eu ia para o ginásio e de noite eu fazia tiro de guerra. E assim, a minha atividade naquele ano foi essa. Por isso que também ajudou a arrebentar a hemoptise da minha "bronquetasia". Eu tenho ela, já é uma coisa de nascença. (ALMEIDA, 1987, p. 3).

Percebe-se através das fontes orais que se privilegiava empregar como mão de obra filhas (os) de suas (seus) funcionárias (os). A fábrica Rheingantz disponibilizada para suas (seus) trabalhadoras (es) escola, e creche, que segundo Aureo Nunes de Almeida, eram separadas as turmas conforme o sexo. Em um turno as crianças estudavam na escola e no outro trabalhavam na empresa. Assim, ao disponibilizar creche e escola, liberavam as mães para trabalhar na empresa e iam moldando os corpos das (os) possíveis futuras (os) operárias (os).

A operária Margarida Soares Reis opinou que a questão central que a levou a exercer seu ofício na fábrica Rheingantz foi a sobrevivência financeira de sua família: "Foi dia... eu tinha nove anos. (...) Não, eu perdi meu pai e minha irmã me levou para o serviço também. (...) Tapetes, eu comecei a trabalhar na seção dos tapetes (ROCHA, 1987, p. 1).

As entrevistas realizadas com trabalhadoras (es) da fábrica Rheingantz nos permitem analisar o conceito de feminilidade para além do espaço militante, mas no cotidiano fabril. Isso se torna visível na política de benefícios sociais cedidos pelos seus empresários. Grande parte da mão de obra iniciava o ofício ainda na infância, sendo estes muitas vezes filhos das (os)

trabalhadoras (es). A recomposição da mão de obra tinha relação com a reprodução do núcleo familiar das (os) operárias (os). Analisando esse fenômeno em uma empresa têxtil de Blumenau, Ferreira comenta:

Considerada fundamental para o funcionamento da engrenagem fabril, a família servia como parâmetro de medida da atuação dos trabalhadores no cotidiano e, apesar de suas tensões e desigualdades internas, também fomentava um senso de unidade doméstica e metas coletivas. (...) A sobrevivência era o principal fator de motivação para tal procedimento, e os menores de idade não chegavam sequer a completar o ensino básico e já eram recrutados para ajudar no sustento familiar (FERREIRA, 2016, p. 730).

Assim, longe de ser um entrave à participação da mulher no universo fabril Rheingantz, a maternidade era incentivada. Logo, a pergunta feita pela historiadora Perrot, “As mulheres podem, devem, ter acesso ao salário, isto é, receber uma remuneração individual, deixando a casa, o lar, que era o seu principal ponto de apoio e utilidade?” (2017, p. 110), foi respondida pelos empresários Rheingantz: sim, elas puderam trabalhar fora de casa e, ainda assim, seguir sendo a principal força reprodutora da força de trabalho.

Margarida Soares Reis informa, em sua entrevista, que sua filha frequentou a creche e a escola disponibilizada pela empresa. Esse benefício social possivelmente contribuiu para que as mulheres pudessem seguir a exercer suas profissões após o nascimento de seus filhos. Como expõe a operária:

(...) a gente levava as crianças menor de 5 anos (para a creche). A minha filha saiu de lá com 13 anos (...). Depois ela foi para a escola com 6 anos. E ia de manhã para o colégio e a tarde para a creche. Eu tinha que trabalhar e ela ficava lá com as irmãs (SOARES, p. 6).

O contador Pedro Carlos Peixoto Junior comenta que as turmas da escola disponibilizada pela empresa eram segmentadas a partir dos sexos biológicos. A turma das meninas era dividida em dois turnos: um pela manhã e outro à tarde. Essa divisão por turnos permitia que “um (grupo de meninas) frequentava a escola de manhã e trabalhava de tarde na fiação e trocava. Assim, um grupo de meninas que trabalhava na fiação ao meio dia... e ganhavam na escola e na fábrica” (1984, p.4). Com isso, a própria organização escolar era pensada diante da demanda da empresa.

A confecção de tapetes mencionada por Margarida é realizada por meninas menores de idade. Outra trabalhadora, Soeli Botelho, comentou sobre o trabalho infantil:

trabalhei, trabalhei os três primeiros anos nos tapetes, porque lá nos tapetes é assim.... Quando eu entrei para a Rheingantz, com 18 anos, não ficava na seção de tapetes. Fazia 18, era transferido para outra seção. Não trabalhava menor (...). Na seção do tapete só ficava maior a padroneira. E o mestre dos tapetes disse para mim que lastimava muito eu ir embora, que eu manobrava bem os tapetes, mas que não tinha lugar para padroneira. Até estava o seu Pedrinho, que era carpinteiro, na mesa dele e ele disse: - "Pedrinho, essa gurria me deu o que fazer, sempre brincando. Quando eu posso entregar um tapete para ela, ela tem que ir embora. Tem 18 anos, tem que ir para outra seção". Aí eu fui para a preparação (BOTELHO, 1981, p. 2).

A narrativa de Soeli, discorrer sobre sua transferência da seção dos tapetes à seção de preparo, ao relatar o episódio em que o mestre comenta com o carpinteiro que ela "(...) me deu o que fazer, sempre brincando", demonstra que a prática de brincar foi recorrente no período em que trabalhou na seção dos tapetes, não sendo um comportamento desejado. Nos cadernos administrativos da empresa Rheingantz, há menção a punições ao operariado jovem por brincar ou brigar no ambiente de serviço, indicando que a fábrica buscava disciplinar os comportamentos do operariado jovem, eliminando desvios que pudessem diminuir a produtividade da firma.

O trabalho na seção dos tapetes foi recordado pelas trabalhadoras como um período de boas recordações. As brincadeiras que realizavam entre as máquinas são fio condutores de uma memória acerca do período em que a família Rheingantz geria a empresa. O passar a infância, adolescência e vida adulta na fábrica fortificam os laços afetivos entre a fábrica e as narradoras. A evidência dos laços afetivos se torna ainda mais visíveis na seguinte fala:

Ah, quando a fábrica fechou, a senhora só ouvia choradeira. Só ouvia gente chorar, não é? É que a gente se criou ali dentro, como eu me criei. Eu saía às 17h para brincar de boneca. Eu tinha 14 anos naquele tempo. Uma menina de 14 anos brincava com boneca (...). Eu saía para casa e ia brincar com bonecas. Boneca de pano, não é? Quer dizer que a gente sentiu aquilo ali, se criou ali dentro. Inclusive, quando eu fui fazer o exame para trabalhar na FURG (após a falência da fábrica), eu achava que não ia me dar para trabalhar em outro lugar, porque eu me criei ali dentro, não é? (...) Eu morei 31 anos ali na Rheingantz (...) Não, nas casas da fábrica não. Na [vila?] Rheingantz ali (BOTELHO, 1981, p. 15/16).

Tal contexto torna impossível às narradoras desassociar a sua vida pessoa do seu ofício, em "uma relação de simbiose com a rotina e o trabalho

diário propriamente, além de vincular-se à esfera de eventos mundanos, à vida privada, às genuínas experiências e à formulação da consciência de classe” (FERREIRA, 2016, p. 728). As formas de dominação de classe são ampliadas a partir do momento em que o êxito e/ou a falência da Fábrica Rheingantz são relacionados aos períodos de suas formações enquanto ser humano.

Como teoriza Biroli, “a família toma forma em instituições, normal, valores e práticas cotidianas. Sua realidade não é da ordem do espontâneo, mas, sim, dos processos sociais, da interação entre o institucional, o simbólico e o material” (2018, p. 91). Na fábrica Rheingantz analisamos que há políticas de incentivo a fomentar a criação de núcleos familiares estáveis, que corroborem à reprodução de sua mão de obra.

Distintamente da política de incentivo ao casamento das operárias da fábrica Rheingantz, Rezende (2012), analisando o complexo coureiro-calçadista de Franca-SP, entre os anos de 1950 a 1980, constata que a empresa Amazonas não contratava mulheres casadas, pois estas eram mais propensas a engravidar e, segundo a indústria, decorrente disso, faltarem ao serviço. As trabalhadoras já empregadas eram demitidas se casassem. Possivelmente os empresários do complexo coureiro-calçadista de Franca-SP associavam a maternidade às faltas no serviço das trabalhadoras pelo fato de as tarefas de reprodução e cuidado serem vistas historicamente enquanto femininas, acarretando triplas jornadas às mulheres. A fábrica Rheingantz reverteu essa situação ao disponibilizar creche e escola às (aos) filhas (os) das (os) operárias (os), podendo assim ainda se beneficiar do trabalho infantil destes quando considerados pelas suas famílias ou pela empresa enquanto aptos para trabalharem.

Outro benefício social criado que possui marcadores de gênero é a política habitacional. Uma forma de fixar a mão de obra na empresa foi criando casas destinadas ao operariado. Em 1884, com a criação da vila operária, a proximidade entre as (os) trabalhadoras (es) e industriais se tornava maior. O operariado de diferentes função e cargos que exerciam na empresa e industriais residiam em uma mesma vila, ao lado da fábrica Rheingantz. Sobre a política habitacional o contador Pedro Carlos Peixoto Júnior comenta sobre como ocorria a seleção das (os) funcionárias (os) que seriam contemplados por esse benefício:

Bom existia (seleção prévia do beneficiado). Existia o chefe de família como base, não é? E se a esposa também trabalhasse aqui, porque eram dois beneficiados que iriam morar perto da fábrica. E quanto ao aluguel era simbólico. Era um cruzeiro, naquela época. Naquela época mesmo 2\$000 réis. Era um cruzeiro, dois cruzeiros... Era simbólico. Simplesmente simbólico. E essas casas ainda existem. Elas foram adquiridas pela companhia Inca e os operários ainda residem (1984, p. 5).

A narrativa de Pedro Carlos Peixoto Júnior indica que a família estável que a empresa Rheingantz incentivava formar tinha como modelo a autoridade do marido sobre as mulheres e as crianças, ao ter o “chefe de família” como base à seleção da concessão das habitações ao operariado. É importante situarmos aqui um debate teórico sobre família e divisão sexual do trabalho, para melhor entendermos a fonte oral.

O modelo hegemônico de feminilidade ocidental da sociedade moderna orienta a mulher a ocupar um lugar de submissão nas relações sociais do núcleo familiar. Estando inseridas (os) em um sistema patriarcal que cria hierarquias de poder entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2013), os trabalhadores possuem vantagens em relação as trabalhadoras, em acessos desiguais a direitos e recursos materiais. Uma das dimensões marcantes das desigualdades de gênero se encontra no fato de que a tripla jornada feminina, advindo da atribuição da responsabilidade pelas crianças e pelo trabalho doméstico às mulheres, liberam os homens de desempenhar essas tarefas, possibilitando que estes ingressem no mundo público com maior facilidade que o sexo feminino (BIROLI, 2018).

Porém, vale ressaltar, como vimos na discussão anterior sobre o disciplinamento dos corpos operários e a agência feminina, a cultura que se pretende hegemônica encontra resistência da (os) de baixo. E a família não é um modelo estático, mas sim fruto de relações sociais. O que é importante frisarmos aqui é que o modelo familiar que tem o homem como sujeito central fez parte do imaginário dos empresários da fábrica Rheingantz, dificultado as trabalhadoras a terem acesso a política habitacional.

A operaria Soeli Botelho relatou as dificuldades que enfrentou para conseguir ter acesso a uma moradia da firma Rheingantz. Trabalhando na fábrica desde os 14 anos de idade e permanecendo na mesma durante o período de gestão da empresa Inca Têxtil, que passaram a administra a indústria depois da falência do período dos Rheingantz, Soeli só ganhou as

chaves de sua casa na vila operária Rheingantz após a reabertura da empresa em 1970. De acordo com ela, a demora ocorreu pelo fato dela não ser “chefe de família”.

Conforme sua narrativa:

Para mulher não. [...] Não só pra homens (...). No tempo dos Rheingantz, é. Não dava pra mulher, só pra homens. Pra chefe de família, não é? A única mulher que tinha era a Marina, uma que era caixa geral” (BOTELHO, 1981, p. 32).

Margarida Soares Reis, que começou a trabalhar na empresa aos 9 anos de idade e permaneceu na mesma até o seu fechamento, comenta que também não teve acesso à moradia. Para Margarida, ela não conseguiu residir nas habitações da fábrica Rheingantz porque não teve “sorte”, visto que a escolha, segundo a entrevistada, se dava a partir de um sorteio, “[...] não, não eram escolhidos, dependia da sorte [...] é tinha um número... nunca tive sorte [...] as casas eram deles, eles é que davam, eles cobravam... (REIS, 1987, p.5)”.

Por outro lado, o trabalhador Dario Camposilvan lembrou que passou a morar na vila operária Rheingantz quando começou a trabalhar no turno noturno:

Eu fui convidado pra trabalhar na turma da noite, que na época tinha muito serviço [...] e aí eu fui convidado para assumir a responsabilidade da turma da noite. Aí eu disse que não podia assumir, porque onde eu morava tinha muito barulho e não podia dormir de dia. O gerente no mesmo... no mesmo dia, na mesma hora me deu uma chave da casa, no subúrbio, perto do campo São Paulo lá, onde que não faz... não tinha movimento, pouco movimento naquela época. E foi quando que me deram a casa em 1956. Fazem 26 anos que eu moro lá. (CAMPOSILVAN, 1981, p. 20).

Analisando a fábrica Nitro Química (SP), nos anos de 1950, Fontes observou que o acesso a moradia “era franqueado a pessoas com funções estratégicas na produção como chefias, mestres, vigias, encarregados e operários qualificados (FONTES, 1996, p. 82)”. Em relação a fábrica Rheingantz, o empresarial Oscar Rheingantz informa, em sua entrevista, que não havia sorteio à seleção das (os) operárias (os) que iriam ser contemplados com a política habitacional da firma, mas que ele “achava” que era escolhido conforme a importância das (os) trabalhadoras (es).

O que as entrevistas com as (os) funcionárias (os) da fábrica Rheingantz apontam, é que ficou cristalizado em suas memórias a relação entre chefe de

família e as maiores facilidades gozadas pelos trabalhadores em usufruírem da política habitacional da empresa. As entrevistas demonstram também que as mulheres não aceitaram passivamente essa relação desigual entre as operárias e os operários. Como Soeli retrata: “Eu pedi para ele. Aliás, quando eu já estava atacada, já tinha brigado com o seu Lewis. Aí o doutor Paulo chegou lá e me entregou a chave” (BOTELHO, 1981, p. 32).

2.5 A VILA OPERÁRIA RHEINGANTZ E OS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA EMPRESA

Outra questão que se mostrou importante tratarmos nesse capítulo é como a vila operária e os benefícios sociais concedidos pela empresa Rheingantz se configuraram como uma forma de dominação e de disciplinarização das (os) operárias (os). A necessidade de apaziguar os conflitos de classe gerados pela contradição capital e trabalho levaram industriais a pensarem formas de gerirem as suas empresas, em um discurso de “capital, humano e progressista” (FONTES, 1996). Na fábrica Rheingantz percebemos a receptividade dessa política empresarial a partir das entrevistas das (os) trabalhadoras (es).

Perrot (2017) relata que o paternalismo foi uma forma que o empresariado buscou para disciplinar a mão de obra francesa. Para Perrot o paternalismo se configura das seguintes formas: 1. Presença da figura do patrão no espaço fabril; 2. Relações de trabalho conforme o modelo familiar; 3. Os trabalhadores aceitar e até mesmo reivindicaram essa forma de relação. Rezende (2012) ressalta que há uma interpretação rigorosa e restrita que compreende o paternalismo apenas em empresas de pequeno e médio porte, no qual o patrão é o principal fiscalizador do trabalho. Porém, como o próprio Rezende aponta, a figura patrão-pai não ficou restrito apenas a essas empresas, sendo uma política adotada também em empresas de grande estrutura e capital investido.

Thompson (2016) nos atenta para o fato da amplitude que o termo paternalista pode tomar. Utilizando duas citações que em primeiro momento poderiam ser configuradas enquanto práticas paternalistas, o autor comenta

que na verdade estas descrições retratam acontecimentos distantes no tempo e geograficamente: uma descreve a relação entre senhores e escravos no Brasil colonial; a outra a aristocracia da Inglaterra no século XVIII. Segue o autor: “Se quisermos, podemos chamar de paternalismo uma concentração autoridade econômica e cultural. Mas se admitimos o termo, devemos admitir que é demasiado amplo para uma análise detalhada” (THOMPSON, 2016, p. 29). O paternalismo seria uma relação mutualmente consentida, que implica calor humano, troca. Aponta-se à necessidade da análise empírica, em contextos específicos, não devendo o termo ser abandonado, mas fugindo de generalizações que possam contribuir em abstrações que tenham pouco a explicar sobre a sociedade e suas relações sociais;

As mudanças ocorridas com a Revolução Industrial foram vivenciadas distintamente entre os diferentes setores da sociedade. Para Thompson, abordando os ingleses do século XVIII e XIX, a plebe experimenta a “modernização” e a “racionalização” como uma exploração, uma apropriação dos seus direitos costumeiros. Assim, a emergência das fábricas coloca em crise a relação próxima entre empregador e empregadores. Conforme o autor:

Foi uma fase de transição. Uma característica importante foi a perda de usos ou direitos não monetários, ou a sua conversão em pagamentos em dinheiro. Esses usos ainda eram extraordinariamente difundidos no início do século XVIII. Favoreciam o controle paternalista, porque apareciam ao mesmo tempo relações econômicas e relações sociais, relações entre pessoas, e não pagamentos por serviços ou coisas. Sem dúvida nenhuma, comer à mesa do empregador, morar no seu celeiro ou acima de sua oficina, era submeter-se à sua supervisão. Na grande casa os cuidados dependiam dos trocados dos visitantes, das roupas da senhora, das sobras clandestinas da despesa, passavam toda a vida granjeando favores. Até os ganhos extras multiformes dentro da indústria, cada vez mais definidos como “roubo”, tinham mais probabilidade de sobreviverem nos lugares em que os trabalhadores os aceitavam como favores e se submetiam a uma dependência filial (THOMPSON, 2016, p. 42).

Os apontamentos de Thompson (2016) nos possibilitam pensar as políticas sociais criadas pela fábrica Rheingantz ao operariado e como esse fenômeno ficou cristalizado na memória das (os) trabalhadoras (es).

Durante o período de funcionamento da fábrica Rheingantz, 1873 a 1968, três gerações de descendentes Rheingantz administravam a empresa. As três gerações buscaram estar presentes no chão da fábrica. Como

menciona Oscar Rheingantz sobre o contato dos acionistas com os trabalhadores:

Eu tenho uma norma de conduta. Sobre princípio que é base fundamental, que é verdade e é justiça. Isso eu aprendi, sei lá, talvez lendo Karl [Marx], lendo livros de Karl... Eu estive muito doente com 13 anos de idade, então eu estive muito tempo na cama. E nesse tempo eu li muito, li, li, li, li todos os livros de Karl, que era na época um escritor alemão e hoje está traduzido para o português. É um homem que, não é? Coisa interessante. Não sei por que eu tinha essa base de ser, de exigir a verdade e ser justo. (...). Todo chefe que é verdadeiro... e que é justo, ele adquire uma força moral, uma autoridade moral muito grande. E isso eu... trans... continuei fazendo... O Jacques poderá saber melhor do que eu, porque ele é que ouvia as coisas, mas eu tenho a impressão de que ele deve ter ouvido nunca uma queixa de um operário sobre mim. Porque eu nunca deixei de ouvir um empregado e nunca deixei de ah... de responder a ele... em termos... de justiça e verdade (RHEINGANTZ, 1981, p. 29).

Quando Oscar Rheingantz narra sobre Karl Marx, precisamos levar em conta que a entrevista oral é produzida a partir de uma relação entre entrevistado e entrevistador, no qual o entrevistado muitas vezes fala o que pensa que o entrevistador gostaria de ouvir (PORTELLI, 2012). Porém, esse trecho da entrevista nos possibilita compreendermos as maneiras com as quais os industriais recorreram para fixar a mão de obra na empresa e apaziguar os conflitos gerados pelas condições de trabalho. Como Rezende aponta, “Além do objetivo de evitar conflitos, muitas práticas paternalistas visavam estimular os trabalhadores a atingirem as metas de produção, realizar horas extras e executar tarefas distintas” (2012, p. 219).

A fala de Oscar Rheingantz marca a hierarquia na relação entre empregado e o empregador, “o chefe”, porém busca apaziguar os conflitos em uma narrativa que o enfatiza enquanto justo, verdadeiro com as (os) trabalhadoras (es). Como o empresário comenta, ele sempre buscou responder o operariado nos termos de justiça e verdade (no qual ele julgava ser). Logo, não haveria de ter queixa do operariado sobre ele.

Como ressalta Perrot (2017), é necessário que a mão de obra fabril reivindique e internalize as relações paternalistas, o que podemos verificar na fala de Soeli Botelho: “Ah é, eu não tenho nenhuma queixa dele. Era muito humano. Ele pode ter os erros dele, agora como humano ele era” (1981, p. 11). Soeli comenta sobre um episódio em que pediu um empréstimo financeiro ao João Rheingantz:

Era o João Rheingantz. Porque eu trabalhava nos tapetes mesmo. Teve uma época que não dava para nada. Eu ajudava em casa. Meus dentes estavam estragando e eu ganhava pouco, não é? Ai eu fui lá em cima falar com o doutor João. Ai eu fui e disse assim para a Alva, essa que era contra-mestre dos tapetes, que era encarregada. E eu disse assim, - Alva eu vou lá em cima falar com o doutor João para ele me emprestar dinheiro para eu arrumar os dentes. Vou mentir para ele que estou doente.” A Alva foi e disse assim: - “Não, Soeli. Tu vais lá e fala a verdade para ele, que ele é uma pessoa que tu estás conversando e ele está te olhando nos olhos. Ele sabe quando tu estás mentindo ou quando tu não estás. Tu falas para ele a verdade, que se ele tiver ele vai te emprestar o dinheiro”. Ai eu cheguei lá em cima e falei para ele que precisava de trezentos mirréis para arrumar meus dentes, que eu já não podia que estava um caco. Se ele me emprestava os trezentos mirréis. Descontava, não é? Dez cruzeiros... dez mirréis por mês. Ele foi e disse assim: - Olha, a senhora volta aqui outro dia. Ele marcou a data pra eu ir lá e aí ele me emprestou os mirréis. E eu comecei a pagar naquela época 6 mirréis por mês (BOTELHO, 1981, p. 27).

Rezende (2012) ao analisar o complexo industrial de Franca (SP), também contatou a concessão de “benefícios” pontuais dos industriais para as (os) trabalhadoras (es). Nas entrevistas analisadas por Rezende, os (as) trabalhadoras (es) relataram que os industriais de Franca faziam empréstimo financeiros antes da ordem de pagamento. Fontes (1996), ao analisar a fábrica Nitro-Química de São Paulo, nos anos 1950, constata que a empresa cedia empréstimos às (aos) operárias (os) que pretendiam construir suas casas, com a finalidade que estes pudessem comprar materiais de construção. Além disso, os industriais da Nitro-Química distribuíam caixas de leite para seus funcionários e o término dessa prática constituiu-se na memória da mão de obra relacionado à falência, a perda da grandeza que um dia a fábrica representou para o município e país.

Speranza (2012) analisando os mineiros do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1940 a 1950, comenta a prática paternalista na fábrica-vila de São Jerônimo. Os empresários das minas montaram uma rede de assistência e lazer ao operariado, como: hospital, clube e cinema. Essa prática, segundo a autora, foi uma forma de atração e manutenção da mão de obra, assim como uma forma de legitimar a superexploração na qual esses trabalhadores estavam submetidos (SPERANZA, 2012, p. 62).

Todavia, não era os acionistas que superficionavam cotidianamente a produtividade das (os) trabalhadoras (es). Como Rezende discute (2012), ao passo que as fábricas se expandem e, conseqüentemente, seu corpo de funcionárias (os) aumenta, se torna impossível que apenas os industriais

supervisionem e tenham contato diário e cotidiano com a mão de obra da empresa. Como já exposto anteriormente, na fábrica Rheingantz os mestres, contra-mestres e encarregados cumpriam o papel supervisionar o trabalho das (os) operárias (os). Nas entrevistas podemos identificar a presença de uma relação paternalista. Como comenta Soeli sobre sua relação com o mestre da seção de tapetes:

(...) Eu entrei em setembro de 1947, mesmo. Ele me chamou na mesa, chamou na mesa, ele me chamava de Soeli. Ele disse assim: "Soeli, vem para cá que eu quero falar contigo". Ele era muito reservado. E foi e disse assim para mim: "Toma, este envelope é para ti". Era um envelope via aérea. Ele foi e disse: "Guarda, não mostra para ninguém. Só abre na tua casa". Aí eu cheguei em casa e abri o envelope, agarrei e entreguei para mãe e disse: "Mãe, olha o que o mestre me deu". Abri o envelope e dentro do envelope tinha cinquenta cruzeiros. Aí eu fui e a mãe disse: "Mas porque ele te deu esse dinheiro?". Eu não sei. Aí no outro dia eu fui perguntar para ele o porquê que ele me deu aquele dinheiro. Ele foi e me disse assim: "Soeli, tu és uma menina pobre, uma menina que precisa. Tu mereces e não vais não... Tu precisas desse dinheiro, então eu te dou de natal esses quinhentos cruzeiros para ti. Mas não diz para ninguém". Quando foi o segundo ano começou aquele comentário, "vão dar o décimo terceiro, vão dar o décimo terceiro", que para a menor era cem cruzeiros e para maior era duzentos cruzeiros. Que chegou o segundo ano na Rheingantz começaram a pagar o décimo terceiro. Era uma gratificação. Não era décimo terceiro, era gratificação da firma. Então era cem cruzeiros para menos e duzentos cruzeiros para maior. Aí começaram aqueles comentários: "vão pagar", "não vão pagar". E aí ele me chamou na mesa e foi e me deu o envelope e me disse assim para mim: "Toma, Soeli. Não vão pagar a gratificação. É pra ti". Mas nunca ninguém ficou sabendo disso porque ele não queria que eu dissesse para ninguém. Para não haver comentário dentro da seção, mesmo. Aí eu cheguei em casa e tinha cem cruzeiros dentro do envelope. Mas aí eles pagaram os cem cruzeiros de gratificação. Aí eu cheguei nos tapetes e disse para ele: "Olha mestre, eu vim lhe dar os cem cruzeiros, porque o senhor disse que eles não iam pagar, mas eles pagaram. Então eu vim lhe dar os cem cruzeiros". E aquela época é cem mirréis, não era... (BOTELHO, 1981, p. 26).

Essas práticas contribuíam para fomentar a noção de que todos membros da empresa formavam uma grande família, discurso que fez parte do imaginário de outras empresas do Brasil, como as fábricas estudadas por Fontes (1996) e Rezende (2012). Ao serem todas (os) integrantes de uma única família, afasta-se a concepção de classes sociais distintas e com antagonismos. Procurava-se neutralizar os movimentos políticos dos operários, relacionando-se de maneira individualizada (RAGO, 2014).

Aureo Nunes de Almeida comenta o que mais o marcou no período em que trabalhou na fábrica Rheingantz:

Ah, o espírito, o espírito. Nos primeiros tempos me marcou muito. Ah, o clima de familiaridade. Amizades que se criavam lá dentro. (...) Muito. Eu fui muito, muito, vamos dizer assim ajudado. Amparado em fases da minha vida. Ah, mesmo a minha questão de saúde. Eu vou até citar o que aconteceu no caso da minha “bronquetasia”, o seu Paulo, como era chamado, ele me chamou no escritório e disse que eu queria, que eu precisava ser... ah, entrar no lugar do desenhista técnico, o Hermelino, não é? Depois que eu já estava trabalhando uns meses com ele lá, como “office-boy”. Tanto que imediatamente me tiraram da tinturaria. Depois então ele fez uma proposta para eu ser desenhista técnico. Até aí tem um acontecimento engraçado, ele disse para mim: - “o senhor vai para o lugar do Hermelino que está fazendo tratamento em Porto Alegre. Para ser desenhista técnico”. Eu disse: - “Ah, mas seu Paulo, eu não sei desenhar”. E ele disse: - “Não senhor, todos os seus irmãos são conhecidos como desenhistas. O senhor também tem que ser desenhista. (...) Não, não, o senhor está se subestimando, porque eu vi um trabalho seu na mão da Ana Maria”. Ana Maria era uma sobrinha dele, mãe do Oscar Paulo Pernigotti, era casada com o seu Pernigotti. E esse era meu colega de ginásio, muito meu amigo, eu sempre ia veranejar na casa deles no Bolacha (ALMEIDA, 1987, p. 4).

Aureo era filho de um trabalhador que permaneceu na fábrica Reingantz por 52 anos e que tinha ocupado tarefas importantes na mesma. Segundo Aureo, seu pai trabalhou dezenas de anos à frente do setor de Mutualidade, responsável por promover políticas sociais voltadas ao operariado. As narrativas indicam que o contato direto entre empresários e funcionários ocorria apenas em cargos de maior especialidade e status. As funcionárias que ocupavam cargos de menor prestígio social, como Soeli Botelho e Margarida Soares Reis, retratam que havia uma distância entre elas e os industriais, em caracterizações que os definiam: “Muito quieto. Muito reservado”. Assim, no caso das operárias a relação individualizada se dava com o mestre e contramestre de suas seções.

A entrevista de Aureo indica que o trabalhador teve maiores oportunidade em progredir na empresa por já ser filho de um trabalhador que ocupava um cargo qualificado. Ainda na 4^o série, em 1943, o entrevistado foi convidado para trabalhar na empresa enquanto copiador de receitas. Ao ficar doente, ocupou o cargo de “office boy” e, alguns meses depois, ocupou o cargo de desenhista técnico da empresa, mesmo sem possuir formação anterior. Aureo residia na vila operária e tinha contato com a família Rheingantz, em uma relação direta com os empresariais. Esse histórico parece ter influenciado a sua vivência na fábrica.

Todavia, o paternalismo entra em choque com as condições de trabalho no chão da fábrica, o que também compõe a memória das (os) trabalhadoras (es).

A narrativa de Margarida nos ajuda a compreender as condições de trabalho na empresa Rheingantz:

Tinha sim, pouco cuidado tinham. (...). Na minha seção eu me lembro de um... eu me lembro de uma batida de tapete, não é? Eu fui virar o tear ao contrário e o tear voltou e me deu aqui. Quando me deu aqui assim... fiquei com o pé quebrado. Até hoje sinto, sentindo. Até o dedo aleijado e ficou uma mancha roxa. Fiquei 20 dias no seguro. Pensei até que tinha quebrado tudo. Que Deus me perdoe, que me dói até hoje. Toca aqui. Tantos anos... (...) Valia, pagavam muito (indenizações por acidentes). E tinha também muitas coisas que acontecia lá dentro. Também, não é? Os que escorregavam, caíam, se pisavam. Para ver se quebravam uma perna... (pausa). Puxava o tapete e escorregava... tapete também... (REIS, 1987, p. 6/7).

A seção na qual os episódios narrados por Margarida de Souza Reis aconteceram, o trabalho é desempenhado por trabalhadoras menores de idade. Quando perguntada se o trabalho na seção dos tapetes era “mais fácil”, Soeli Botelho respondeu com negação:

Serviço muito puxado. Quer dizer, os martelos são tudo de ferro e os teares são abertos a mão. Fechar os teares e abrir os teares a mão. Bate os tapetes com o martelo de ferro, passa a lançadeira a mão. Porque o tapete é todo feito a mão. E os salários eles pagavam e pagam ainda um salário mínimo (BOTELHO, 1981, p. 3).

Ao falar dos acidentes no local de trabalho, Margarida Soares Reis relatou em 1987 que a fábrica Rheingantz disponibilizava para seus funcionários indenização e atendimento médico, demonstrando que além dos discursos paternalistas, os benefícios sociais cedidos pela empresa também corroboraram para apaziguar as contradições sociais no chão da fábrica. Rezende (2012) intitulou essa prática como “capitalismo de bem-estar social”.

Este é o caso da Fábrica Rheingantz, que desde sua fundação se destacou pela sua estrutura e capital investido. Sobre a assistência médica e acidente no trabalho, Margarida Souza Reis comentou: “Tinha toda assistência, até hospital. Tinha todinha. Tinha hospital e toda assistência médica por conta deles. Era muito boa a fábrica. Agora não é mais a Rheingantz, não é?”. Na época da entrevista, a empresa havia passado por transformações estruturais, no qual a partir de 1970 essa pertencia a outro grupo de acionistas que não mais a família fundadora, passando a se intitular Inca Têxtil.

Ao lembrarem do período em que a família Rheingantz administrava a empresa, as (os) operárias (os) relacionam o auge da fábrica com os benefícios sociais e as premiações financeira concedidos. Dario Camposilvan ressalta que estes benefícios antecederam as leis de trabalho criado no governo de Getúlio Vargas:

Próprio da firma. Sim, porque a firma em relação a... No caso das leis sociais, ela começou a manter essas leis, a partir de [19]35 ou antes?? Sim, porque a partir de [19]35 todos funcionários já tinham essas leis. Já tinham essas contribuições” (CAMPOSILVAN, 1981, p. 18).

O empresário Carlos Guilherme Rheingantz¹⁴ é visto como um homem a frente de seu tempo, um indivíduo no qual foi pioneiro na criação de benefícios sociais as (os) operárias (os) e que influenciou outras empresas a adotarem essa política. Dario Camposilvan comenta: “Abriu campo para o bem-estar social, favorecendo mais a comunidade “fabrilista” e servindo de modelo para que outras firmas o copiassem” (1981, p. 2). Oscar Rheingantz é enfático ao se referir ao seu avô:

O meu avô é... com esse estudo da Alemanha, no tempo do Bismark, ele trouxe para cá essa preocupação pelo operário, pelo cidadão comum, pelo homem comum, pelo pobre, certo? É, então, ele veio preocupado com a moradia, com a saúde e com a alimentação, certo? Aliás, com a educação. E acabou preocupado com a alimentação de falta de legumes, pão. Então andou se preocupando com trigo e outros. Bom, é... ele então, quando ele veio em 198... quando ele fundou a fábrica em [18]73, já em [18]80 ele começou a construir as casas para os operários.

Fontes (1996) aponta que o discurso de fábrica “família” e a política social redefiniram os laços afetivos e sociabilidade das (os) trabalhadoras (es). Havia a predominância de migrantes nordestinos trabalhando na empresa Nitro-Química (SP), sujeitos estes que muitas vezes vinham sozinhos, sem as suas famílias. Esse fenômeno possibilitou o êxito do paternalismo, na interiorização desses discursos pelas (os) trabalhadoras (es). Pensando no contexto da fábrica Rheingantz, grande parte de sua mão de obra era imigrante ou migrante, no qual no próprio chão da fábrica as identidades coletivas, muitas vezes, se redefiniam. Sendo assim, há a possibilidade de que a diversidade de sujeitos que integravam a mão de obra da pudessem contribuir ao êxito das

¹⁴ Nascido em 14 de abril de 1849, Carlos Guilherme Rheingantz funda, aos 25 anos de idade, a fábrica Rheingantz após a morte de seu pai Jacob Rheingantz, de origem Alemã e fundador da Colônia de São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul.

práticas paternalistas que averiguamos nas narrativas das (os) trabalhadoras da Rheingantz.

As comemorações festivas e realizações de festas e jogos de futebol na vila operária foram condutas recorrentes no período de funcionamento da fábrica. Nessas comemorações festivas, se encontravam as (os) trabalhadoras (es) e os donos da Rheingantz, intensificando o simbolismo de família fabril. Além disso, as horas de lazeres e sociabilidade eram importantes para que as (os) trabalhadoras (es) abstraíssem as condições de trabalho e as contradições do chão da fábrica, sendo, também, uma interferência direta da empresa na vida privada de seu operariado (REZENDE, 2012).

Como comenta Dario Camposilvan quando perguntado sobre o Clube União Fabril:

Não, a Companhia lhe emprestava o nome. Seu quadro social compunha-se única e exclusivamente de empregados e funcionários da empresa. (...) Os funcionários, certo? Em jogos e festas de cunho social. Futebol de campo, bolão e mais tarde de futebol de salão. Baile, espetáculos e outros atrativos. (...) Ele pagava mensalidade. (...). Era descontado em folha. Os filhos dos funcionários não pagavam (CAMPOSILVAN, 1981, p. 4).

Eram recorrente comemorações quando o (a) trabalhador (a) completava significativos anos de casa, no qual as (os) trabalhadoras (es) recebiam homenagem e premiações. Interpreto que essa prática tinha a pretensão de elevar a moral da mão de obra, que se sentiria valorizada pelos serviços prestados à empresa. Ação essa que também estão presentes nas indústrias estudadas por Fontes (1996) e Rezende (2012). Como comenta Botelho:

Baile social, por exemplo, entregava diploma quando a gente fazia... Por exemplo, 25 anos de casa. (...) Ah, tinha os prêmios. Vinte e cinco anos ganhava um diploma. Inclusive, uma vizinha minha tem um diploma. (...) vinte cinco anos. (...). Bodas de prata. (...) Ah, eram. Eram divertidos, mesmo. (...) Prêmio extra, assim, um dinheiro "x". (...) Não, de acordo com o que o funcionário fazia, não é? Se o funcionário fazia muito. Muito como é... tinha muita produção, tinha um prêmio. (...) É, é, é, era valorizado (1981, p. 38).

Percebe-se a partir da análise desenvolvida até aqui que punições, benefícios sociais e o discurso paternalista percorreram as vivências das (os) trabalhadoras (es) e acionistas da fábrica Rheingantz. As fontes e a literatura acerca de vilas operárias apontam que essa foi uma prática recorrente durante o século XX e possuía a finalidade de fixar a mão de obra nas indústrias,

diminuindo os conflitos de classe. A interferência direta da empresa no cotidiano dos trabalhadores, ampliavam as formas de dominação de classe, fazendo com que as memórias do operariado acerca da fábrica sejam constituídas por saudosismo e a imagem dos acionistas sejam de pessoas humanitárias e benfeitoras.

Contatou-se também que haviam políticas sociais específicas de gênero: como auxílio ao casamento, assistência de parteira, auxílio financeiro por nascimento de filho, licença do trabalho por motivos de matrimônio, criação de creches e escolas para as filhas e filhos do operariado. Identificou-se que a promoção desses benefícios era voltada à reprodução da mão de obra da empresa Rheingantz, garantindo assim a reposição de trabalhadoras (es).

CAPÍTULO 3:**SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA E A AGÊNCIA FEMININA NA LUTA
SINDICAL**

QUANDO PARAMOS DE PERGUNTAR POR QUE AS MULHERES NÃO SE ORGANIZARAM,
SOMOS LEVADOS

A QUESTIONAR COMO AS MULHERES PENSAM A ORGANIZAÇÃO E COMO OS
SINDICATOS PODEM SER EXCLUDENTES (HARRIS, 2007, *APUD* FRACARRO,
2016, P. 16).

3.1 APONTAMENTOS INICIAIS

Neste capítulo eu discuto a presença feminina no movimento operário do município de Rio Grande (RS). Tendo como base o acervo da Sociedade União Fabril e jornais operários e comerciais, todos salvaguardados no CDH/FURG, procuro traçar a presença feminina na entidade e nas mobilizações da classe. Discuto as tarefas desempenhadas pelas trabalhadoras na SUO, assim como os empecilhos enfrentados pelas mesmas em permanecer em um ambiente construído socialmente a partir de códigos de masculinidades

A SUO foi responsável por congregar em seu seio diversos sindicatos, sociedades beneficentes e clubes recreativos, corroborando à formação da classe riograndina e em sua unidade. As mulheres, que como vimos nos capítulos anteriores, formavam um expressivo número de operárias de Rio Grande até 1940, período no qual tem um decréscimo do número de trabalhadoras no ramo industrial do município, se sindicalizaram na entidade desde os seus primeiros anos de vida, em 1893.

A partir dos cadernos da tesouraria fiz o levantamento do número de sindicalização feminina na entidade, em diferentes períodos cronológicos. Procurei relacionar a decréscimo e/ou aumento de filiação com o contexto interno da entidade, assim com questões conjunturais. Além disso, explorei quais as formas de agência feminina no movimento operário e quais como se deu a relação sindicato/trabalhadoras, militantes homens/militantes mulheres.

Assim como Biroli (2018), entendo que a divisão sexual do trabalho está relacionada com as dificuldades encontradas pelas mulheres em participar da esfera pública/política. Entendendo que devemos explorar esse fenômeno em

experiências empíricas, investigarei a seguir as militantes da SUO. Nesse sentido, os três capítulos dialogam no sentido de buscar compreender as experiências femininas no mundo do trabalho.

3.2 A SUO E AS OPERÁRIAS DE RIO GRANDE

Loner aponta que no Rio Grande do Sul durante a Primeira República havia diferentes formas de associações, entre elas a de Socorro Mútuo, recreativas e de representação da classe (LONER, 2001). As Associações de Socorro Mútuo, cuja criação antecede os sindicatos, muitas vezes eram integradas por categorias de ofícios, por grupos étnicos, de categorias diferentes ou, até mesmo, por empresa. Para Petersen e Schmidt (2004), essas associações foram os embriões dos sindicatos que viriam a se formar no Estado.

Os primeiros sindicatos no Rio Grande do Sul datam de fins do século XIX. No município de Rio Grande (RS), as primeiras tentativas de criação de entidades da classe ocorrem durante o ano de 1892, com a criação da Liga Operária, que durou aproximadamente cinco meses (SCHMIDT, 1999). Divergências internas fazem com que a recém-criada Liga Operária se fracione em duas novas entidades: Centro Operário, formado majoritariamente por trabalhadores da Fábrica Rheingantz, sofrendo intervenção direta do empresário Carlos Guilherme Rheingantz; e a outra entidade, que continuou intitulando-se Liga Operária.

A Liga Operária teve seu primeiro presidente e secretário negros, sendo composta apenas por trabalhadores homens. A principal reivindicação dos membros da entidade era a criação de uma cooperativa. Assim, a Liga de Rio Grande tentou fundir-se com a Liga Operária de Pelotas para criar condições de colocar em prática esse projeto. Mesmo assim, a Liga Operária e o Centro

Operário possuíram vida curta, encerrando suas atividades no mesmo ano de sua fundação (LONER, 2001).

Um ano após o fechamento das duas primeiras tentativas de organizar o operariado de Rio Grande, emerge a Sociedade União Operário (SUO), em 1893. Sendo fruto das experiências anteriores da luta das (os) trabalhadoras (es), a SUO possuía o caráter beneficente, educacional e de representação de classe (LONER, 2001). O estatuto da entidade admitia a representação das chapas minoritárias que obtinham 30% dos votos na composição da diretoria. Isso permitiu à Sociedade congregar diferentes correntes políticas em suas lideranças, entre elas socialistas, anarquistas e mutualistas.

Porém, em 1897, com a criação do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, acentuaram-se as divergências entre as correntes que compunham a SUO, visto que seus militantes socialistas se filiam ao partido (PETERSEN, SCHMIDT, 2004). Antonio Guedes Coutinho, militante socialista e tecelão da Fábrica Rheingantz, participou de diferentes cargos na diretoria, chegando à presidência nos anos de 1909 e 1910. Mas em 1911, ele acabou se desvinculando da SUO e indo residir em Jaguarão (SCHMIDT, 1999), provavelmente por divergências internas da diretoria.

Durante toda a Primeira República, os governos do PRR (Partido Republicano Rio-grandense), primeiramente Julio de Castilho e, posteriormente, Borges de Medeiros, utilizaram como tática política a tentativa de cooptação de militantes operários que se destacavam nos processos de luta, como é o caso de Francisco Xavier da Costa, militante da SUO, socialista, que concorreu ao cargo de conselheiro municipal de Rio Grande em 1912 (SCHMIDT, 1999).

A análise dos livros de contabilidade da SUO nos permite uma visão mais próxima da entidade. A partir destas fontes, averiguou-se que durante os anos de 1883 a 1890 houve a filiação de 1179 membros. Entre os militantes, 12% eram trabalhadoras, um número bastante considerável. Em uma época na qual a mulher trabalhar fora de casa causava alvoroço entre os militantes operários, médicos higienistas, juristas e entre as próprias feministas da classe média/alta, ser trabalhadora e, ainda, militante era sinônimo de resistência dupla. Era se rebelar contra os “códigos de comportamento e de moralidade que derivam do senso de família” (FRACCARO, 2016, p. 35).

É difícil precisar a sindicalização feminina no Brasil durante a Primeira República, visto a escassez de bibliografia acerca do tema, que como Fraccaro (2016) comenta, é gerada pela falta de fontes sobre o assunto. Porém nos Estados Unidos, o número de mulheres sindicalizadas era de apenas a 1,5% em fins do século XIX, aumentando para 3,6% em 1910. Esse dado nos aponta que a participação das mulheres nos sindicatos encontrou diversas dificuldades. Mas também nos demonstra nos dá um panorama da importância de em uma cidade no sul do Brasil, 12% dos sindicalizados da SUO, principal entidade de classe de Rio Grande durante as suas primeiras décadas do seu funcionamento, serem mulheres¹⁵.

Como aponta Loner (2001), as mobilizações em Rio Grande e Pelotas, durante toda a Primeira República, se concentraram em lutas contra a carestia de vida. Havia pouco espaço para reivindicações de aumento salarial, visto que a crise econômica e a vinda massiva de trabalhadores europeus aumentavam o desemprego e fragilizavam a segurança das (os) trabalhadoras (es). Frente a essa conjuntura, os esforços das (os) militantes se concentraram em pressionar as autoridades para tabelarem o preço dos produtos necessários para a reprodução da vida, assim como a criação de armazéns cooperativos.

Em um período em que as mulheres não possuíam o direito ao voto, (conquista apenas obtida em 1932, através do decreto de lei 21.076), os sindicatos eram uma das poucas organizações em que as mulheres podiam se constituir para reivindicar melhorias nas condições de vida. Para muitas mulheres, provavelmente, o sindicato foi a primeira organização política que participaram, sendo uma escola de, no mínimo, cidadania.

Nos mesmos livros de contabilidade da SUO, referente aos anos de 1905, 1906 e 1907, a percentagem de sindicalizadas do sexo feminino soma 19,6% do número total de sindicalizados. Nesses documentos, estão presentes os nomes de 509 trabalhadoras (es), número inferior aos dos anos de 1883 a 1890, que totalizava 1179 membros. Logo, há uma evasão de sindicalistas que impactam a diminuição do número de sindicalizados no início do século XX. Assim, os 12% de sindicalização feminina correspondem ao total de número de

¹⁵ É importante ressaltar que o número de sindicalizadas nos Estados Unidos descrito por Fraccaro compreende a totalidade de trabalhadoras do país, membros de sindicatos ou não; Enquanto a percentagem de sindicalizadas na SUO compreendem apenas o número total de trabalhadoras (es) sindicalizadas (os) na entidade.

mulheres que se sindicalizaram durante os primeiros 7 anos da SUO. Já os 19,3% correspondem as (os) trabalhadoras (es) sindicalizadas (os) em 1905/1906/1906.

Curioso é que nesse período eclode a primeira greve geral na capital do Estado, em 1906, na qual se reivindicava o estabelecimento de 8 horas diárias de trabalho (PETERSEN; SCHMIDT, 2004). A greve realizada por diferentes setores que estavam acostumados até então a se organizarem por categorias, paralisam seus trabalhos por 21 dias e as mulheres formaram uma força importante durante o processo. Assim como relata Bilhão, as trabalhadoras não só participaram da greve de 1906, em Porto Alegre, como trouxeram novas linguagens de diálogo do movimento grevista à população. Percebe-se, durante a greve mencionada, que as mulheres foram protagonistas de debates tanto no seio do movimento que se travava, como nos jornais comerciais. Enquanto os jornais patronais tentavam usar a imagem de mulher passiva, não atuante no movimento, para dar “exemplo” aos trabalhadores grevistas; essas, contraditoriamente, passavam a participar e a mudar as formas como a greve estava sendo executada. Ao darem nova dimensão política para a greve, as operárias passaram a teatralizar sua adesão ao movimento, rasgando seus vestidos, usando topes vermelhos sobre o peito. Participaram das marchas pelas ruas da cidade, carregando estandarte vermelho, declamando poesias, cantando e distribuindo flores à população (BILHÃO, 2005, p. 156).

Os elementos incorporados pelas mulheres durante a greve de 1906 iam de encontro a concepção de movimento de classe, em uma identidade operária marcada até então pela masculinidade, permitindo assim que aumentasse o apoio da população à greve. Bak (2003) comenta que o movimento grevista era resposta a 3 mudanças estruturais que estavam ocorrendo no mundo do trabalho local na época: a) destruição dos hábitos e culturas do trabalho artesanal, diante da emergência de fábricas, b) “transformação de comunidades étnicas completamente herméticas em comunidades mais heterogêneas, com vários grupos étnicos e as compilações das identidades de classe emergentes” (BAK, 2003, p. 183), c) Crescimento da mão de obra feminina no mercado de trabalho formal. E, nesse processo de resistência, as (os) trabalhadoras (es) redefiniram as suas identidades de gênero e étnica.

A participação das mulheres na greve geral de 1906 trouxe dimensões de gênero, possibilitando a visualização de suas experiências no mundo do trabalho. As operárias fábrica de meias e espartilhos da Companhia Fabril Porto-Alegrense reclamavam das condições insalubres e os salários baixos a que estavam submetidas. Na Companhia Fabril a disciplina as operárias era severa, no qual a empresa instituiu multas por, por exemplo, andar de tamanco e conversar durante o expediente. Além disso, Bak comenta, “Uma outra prática, na maior fábrica têxtil, era contratar mulheres jovens para um estágio não remunerado de um mês e depois informá-las, no final do período, de que não havia trabalho. Assim, a fábrica contratava outras “aprendizes” para substituí-las. (2003, p. 211). As trabalhadoras se fizeram visíveis no movimento operário, denunciando e colocando enquanto agenda de luta do movimento reivindicações da experiência feminina no mundo do trabalho.

Em Rio Grande, nos primeiros anos da década de 1900, ocorreram duas greves, uma por categoria e a outra por uma empresa. A primeira greve foi organizada por tecelãs e tecelões da empresa Ítalo Brasileira, em 1901. A greve tinha como reivindicação a não redução salarial das (os) trabalhadoras (es). Porém, ao não conseguirem que sua reivindicação fosse atendida, elas e eles voltaram ao trabalho 14 dias após o início da mesma (LONER, 2001). Silva (1996) comenta sobre esta participação em que as trabalhadoras ajudaram a construir o movimento reivindicando melhores salários. Em 1904, há outra greve na cidade, porém agora da categoria de estivadores. Os estivadores formavam uma categoria que possuía forte mobilização, organizando diversas greves durante a Primeira República. Durando um mês e quatro dias, os trabalhadores pediam aumento salarial e formas de pagamento diárias, saindo dela vitoriosos (LONER, 2001).

A Primeira República constituiu em um período de acirramento na luta de classes, quando formaram-se sindicatos, associações, sociedades de mutualidade, sociedade étnicas e inúmeras greves e formas diversas de mobilização da classe. Bartz (2017) relata que ao crescerem os conflitos sociais, a resposta do patronato, dos grandes jornais e do Estado as (aos) trabalhadoras (es) mobilizados foi construir a imagem das (os) militantes de “insanos” e “bandidos”, ao passo que aumentava a ação repressiva contra as (os) lutaras (es).

A repressão ao movimento foi constante durante todo o período da Primeira República (MATTOS, 2009). Com a influência da Revolução Russa no meio operário gaúcho e o aumento de correntes comunistas nos sindicatos, que passaram a usar com maior frequência termos revolucionários e projetando a derrubada do Estado, aumentou a coerção aos trabalhadores e trabalhadores organizados em sindicatos e em greves a partir de 1920 (BARTZ, 2017, p. 263).

Bartz (2017) discute que o Jornal *Nosso Verbo*, de Rio Grande (RS), trouxe, em seus exemplares, notícias referentes a Revolução Russa. Na edição de 24 de novembro de 1920, o jornal reportava uma matéria intitulada “A traição da Polônia (O quintão da vitória), que segundo Bartz:

Não se tratava de uma apenas de um apoio tático a uma organização estatal menos opressiva que a outra, de uma escolha entre a burguesia Republicana da Polônia e a República Soviética, a exemplo do que preconizava o artigo publicado n’O Syndicalista confrontando a Rússia comunista com a czarista, tratava-se de uma adesão apaixonada à causa Russa. Um dos pontos ressaltados era o papel da Polônia, uma nação que os revolucionários de todo o mundo haviam lutado para se liberar das potências, voltando-se contra os maximalistas. Que haviam defendido sua independência sem pedir nada em troca (2017, p. 234).

Também foram encontrados pelo autor, na mesma edição de jornal, anúncios de palestras intituladas “*A verdade sobre a revolução Russa, O que é bolchevismo e O estado atual do comunismo na Europa*” (2017, p. 234). E a SUO, ao ser a mais expressiva entidade de classe de Rio Grande, foi palco de disputa não só de comunistas e anarquistas, mas de grupos burocratas que divergiram entre si sobre o futuro e o caráter da entidade, em disputas que acarretaram em expulsão de militantes e agressões verbais, conforme abordarei a seguir.

3.3 A CONJUNTURA DE 1920 E A SUO

Em 1920, o emprego urbano ainda era inferior ao emprego rural. Mattos (2009) contabiliza que, no início da década de 1920, haviam 9.566.673 habitantes economicamente, sendo que destes 293.672 eram operárias (os). No Rio Grande do Sul, os censos apontam que em 1920 havia 527.020 habitantes no meio urbano, enquanto o meio rural contabiliza 1.466.348

cidadãos. No município de Rio Grande a maior parte da população era urbana: do total de 51.000 pessoas, apenas 8 mil habitavam o campo¹⁶.

Silva (1996) aponta que havia 6.548 operárias (os) em Rio Grande na década de 1990, sendo deste total 2.223 mulheres. Outra realidade de trabalho que se apresentava nos centros urbanos eram os trabalhadores domésticos, do setor do comércio e de serviços, na qual os dois últimos setores mencionados eram, na maioria das vezes, trabalhos autônomos e temporários (MATTOS, 2009, p. 39). Mesmo diante do número ainda limitado de trabalhadoras (es) de fábricas no Brasil em 1920, o movimento operário crescia em todo país.

Entre 1920 a 1930, vivia-se em uma conjuntura de repressão ao movimento, como uma resposta às crescentes greves da década anterior. Em Rio Grande, a realidade não se apresenta diferente, havendo perseguição a militantes e tentativas de fechamento de sindicatos do município (LONER, 2001). Iniciando o ano de 1920, em janeiro, com greves importantes, como: a greve das (os) estivadoras (es) (com sindicato federado a SUO) e trabalhadoras (es) da Viação Férrea, potencializa-se a luta pelas 8 horas de trabalho diário e por aumento salarial.

Não dispomos de dados sobre os resultados dessas greves, mas os meses que vieram em seguida também foram de fortes mobilizações, a partir de outras categorias e empresas, respectivamente: operários de oficinas (novamente a Viação Férrea), das tecelãs da empresa Ítalo Brasileira, dos charuteiros da empresa Pook, fogueiros e aplanadores. Em dezembro do mesmo ano realizou-se a greve dos foguistas (LONER, 2001).

As greves do setor portuário sofreram forte repressão policial, acabando, muitas vezes, com intervenção nas suas entidades. Isto fica patente na análise das atas da entidade. No mês de março de 1921, durante uma assembleia extraordinária da SUO, o presidente da entidade, Dario dos Santos, informou que havia sido intimado pelo subcomandante da polícia do município para comparecer na delegacia. Ao se reunir com o subcomandante, esse lhe ordenou que a SUO não mais deixasse que se reunissem, na entidade, os trabalhadores das categorias em greve: marinheiros e tarefeiros. Dario relatou

¹⁶¹⁶ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

que teria dito “nem sim nem não”, pois antes teria que discutir o assunto com o restante da diretoria da SUO.

Logo em seguida a essa conversa, a diretoria resolveu chamar a referida assembleia. Nessa assembleia, realizada em 14 de maio de 1921 percebeu-se, a partir das falas dos sindicalizados (pronome masculino, visto que não foi registrada nenhuma fala de sindicalizadas), o sentimento de indecisão acerca do futuro do movimento na cidade. Militantes da entidade relataram que a Federação Operária de Rio Grande também havia sofrido repressão do subcomandante, no qual o referido teria impedido os membros da federação de se reunirem na sede, na semana anterior.¹⁷

As falas da referida assembleia, demonstravam a preocupação dos militantes acerca do possível fechamento das principais entidades representativas da classe no município: SUO e Federação Operária, visto o momento de repressão a que estavam submetidos. Mesmo diante dessa situação, apresentaram-se discursos de solidariedade aos trabalhadores grevistas. Na ata da assembleia estão relatadas falas:

Pede a palavra o companheiro Ricardo Pinheiro e diz que sentindo a necessidade da união das classes, quer marítimas ou terrestres, acha que todos devem se unir para a defesa dos seus direitos e que uma vez que os estatutos permitirão associados marítimos como terrestres, acha que esta associação deveria prestar apoio à causa dos grevistas. [...] O companheiro José Garrido diz que queria saber porque que o chefe da polícia queria fechar as associações, pois que ele dissera que poderiam fazer greve, mas não reuniões. E como era possível fazer greve sem reunião? Pois se tivesse que fazer greve, tinha que fazer sozinho, pois que não podia fazer reunião... E termina dizendo que teremos que esperar que a polícia venha fechar a nossa sede. (SECRETÁRIO SUO, 1921, p. 1).

Ao final da assembleia, os membros da entidade decidiram, por 36 a 7 votos, que os trabalhadores grevistas tinham o direito de seguir se reunindo na entidade. Esse episódio ilustra bem o processo de formação que a classe trabalhadora, na qual os sindicatos foram importantes instrumentos de contribuição. Demonstra o sentimento de solidariedade entre os trabalhadores, criada a partir da identificação de experiências em comum no mundo do trabalho. Além disso, expressa a resistência dos trabalhadores mesmo diante da conjuntura repressiva.

¹⁷ Ata n.º 328, redigida pelo secretário da SUO, do ano de 1923, do acervo da Sociedade União Operária, salvaguarda no CDH.

Em março de 1921, o presidente da entidade pediu para se afastar de seu cargo, devido a um problema de saúde, iniciando uma disputa maior entre as correntes políticas. Após os 4 primeiros anos da década de 1920, o movimento operário de Rio Grande viveu um refluxo do movimento. A SUO passou por uma acentuada disputa entre as correntes internas que concorriam a sua direção. Conforme Loner (1988) este era um movimento a nível estadual:

O movimento operário refluíu, estadualmente, a partir de 1922. A maioria das organizações sindicais desapareceu, as greves perderam seu ritmo e as campanhas e mobilizações deixaram de acontecer. Continuaram, entretanto, a existir grupos de militantes, libertários e de outras correntes organizados, mas sem expressão no conjunto do operariado. Somente para o fim da década, com os comunistas, novas propostas, mobilizatórias e organizativas encontraram respaldo entre os trabalhadores (1988, p. 205).

Assim, quase que a totalidade da documentação da fábrica Rheingantz referentes a década de 1920 retrata apenas as divergências internas entre os sindicalistas e questões referentes ao ensino ofertado pela entidade e a relação de sindicalizados da mesma. Visto isso, a análise em jornais operários da cidade possibilitou visualizarmos o movimento das (os) trabalhadoras (es) para além da entidade.

3.4 Divergências e Tensões Internas na SUO

A disputa entre correntes internas referida por Loner está presente na documentação. Um exemplo é a carta¹⁸ redigida pelo trabalhador Augusto (não há menção ao seu sobrenome), transcrita no jornal *Nosso Verbo*, na edição de 1º de junho de 1921, em respostas as publicações do *Echo do Sul*, nas edições de 6, 10 e 11 de maio de 1921¹⁹. É informado que três militantes anarquistas (no noticiário não há menção aos nomes dos expulsos) foram expulsos da entidade, ainda no ano de 1921. Tal fato é noticiado pelo jornal *Echo do Sul* com pesar, mostrando a indignação de parte dos sindicalizados. Na mesma assembleia de expulsão dos três sindicalistas, abriu-se votação para uma mudança no estatuto da SUO, no qual venceram os votos contrários. Porém, a

¹⁸ Não tive acesso a carta original, apenas a transcrição no jornal *Nosso Verbo*, na edição de 1º de junho de 1921, salvaguardada no CDH (Centro de Documentação Histórica) da Universidade Federal de Rio Grande.

¹⁹ A carta do trabalhador Augusto, publicada na edição de 1º de junho de 1921 do jornal *Nosso Verbo*, transcreve partes das matérias originalmente publicadas pelo jornal *Echo do Sul*.

diretoria recorreu, denunciando que muitos trabalhadores que deram seus votos contrários a mudança do estatuto não eram mais sócios da entidade, ou não estavam em dia com as suas mensalidades. Criou-se, assim, uma comissão para elaborar um novo estatuto.

Em 1923 foi convocada uma outra assembleia geral para debater uma suposta ameaça que um militante da associação, Reduzindo Colmeneiro, havia sofrido por outro trabalhador. Reduzindo relatou que seu amigo ouviu do companheiro Vicente Vieira que este havia escutado “alusões contrárias ao companheiro Reduzindo, que tinha um modo de falar nas suas conferências, que merecia lhe quebrassem uma cadeira na cabeça”²⁰. Como relata Bilhão (2005), as identidades do militante operário se configuram em códigos de masculinidade, na qual “a construção da identidade operária era perpassada por códigos e valores construídos e aceitos pela parcela dominante” (2005, p. 141).

O jornal *Nosso Verbo*, em edição do dia 1º de junho de 1921, elucida as tensões referentes as tentativas de mudanças no estatuto da entidade:

Os abaixo assignados, sócios da entidade União Operária, tendo deparado com uma notícia que sobre a epígrafe acima, publicou no Echo do Sul, de 6 do corrente, referência uma sessão realizada no dia anterior, como dita a notícia fornecida naturalmente de má fé, para alcançar fins inconfessáveis, não exprime a verdade, vem pelo presente restabelecê-la. Tendo uma assembleia realizada em março, unanimemente autorizado a reforma dos estatutos, foi pela mesma nomeada uma comissão para sua elaboração. A direção que não tolera tudo que não parta de sua iniciativa entrou logo a conspirar contra a resolução da assembleia. Em todos os seus atos transpirava o despeito que a minava. Finda a elaboração do projeto de estatutos, foi o mesmo levado a apreciação da assembleia que recusou por 56 votos contra 46. Conformou-se a comissão e conformaram os demais sócios que desejavam a reforma da lei. Inquiridos depois um grande número que haviam votado contra o projeto, chegou-se a conclusão que a maioria dos recusantes não eram sócios, pois que tinha abandonado a sociedade há mais de 2 anos, havendo até um Januário José da Silva que estava retirado há mais de 18 anos. E assim, essa gente pagando (*palavra ilegível*), ficaram ilegalmente com o direito de cercear a vontade dos legítimos sócios, pois diz o art. 82: o sócio que deixar de pagar a União só poderá entrar pagando os atrasados. E o art. 80: sócio que não cumprir o art. 82, ficará voluntariamente com o direito de votar à sociedade como sócio remido pagando a importância de \$1000 e a contribuição mensal de \$500, não ficando isento, entretanto, de contribuição de mensalidades para outros ramos. Foi, pois, para protestar os contra esse fato e mais por grande quantidade de próprios. (*Nosso Verbo*, 1921, p. 3).

²⁰ Ata da assembleia geral da SUO, realizada em 18 de dezembro de 1923, acervo da Sociedade União Operária, salvaguarda no CDH (Centro de Documentação Histórica) da Universidade Federal de Rio Grande.

A matéria acima é uma resposta ao *Echo do Sul*, na tentativa de disputar os significados relativos aos discursos sobre as assembleias gerais que discutiram a formulação de novos estatutos à SUO e os conflitos ocorridos na mesma. Vargas (2011) discorre que o noticiário *Nosso Verbo* existiu por pouco tempo, de 1919 a 1921, e a produção deste foi inconstante entre os três anos de existência. Tendo conhecimento que os sócios que defendiam a reformulação do caráter da SUO eram sindicalistas denominados “burocratas”, que irão, posteriormente, se tornar direção da entidade, podemos supor que o exemplar tinha vínculo com essa corrente política.

Não temos conhecimento sobre o alcance de tais matérias e como as divergências internas, que chegaram ao ponto de expulsão de sócios, foram sentidas pela totalidade de sócios e trabalhadoras (es) rio grandinhos. Todavia, os índices de filiação retrocederam na metade da década de 1920, tendo a sindicalização feminina acompanhado esse decréscimo. Na década de 1920 só possuímos os dados de sindicalizados do ano de 1927, que apontam para uma diminuição para o número de sindicalizados em relação aos anos de 1905/1906/1907, contabilizando apenas 331 membros na entidade, sendo do total de sindicalizados, 48 mulheres.

Uma das possibilidades para explicar a diminuição de militantes da SUO pode estar relacionado ao fato de que a entidade não tinha mais a finalidade classista e que as divergências internas se acirravam. As disputas entre as correntes que se acentuavam estão expressas nas ameaças que os sindicalistas declaravam entre si durante a década de 1920.

Analisando as atas das assembleias ocorridas na SUO durante os primeiros anos da década de 1920, percebe-se que agressões verbais entre os militantes era algo recorrente. Em 1924 a situação interna da SUO se agravou ao ponto de os próprios sindicalistas da sociedade solicitarem a presença da polícia do município para garantir que a assembleia ocorresse sem maiores tensões. Conforme o jornal *A luta* notícia, na edição do 1 de dezembro de 1924 a respeito de assembleia (no texto jornalístico não há menção da data que ocorreu referida assembleia):

Conforme foi anunciado, debaixo das garantias do governo municipal, tanto que ali compareceu uma força policial administrativa, comandada por um agente, realizou-se ontem a assembleia geral de sócios da União Operária para a eleição da nova diretoria. Mas,

interpretando mal o pensamento do ativo e honrados administradores municipal, o comandante da polícia começou a, logo no início da sessão, a expulsar e a prender os sócios que pediram para falar para tratar de casos internos da sociedade, obrigando a maioria dos mesmos sócios a retirar-se do recinto social, lá ficando somente os que combatiam a reforma dos estatutos e do jogo e do álcool naquela sociedade. Conhecedores comum dos modos de portar os seus atos, por certo a descabida ação do comandante a força policial não condiz com o critério do Sr. Dr. João Fernandes Moreira, que, certamente, providenciara, com medida acertada, afim de que volta a harmonia no seio do operariado (*A Luta*, 1924, p. 3).

O jornal *A Luta* era anarquista. Nesse episódio a polícia expulsou e prendeu aqueles que defendiam a formulação dos estatutos, proposta defendida pelo grupo dos “burocratas”. Os que propunham a mudança no caráter da entidade, a partir da mudança dos estatutos da mesma, também se colocavam contrários a consumir álcool e a realização de jogos na sede da SUO. Os que defendiam a reformulação dos estatutos buscavam que a SUO deixasse de representar a classe trabalhadora de Rio Grande e passasse a ter cunho meramente educacional. Isto ocorre ainda em 1924. O estatuto da SUO, já sob direção dos “sindicalistas amarelos”, foi modificado, deixando de ser uma entidade representativa da classe e passando a ter um cunho apenas educacional. Assim, a Federação Operária de Rio Grande passou a ser a principal associação das (os) trabalhadoras (es) do município de Rio Grande. A modificação do estatuto da SUO representou uma grande perda para o movimento operário da cidade, visto as importantes lutas que organizou anteriormente na cidade e a estrutura de sua sede, espaço amplo localizado no centro da cidade (LONER, 2001, p. 223).

Nas atas de assembleias da SUO e de jornais operários podemos analisar como as divergências internas da entidade se agravaram. Em 1924 foram expulsos 15 militantes anarquistas, conforme o jornal *A Luz da Verdade*²¹. A ação outorgada pela diretoria da sociedade gerou protestos e descontentamentos, sendo denunciada no jornal operário *A Lucta*, que publicou uma matéria de um abaixo assinado redigido por sindicalistas. Conforme o abaixo assinado:

²¹ Notícia retirada do jornal *A Luz da Verdade*, referente ao dia 22 de novembro de 1924, acervo da Sociedade União Operária. Na matéria não informa o nome dos sócios expulsos, apenas possui as assinaturas dos sindicalistas que realizaram o abaixo assinado, contendo 48 nomes.

(...) Os abaixo assinados, sócios desta sociedade, vem pelo presente protestar contra o ato ilegal desta diretoria eliminando 15 sócios dessas agremiações. Sobre ser uma (*palavra ilegível*) por faltar a essa diretoria competência legal para praticar tal ato, é menos verdadeiro o motivo que alegasse, pois ao contrário disso, pois muitos dos atingidos tem relevantes serviços prestados no sentido de levantamento moral desta sociedade. Convicto que tomando na consideração esse nosso protesto, consideramos vosso ato de todo ilegal, que muito irá prejudicar os interesses sociais, ficamos aguardando solução (*A Lucta*, 1924, p. 3).

Quarenta e oito sócios assinam o abaixo assinado, demonstrando a expressividade do descontentamento que tal ato gerou na SUO. A entidade se compunha, nesse período, de diferentes correntes políticas, que pregavam diferentes concepções de organização sindical e de projetos societários. Ao prever, em seus estatutos, a presença na diretoria de chapas que obtiveram votos minoritários nas eleições, pretendia-se que a sociedade fosse plural. Porém, tais acontecimentos elucidam a fragilidade de democracia interna na entidade.

Diante da acentuação das disputas políticas internas na entidade, os sindicalistas denominados “sindicalistas amarelos” ganharam maior força na década de 1920. Segundo Mattos, referindo-se ao quadro nacional, os sindicalistas amarelos eram um grupo “que defendia a colaboração com o patronato e o Estado como forma de alcançar os objetivos dos trabalhadores” (2009, p. 52). No município de Rio Grande (RS), conforme Loner aponta sobre a década de 1920:

No aspecto político, a continuidade da SUO em mãos de burocratas e direitistas representavam um empecilho à organização operária na cidade, tanto pelo prestígio da entidade, quanto pelo poder que o seu aparelhamento conferia ao grupo burocrata que, em alguns momentos, parecia querer brigar com os anarquistas o controle do movimento grevista como, por exemplo, em 1919.

Essa mudança na correlação de forças irá corroborar para transformações internas na SUO e em sua relação com os movimentos das (os) trabalhadoras (es) do município de Rio Grande (RS). A partir de 1921 inicia-se um processo de tentativa de modificação dos estatutos da entidade, que consegue ser barrada pela direção, quando a SUO ainda não estava sob direção do grupo burocrático que irá ser eleito em 1924, mesmo ano que os estatutos são reformulados.

Os jornais operários se apresentaram como um instrumento de denúncia para a classe trabalhadora rio-grandina dos episódios acontecidos na SUO.

Periódicos de diferentes concepções políticas publicaram matérias sobre o movimento operário. Percebe-se que os sindicalistas respondiam as matérias publicadas em outros jornais, quando estes discordavam destas. Assim, os jornais se transformavam em um meio de argumento e contra-argumento das correntes políticas e suas diferentes visões sobre o movimento operário. E, assim, defender as suas posições em uma década tão conturbada internamente na SUO.

3.5 EDUCAÇÃO OPERÁRIA: A ESCOLA FORNECIDA PELA SUO E OS CONFLITOS ENTRE A ENTIDADE E AS TRABALHADORAS

A SUO foi a primeira entidade do Rio Grande do Sul a fundar uma escola destinada às (aos) operárias (os), em 1894. Em um período de expressivo índice de analfabetismo e de carência de escolas destinada à classe trabalhadora, ofertar educação formal aos operários do município se apresentava de suma importância. Como Vargas aponta, os primeiros anos da Primeira República são marcados sobretudo pelo número reduzido de escolas públicas no município de Rio Grande e, conseqüentemente, pelas poucas vagas para alunas (os) existentes, como segue o autor:

Entretanto, com a República, não é possível salientar grandes mudanças na educação, visto que aparecem, nesse panorama, para o ano de 1897, 18 “escolas” públicas gratuitas e primárias, com 800 alunos. Já nos estabelecimentos privados existem 16 unidades, que atendem 623 alunos, em uma cidade de aproximadamente 30 mil habitantes. As escolas existentes em Rio Grande, nestes primeiros anos de República, são particulares, e muitas de existência efêmera (VARGAS, 2011, p. 31).

No Estado do RS sabiam ler 847.942, enquanto 1.334.771 eram analfabetos. No município de Rio Grande, 25.128 eram alfabetizados; 28.479 não sabiam ler. Em 1940 índice de alfabetizados aumenta, sendo superior ao número de analfabetos: 1.525.162 a 1.271.076. Em Rio Grande (RS) a população com instruções é duas vezes maior que a população sem instrução: 36.939 a 17.035. Outra questão importante de debatermos aqui, é a discrepância da instrução feminina à masculina. Havia, no Rio Grande do Sul, um total de 2.182.713 habitantes, sendo deste 1.078.727 mulheres, em 1920. Ainda nesse ano, 1.334.771 dos habitantes do Estado eram analfabetos, as

mulheres representavam 700,522 do total desse número²². Fenômeno esse que se alterou nos dias atuais, no qual no Brasil, em 2013, o média de tempo es tudo feminino é maior que o masculino (BIROLI, 2018).

Voltando a SUO, o ensino disponibilizado pela entidade era realizado a partir de uma distinção de gênero. As turmas eram separadas pelo sexo biológico, na qual as meninas no período da manhã recebiam estudo com conteúdo científico e intelectual e no período da tarde aprendiam tarefas domésticas. Os meninos aprendiam em período de tempo integral conteúdos voltados ao conhecimento científico e intelectual: leitura, Lógica, Aritmética, Taxonomia, Gramática, Geografia, História do Brasil, Álgebra; alternados dependendo da série (SANTOS; VARGAS; SANTOS, 2016).

As diferenças na educação destinada a homens e mulheres demonstram que os militantes da SUO, ao estarem inseridos em uma sociedade que hierarquizava as relações de gênero, se agarravam em tradições de códigos e comportamentos que se derivavam do modelo familiar. Nesse modelo familiar, as mulheres são responsáveis pela reprodução da vida, pelas tarefas domésticas e de cuidado, sem espaço para o mundo científico e da intelectualidade. Ao priorizarem a aprendizagem de tarefas domésticas às mulheres, demonstravam a visão que a direção da entidade tinha das mulheres: que o lugar do mundo público, do trabalho fora de casa, não era para elas (compactuando com os médicos higienistas, juristas e jornalistas de jornais comerciais da época, como mostra RAGO, 1997).

Percebemos, a partir da literatura, que a visão de mundo de que a mulher pertence ao universo doméstico é compartilhada pelo movimento operário internacionalmente. Saffioti relata que os trabalhadores das indústrias gráficas da França na segunda metade do século XIX realizam greves quando uma mulher era admitida em uma oficina do ramo (2013, p. 75). Desejando a supressão do trabalho feminino fora da esfera do lar, os gráficos franceses acreditavam que a inserção da mulher no mercado de trabalho significava o rebaixamento de seus salários e/ou sua expulsão do mercado e trabalho, visto que as mulheres “aceitavam” salários inferiores aos masculinos. No Brasil, em São Paulo, Rago (2014), ao explorar jornais operários, aponta que para os

²² Dados retirados da: FUNDAÇÃO de Economia e Estatística do Estado. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

militantes do município, retratavam a inserção da mão de obra feminino nas fábricas como um atentado a moralidade feminina, defendendo que o mercado de trabalho deveria ser ocupado pela mão de obra feminina.

Nesse sentido, a educação operária oferecida pela SUO contribuía para criar empecilhos formais na trajetória de vida das mulheres. Os discursos que naturalizam o lugar social da mulher, se efetivam na educação formal e informal que as mulheres recebem ao longo de suas vidas.

Em 11 de junho de 1921, em uma correspondência encaminhada pelo secretário da diretoria da SUO ao secretário do conselho deliberativo, é informado que “chegou em mãos um ofício da nossa professora D. Virgínia pedindo aumento do salário, no qual vos remeto o assunto”²³ (MOREIRA, 1921, p. 1). Dois anos após, em 13 de novembro de 1923, averiguou-se que o salário destinado aos profissionais da educação da escola também era diferente conforme o gênero. Enquanto o professor recebia 200 mil réis, a professora recebia a metade, 100 mil réis, tendo diminuído os seus de 100 mil para 70 mil réis. O mesmo documento, datado de 13 de novembro de 1923, informa que a professora Virgínia da Rocha enviou um ofício à entidade no dia 1º do corrente mês, no qual relatava que seus salários teriam sofrido a diminuição de 100 réis, caindo para 70 réis, reivindicando que sua remuneração fosse aumentada. Nessa mesma assembleia foi exposto a reivindicação da professora, abrindo-se a discussão sobre o mesmo. A assembleia se encerrou sem resolver a questão, deixando que a conselho deliberativo a resolvesse posteriormente.

Em outra correspondência da diretoria da SUO ao conselho deliberativo, datado do dia 26 de setembro de 1923, a diretoria informa que contratou mais um professor para dar aulas ao sexo masculino. A diretoria sugeriu ao conselho deliberativo que os honorários do professor fosse 200 mil réis, mais que o dobro do salário concedido à professora após o decréscimo que o mesmo havia sofrido já em junho de 1921.

Essa iniciativa foi tomada de acordo com o inspetor das aulas que a julga necessária, pois a atual professora apesar de sua boa vontade e dedicação, não pode atender convenientemente aos alunos matriculados as duas aulas em que se subdivide a matrícula masculina e feminina. Sem prejuízo para aquela velha servidora da União Operária, bem pode-se admitir mais um professor com os

²³ Ofício encaminhado pelo secretário Oswaldo Moreira da diretoria da SUO ao Conselho Deliberativo da mesma, no dia 11 de junho de 1921. Acervo Sociedade União Operária, salvaguardado no CDH (Centro de Documentação Histórica) da Universidade Federal de Rio Grande.

vencimentos que esse conselho arbitrar para tomar conta das aulas diurna e noturna. Apresenta-se o candidato a esse cargo o Sr. José Edmundo Nunes, que tem a diretoria as melhores informações, não só quanto a sua competência como seus dotes morais. A diretoria pede vênha para lembrar o valor dos vencimentos deste professor m 200 mil réis mensais. E, como deseja inaugurar essa reforma o mais breve possível, vem pedir-vos senhores conselheiros a vossa decisão o mas rápido que possa ser (SUO, 1923, p. 1/2)²⁴.

Após um ano, em um documento encaminhado ao presidente da assembleia da SUO, em 29 de junho de 1924, o sócio da entidade Aristides Carvalho, relata que haviam sido cassados os seus direitos de sócio da mesma, tendo como base o Art. n.º 17-S3²⁵, retratando a sua visão sobre esse episódio. Para Aristides Carvalho ele estava sendo alvo de perseguição de outros militantes da entidade: Antonio José de Mattos e Napoleão Chagas, que não haviam se conformado com a derrota nas eleições à presidência da SUO. Antonio José de Mattos havia concorrido o cargo juntamente com Hildebrando Oliveira, seu opositor, e “não se conformando com a derrota nas urnas, pois havia premeditado desejo de ser eleito presidente, forjicou com seu inseparável companheiro João Napoleão Chagas, tudo quanto possível fosse, para anular a referida eleição, o que de fato conseguiram”²⁶. Ao ser anulada as eleições que empossaram Hildebrando Oliveira (que havia concordado com anulação), o mesmo foi novamente eleito presidente da entidade. Tal episódio agravou as divergências internas entre o conselho e a diretoria da entidade. Elucidando as suas divergências com Antonio José de Mattos e Napoleão Chagas, Aristides informa:

Campanha igualmente inglória foi aquela em que tanto se empenharam Antonio José de Mattos e João Napoleão Chagas, aquele quando no exercício de inspetor das aulas da Associação e o último no de conselheiro, querendo impor ou pelo menos convencer diretoria para que fosse rebaixado o ordenado da esforçada e digna professora D. Virgínia de 100 para 50 mil réis. Por que, pergunto eu, essa campanha de perseguição a essa senhora digna de todo o respeito, digna de todo o acatamento e que há quase 30 anos vêm com altruísmo nesta sociedade, dignidade e honradez, difundindo instrução nesta sociedade, digna de melhor sorte, aos pequenos filhos de operários, aos quais muitas vezes, aos mais desprotegidos

²⁴ Ofício n.º 65, referente ao dia 26 de setembro de 1923. Acervo Sociedade União Operária, salvaguardado no CDH (Centro de Documentação Histórica) da Universidade Federal de Rio Grande.

²⁵ Os estatutos da entidade previam, Art. 17-S3º: Perda de direitos aos sócios que comprometerem o decoro da Sociedade por atos, palavras ou ações escritas ou faladas dentro, ou fora do recinto da Sociedade.

²⁶ Ofício redigido pelo sócio da SUO Aristides de Carvalho, 9 de junho de 1924, e em encaminhado ao presidente da assembleia. Acervo Sociedade União Operária, salvaguardado no Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Rio Grande

da sorte, eu a vi com carinho e abnegação, com as própria mãos, proceder a limpeza corporal. D. Virgínia não é simplesmente professora da União Operária, é quase uma mãe de seus discípulos e todos a acatam e veneram, porque ela é digna e merecedora disso (CARVALHO, 1924, p. 5).

As disputas entre os sindicalistas trouxeram às discussões da SUO a questão dos honorários da professora da sociedade, debate que já havia sido aberta em 1921 quando a mesma reclama que seu salário havia sofrido um decréscimo no seu valor. As discussões persistem a pelo menos 9 de junho de 1924 (datação do último documento encontrado que retrata o tema). Na acusação contra João de Mattos e João Napoleão Chagas, Aristides de Carvalho defende a manutenção do valor do salário da trabalhadora, ressaltando as qualidades de Virgínia da Rocha. O ofício transcrito acima, demonstra que a reclamação iniciada em 1921 foi concedida, voltando a professora a receber 100 mil réis. Porém indica que as tentativas de rebaixar os honorários, já inferiores ao concedido ao professor (200 mil réis), persistiram.

Percebe-se a partir das atas de posse das diretorias eleitas e as atas que informam a composição dos conselhos deliberativos²⁷ que essa foi uma situação que não mudou ao longo da década. Aos cargos de maior poder político e de poder de decisão no sindicato estavam fechados às trabalhadoras. Assim, observamos que a entidade que representava a classe dominada reproduzia os mecanismos da classe patronal de acentuar a exploração da mão de obra feminina, não defendendo a igualdade salarial entre homens e mulheres.

Em 20 de novembro de 1945 a Junta de Conciliação e Julgamento de Rio Grande enviou uma notificação à SUO convocando a entidade a comparecer a uma audiência no dia 25 de dezembro. Junto a notificação estava anexada a reclamação de Helena Ursulina dos Santos Sigilio que acionou a Justiça do Trabalho no dia 21 de setembro do corrente ano. A trabalhadora relatou que havia sido contratada para a função de auxiliar de professora, porém estava, na prática, desempenhando a atividade laboral de professora, recebendo 260 cruzeiros. Segundo a trabalhadora, a SUO almejava

²⁷ Conforme os documentos de posse das diretorias referentes aos anos de 1920 a 1930. Acervo de Documentação Histórica, salvaguardado no Centro de Documentação Histórica (CDH) da Universidade Federal de Rio Grande.

que a reclamante exercesse função de professora, algo que não estava em sua habilidade visto que a mesma não possuía diploma. Ao se recusar a exercer tal função, o inspetor do colégio, encarregado da SUO, a demitiu. Na reclamação, Helena requeria que a SUO a indenizasse por demissão injusta: 1. Aviso prévio: 260 cruzeiros; férias relativas a 1944 a 1945: 130 cruzeiros; indenização por tempo de serviço: 1.040.0 cruzeiros. Não foram encontrados documentos que informassem qual a conclusão tal processo obteve²⁸.

A luta por aumento salarial das professoras teve novo episódio em 13 de abril de 1948, quando a professora Lourdes G. Netto mandou um ofício à SUO solicitando acréscimo de seus honorários. Porém, dessa vez, a diretoria atendeu o pedido da professora e aumentou 100 cruzeiros de seu salário²⁹. Porém, o seu salário seguia inferior ao ofertado ao professor dos alunos do gênero masculino em 1923.

Para Saffioti (2013, p. 74/75), a incapacidade de o movimento operário entender a especificidade do trabalho feminino e de se rebelar contra a concepção dominante do papel social da mulher na sociedade, é fruto da carência de uma visão totalizante de sociedade e das contradições do sistema econômico atual. Enxergando a mulher como concorrente do trabalho masculino, e a renda feminina como “complementar” nas despesas familiares, o movimento operário, por vezes, teria sido complacente com a inferiorização salarial da mulher, segundo a autora.

Ao pagar salários inferiores às trabalhadoras, em relação aos trabalhadores, a SUO compactuava com as desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Nesse sentido, percebe-se que o movimento operário também estava imerso na ideologia dominante de que a mulher pode receber salários inferiores aos homens. Essa visão deriva-se do modelo simbólico de família, em que o homem adulto é o “chefe de família”, responsável por ser o provedor, e o salário feminino é apenas complementar a renda familiar, podendo ser inferior ao masculino. Além disso, as fontes são um indicativo de

²⁸ Acervo Sociedade União Operária, salvaguardado no CDH (Centro de documentação Histórica) da Universidade Federal de Rio Grande. Processo sem número. Reclamante Helena Ursulina dos Santos Sigilio.

²⁹ Informação retirada de um ofício encaminhado pela professora à SUO, em 13 de abril de 1923. Acervo Sociedade União Operária, salvaguardado no CDH (Centro de documentação Histórica) da Universidade Federal de Rio Grande.

que as mulheres não aceitaram passivamente esse fenômeno, demonstrando que essas lutaram por melhores salários.

3.6 O SINDICALISMO A PARTIR DE 1930 E A SUO

Assim como Mattos (2009) comenta, é imprescindível às (aos) pesquisadoras (es) que se propõem a estudar a História do Brasil e do sindicalismo brasileiro, após a Primeira República, a exploração das modificações ocorridas no mundo do trabalho e na cultura do país durante a Era Vargas. É nesse período que o Estado buscará regular com maior intensidade as relações de trabalho e as entidades de classe, na tentativa de intermediar os conflitos sociais. Leis referentes ao trabalho serão criadas e a estrutura sindical sofrerá transformações estruturais durante esse período. Como Mattos comenta,

Este é o parâmetro para entendermos a permanência da estrutura sindical corporativista e da ênfase repressiva sobre as organizações e lutas dos trabalhadores no período de “ensaio democrático”, entre 1945-1964, sua utilização de forma ainda mais coercitiva durante a ditadura militar e a resistência em desmontá-la completamente, mesmo com a “redemocratização” constitucional em 1988 (2017, p. 83).

A década de 1930 marca a transição de uma economia tipicamente rural para uma economia urbano-industrial (D'Áraújo, 2007, p. 215). Privilegiando setores relegados a segundo plano anteriormente, no primeiro governo de Getúlio Vargas houve maior incentivo ao crescimento da nação e do setor industrial, sem deixar de valorizar o polo agrícola-exportador. Mattos aponta para uma inversão das taxas de aumento da produção entre setor rural e setor urbano. Se durante os anos de 1929 a 1933 a agricultura de exportação era o setor que obtinha maiores taxas de crescimentos anuais, nos anos posteriores “(...) a situação se inverteu, com a produção da indústria crescendo a taxas médias anuais de 11,3%, contra 1,2% da agricultura de exportação” (MATTOS, 2009. P. 62).

Acompanhando o crescimento do novo setor de produção em ascensão: industrial, ocorreu a política de regulação e controle estatal nas relações entre capital e trabalho. Todavia, é importante ressaltarmos que a regulamentação das leis de trabalho se restringia às (aos) trabalhadoras (es) urbano industrial,

que totalizava, no primeiro governo de Getúlio Vargas, 3% da população brasileira (D'Áraújo, 2007). Nesse sentido, entre os anos de 1930 a 1934, é criado o Ministério do Trabalho Industrial e Comércio (MTIC), órgão que foi responsável pela criação da maior parte das leis de trabalho que depois serão reunidas e sistematizadas na CLT. O MTIC também foi responsável por difundir o novo modelo sindical: reconhecido e regulado pelo Estado.

O novo modelo sindical, proposto pelo MTIC, previa o sindicato único por categoria e região, federações no âmbito regional e confederações no âmbito nacional, sendo agora regulado pelo Estado. O MTIC possuía a legitimidade jurídica e poder para fiscalizar as atividades das entidades de classe reconhecidas por ele, assim como intervir nas suas diretorias (MATTOS, 2003).

D'Áraújo (2007) comenta que a nova estrutura sindical foi inspirada na ideologia corporativista que ganhava vigor em diferentes países no início do século XX. Em 1929 a crise econômica internacional demandava respostas e o corporativismo se apresentou como uma possível saída à crise. Para os formuladores do corporativismo, o capitalismo liberal era um modelo econômico e social gerador de desigualdades e fomentador de conflitos de classes; já o socialismo era condenado por impor a força a falsa igualdade social, negando valores culturais e religiosos de cada nação. Assim, o corporativismo era uma saída intermediária aos dois modelos econômicos, no qual, segundo seus formuladores, contribuiria para diminuir as desigualdades sociais e geraria a harmonia social. Nesse sentido, caberia a elite dirigente do Estado definir novas formas de organização e participação da sociedade (D'Áraújo, 2007).

Na década de 1990 há um movimento na historiografia de “revisitar” o período do primeiro governo de Getúlio Vargas, 1930, ao golpe civil-militar brasileiro, de 1964, com novos olhares. Pesquisadores como Fernando Teixeira da Silva, Antonio Luigi Negro, Paulo Fontes, Hélio da Costa, Alexandre Fortes³⁰ buscaram analisar a agência dos trabalhadores, a partir de fontes empíricas sobre o movimento operário. As importantes pesquisas realizadas pelos historiadores corroboram ao entendimento das experiências de classe e

³⁰ Para algumas obras dos autores, ver FORTES, NEGRO, 2003; FORTES et al, 1999; SILVA, 2005; COSTA, 1995.

de suas mobilizações, demonstrando que esses não foram “massas de manobra”. Demier (2012) discorre sobre essa historiografia:

Debruçando-se sobre vasta documentação escrita e oral concernente à vida sindical de diversas categorias de profissionais a partir a década de 1930, esses pesquisadores se depararam com uma série de manifestações dos trabalhadores que extrapolou os limites impostos às atividades da classe pela legislação corporativista que regia o funcionamento dos sindicatos. O cuidadoso trabalho feito com publicações operárias, atas sindicais e depoimentos orais de ex-ativistas, entre outras fontes, acabou por dar luz à presença, sob vigência do populismo, de atuantes “comissões de fábricas” e outras formas organizativas por local de trabalho, assim como a vários movimentos paredistas que utilizaram, a seu modo e dentro das possibilidades reais, as controladas entidades sindicais. Graças a tais pesquisa, tornou-se conhecido das audaciosas formas inventadas pelas bases sindicais para “driblar” os interventores estatais, como também dos muitos casos em que estas foram, na prática, além das intenções dos seus dirigentes e líderes de perfil “colaboracionistas”. A coerente conclusão de tal corrente historiográfica é a de que, se por um lado é verdade que a tutela do estado populista sobre as organizações associativas de classe impôs significativos limites às mobilizações autônomas dos trabalhadores, por outro, pode-se assegurar que aquela não se erigiu em um insuperável óbice para estas (DEMIER, 2012, p. 210).

Conforme o pensamento de Negro, “Sabemos, com toda a certeza, que não houve um triunfo de manipulação. Mesmo assim, um aspecto a ser conferido é o alcance da política varguista, que não cogita renunciar ao controle e à tutela” (2004, p. 22). Como segue o autor, Getúlio Vargas possuía perfil paternalista, que buscava incorporar o trabalhador em seus discursos para dar bases de sustentação ao seu governo, mas as tentativas de fomentar uma hegemonia encontram resistências. Assim, os trabalhadores teriam se empossado dos sindicatos e tentado revertê-los a seu favor, na luta por direito e cidadania. E, para Silva, em um estudo sobre os doqueiros de Santos (SP) entre os anos de 1937 a 1968), “Apesar da atuação preferencial no interior das instituições governamentais, essa política não implicou a ausência de “ação direta” dos operários contra a empresa ou simples deslocamentos das lutas em direção aos canais oficiais” (1999, p. 64).

Além disso, a implementação desse novo modelo de estrutura sindical encontrou resistências por parte dos sindicalistas. No primeiro momento, a não adesão de significativa parte das entidades de classe existentes fez com que o Estado ofertasse benefícios aos sindicalizados em sindicatos reconhecidos

pelo MTIC, acarretando com que a base sindical pressionasse suas diretorias à institucionalização das entidades. Como comenta Mattos:

No entanto, uma parcela expressiva do setor organizado da classe trabalhadora não parecia disposta a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais controlados pelo MTIC, exceção feita para os que sempre defenderam a adesão ao Estado e ao patronato, ou para os setores sem qualquer tradição sindical. Além de estimular a criação de sindicatos oficiais, quase sempre com pouca representatividade, uma das estratégias adotadas pelo Ministério para angariar adesões “voluntárias” ao seu modelo de sindicato foi vincular a concessão dos benefícios das novas leis trabalhistas à representação por sindicatos reconhecidos, deixando assim que as lideranças mais combativas sofressem a pressão para a busca do reconhecimento do Ministério por parte de suas bases, ansiosas por usufruir os benefícios da legislação (2003, p. 14).

A SUO não foi cassada durante o Estado Novo, como ocorreu em expressivas uniões e centrais durante o Estado Novo. Loner (1999) atribui isso ao fato de a entidade possuir duplo estatuto, fruto das divergências anteriores. Enquanto um estatuto da SUO previa que a entidade tinha apenas cunho educacional; O segundo estatuto ressaltava que a SUO representava a classe rio-grandense. A existência de dois estatutos possibilitou que a entidade não precisasse ser reconhecida pelo Estado, não sendo suas diretorias submetidas ao Ministério.

A SUO sediou, ao longo de sua existência, encontros e reuniões de sindicatos, frentes populares, movimentos sociais e partidos políticos, fomentando a organização e militância política classista do município de Rio Grande (LONER, 1999). No entanto, as maiores liberdades gozadas nos primeiros anos de 1930 findam em 1936, quando a entidade foi fechada e o seu jornal *A Evolução*, proibido de circular. A SUO permaneceu fechada durante quatro meses do ano de 1936 e, mesmo depois de reaberta, não comemorou o 1º de Maio, pela primeira vez desde a sua fundação, visto a repressão que sofria. Loner comenta sobre esse episódio: “Para sobreviver, sua diretoria teve que fazer concessões, como quando, premidos pelo medo e incertezas, enviaram moção de apoio a Getúlio Vargas, ao Estado Novo e ao interventor gaúcho em 1937 (1999, p.483).

Um grupo ligado provavelmente ao PCB, que tinham relevância nas correntes políticas que compunham a SUO, enviou um ofício à entidade no seu aniversário de fundação em 1946, no qual fica flagrante que houve resistência

por parte dos grupos políticos que atuavam na entidade a Getúlio Vargas e contestação da Constituição de 1937.

A célula comunista do bairro Luciano Gonçalves, vem pelo presente apresentar aos companheiros os protestos de sua solidariedade social, pela auspiciosa data que hoje transcorre, marcante de 53 aniversário da fundação dessa entidade. Formulando votos pela sempre crescente prosperidade da entidade máxima do trabalhador riograndino, servimo-nos de oportunidade para vos enviar as nossas saudações comunistas. Pela revogação da carta fascista de 1937 (AUTOR NÃO MENCIONADO, 1946, p. 1).

O Estado Novo é marcado por contradições. O aumento da legislação social que, entre outros efeitos, aumento a fiscalização das condições laborais das (os) trabalhadoras (es) é acompanhava pela repressão. D'Áraújo nos ajuda a elucidar o fenômeno abordado aqui: “Construiu-se, portanto, uma doutrina que associou autoritarismo a direitos ou que, pelo menos, subestimou a democracia política como recurso eficaz para garantir os direitos dos trabalhadores ou até mesmo o crescimento econômico” (2007, p. 216). Mattos (2003) comenta que a instalação da ditadura do Estado Novo em 1937, a Constituição fundada no mesmo ano e os rígidos limites impostos pelo governo limitaram as possibilidades de reivindicações.

Todavia, muitos líderes sindicais se apropriaram dos discursos de Getúlio Vargas, apelando para as suas manifestações pró-trabalhadores para conseguir conquistas à categoria, como o sindicato dos bancários do Rio de Janeiro (MATTOS, 2012). Desde os governos de Getúlio Vargas, de 1930-1945, até 1964, o movimento operário e os trabalhadores urbanos em geral foram atores importantes junto a um Estado “(...) que buscava acomodar os interesses das frações da classe dominante em um momento de crise de hegemonia aberto com a crise do sistema oligárquico agroexportador” (DEMIER, 2012, p. 206/207). Para Demier, “é importante não esquecer, que, apesar das ‘concessões’, quem estava no governo era uma parte das classes dominantes, que, portanto, possuíam vários interesses de classes antagônicas em relação aos trabalhadores” (2012, p. 49). E como French (2001) ressalta, as leis sociais referentes ao trabalho não foram realmente implementadas em sua integridade, visto que muitas vezes, segundo este autor, a Justiça do Trabalho se colocou ao lado dos patrões, e não havia estrutura de fiscalização da legislação, havendo portanto um abismo entre a aparência e a realidade.

Em Rio Grande, o movimento operário tinha influência do PCB e PDT, sendo parte significativa dos sindicalistas ligados a esses partidos. O Sindicato dos Estivadores, entre os anos de 1940 a 1952, teve a frente de sua direção membros do PTB, assim como o Sindicato dos Empregados do Comércio. Desde 1946, há pelo menos 1952 membros da direção da SUO eram partidários do PCB. O partido tinha inserção no movimento dos trabalhadores do porto, ferroviários e na SUO. As entidades dos ferroviários e os portuários se intitulavam como coligação e associação, respectivamente, em que:

(...) cumpria perfeitamente a orientação de construir organizações por local de trabalho que não fossem atreladas a sindicatos oficiais, que servissem para reeducar a classe operária na luta direta contra o governo de Dutra e os partidos da burguesia (SEGUNDO, 2012, p. 89).

Os cadernos da tesouraria da SUO referentes a década de 1930 apontam para um relativo aumento do número de filiados a entidade. Se em 1927, o número total de sócios era 331 trabalhadoras (es), entre os anos de 1937/38/39 foram encontrados 569 associados a SUO, destes 81 eram do sexo feminino³¹. Conforme esta documentação, 14,24% dos sócios correspondem a trabalhadoras sindicalizadas. Os números de sindicalização também retratam que a SUO não terá mais a expressividade de número de sócios que gozou durante as duas primeiras décadas da Primeira República, como já observado por Loner (1999).

As fontes analisadas referentes ao período entre ditaduras, 1945 a 1964, demonstram que a repressão aos trabalhadores seguiu mesmo em um intervalo de tempo de maiores liberdades. Em um documento encaminhado, em 1948, pela Prefeitura Municipal de Rio Grande à SUO, a mesma responde que não poderá atender os pedidos da entidade. Os servidores públicos municipais entram em greve no ano de 1948 e os líderes do movimento são demitidos e sofrem processo judicial. Conforme o documento:

Versando sobre a questão dos empregados municipais que, insuflados por elementos interessados na perturbação da ordem pública, em fomentar o desrespeito e o desacato às autoridades legalmente constituídas e a desarmonia e a discórdia entre as classes, em explorar a situação ainda difícil que atravessam as classes menos favorecidas, usando e abusando dessa situação como instrumento fácil e hábil de semear, alimentar e manter o seu

³¹ Acervo Sociedade União Operária, salvaguardada no CDH (Centro de Documentação Histórica), da FURG.

descontentamento, valendo-se da credulidade e da boa fé da laboriosa e honrada classe operária para jogá-la contra o governo, contra as autoridades, contra o regime, com o objetivo único e inconfessável de servir a objetivos a causas impatrióticas; se levantaram num movimento inesperado, injustificável e violento abandono coletivo do trabalho, em serviços públicos, no dia 21 de fevereiro último, num gesto reprovável e condenável, que bem se pode definir, ainda, como traição, pois que ocorreu justamente numa fase em que o município procurava, por todos os meios e modos, amparar o seu operariado (...). Já tivemos ocasião de readmitir a grande maioria dos empregados que haviam sido suspensos do trabalho por adesão ao citado movimento. Ocorre, entretanto, que, dada a gravidade de que se revestiu a mencionada ocorrência, como parte de um plano organizado de cassação coletiva de trabalho, o assunto não se circunscreveu à resolução por parte do governo do município, exigindo a interferência de poder superior, resultando em processo elaborado pela Repartição Central de Polícia e que já se encontra em mãos da Promotoria Pública da Comarca para ser decidido pela justiça (MOREIRA, 1948, p.1/2).

O que chama a atenção no referido documento é o tom do discurso presente nele. Inicia-se ressaltando a importância da SUO para o município de Rio Grande e para a defesa e de luta pelos bons princípios em favor da classe operária. As (os) trabalhadoras (es) aparecem como importantes agentes sociais nacionais, sujeitos que foram manipulados por um grupo desordeiro, que traiu o governo ao ludibriá-los e os convencendo a fazer greve. O prefeito Miguel de Castro Moreira (PTB), utiliza o discurso de aproximação do estado com as (os) trabalhadores (as), instrumento usufruído pelos governos desde 1930, para, posteriormente, acusar as (os) servidoras (es) que mais se destacaram durante a mobilização grevista. O governo municipal indica, assim, que os conflitos sociais deveriam ser resolvidos no diálogo e na cooperação entre Estado, patrões e sindicatos, e não no enfrentamento direto entre as diferentes classes sociais.

Em uma greve organizado em 1949, contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos, que paralisou parte da produção local e o porto de Rio Grande (RS), podemos perceber divergências entre os comunistas e os trabalhistas do PTB. No dia 8 de março de 1949, sindicalistas e trabalhadoras (es) em geral que aderiram ao movimento paredista, percorreram as ruas do município, fechando fábricas. Mario San Segundo (2012) aponta, havia a presença de filiados ao PCB, enquanto ao PTB tudo indica que estes não tinham conhecimento que ocorreria a manifestação. Os comunistas inseridos na mobilização criticaram o prefeito do PTB, que chegou a requisitar

a força policial, visto que os manifestantes fizeram uso das dependências da prefeitura como palanque, porém o prefeito da cidade Miguel de Castro Moreira (PTB) preferiu se ausentar (SEGUNDO, 2012, p. 92). Neste dia, ocorre repressão policial, e alguns manifestantes são presos.

A SUO passou por uma série de repressões e tentativas de fechamento de sua sede durante o período entre ditaduras. Em 1947 sua sede é fechada por seis meses, se encontrando inativa novamente entre os anos de 1949 a 1954. Com o golpe civil-militar, foram suspensas suas atividades, de abril de 1964 a 1º de maio até 1967, “tendo ocorrido o fechamento definitivo da entidade em 1968, quando o controle da sede das atividades foi passado por um interventor do governo militar” (SEGUNDO, 2012, p. 90).

3.7 SUO, MOVIMENTO OPERÁRIO E AS MULHERES

Há uma série de obstáculos para analisarmos a participação feminina na SUO, visto a falta de fontes. Nos 48 anos analisados nessa pesquisa, encontramos documentos dispersos que falam sobre a presença das sindicalistas na entidade. As atas das assembleias registraram falas apenas masculinas. A exploração de jornais operários e de documentações produzidas pela SUO referentes ao ensino educacional e o Grêmio Lyrico dramático, ao retratarem em maior quantidade a presença de mulheres, nos apontam para uma possível divisão sexual de funções dentro do mundo sindical.

Na análise de jornais operário e comerciais (*A Luta*, *O Tempo* e *Echo do Sul*, respectivamente), foram encontradas notícias sobre a programação do 1º de Maio, data que desde a fundação da SUO é comemorada no município de Rio Grande (RS). Em um projeto realizado pela professora e coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Prof. Hugo das Neves da FURG, sob a titulação “*União Operária e 1º de maio (1893-1945): Os primeiros 50 anos de luta operária na cidade do Rio Grande*”, foram selecionados recortes de matérias dos jornais referidos, sendo a seleção das matérias organizadas por notícias referentes aos seguintes temas: Sociedade União Operária, 1º de Maio, acidentes no trabalho e greves e mobilizações da classe operária de Rio Grande (RS). Este projeto tinha como objetivo salvaguardar a história do movimento operário local. A partir dos dados obtidos destas fontes e da

historiografia, conseguimos montar um quadro da ação das mulheres junto ao movimento operário no período.

Loner (1999) relata justamente que o início da comemoração do 1º de Maio no município de Rio Grande (RS) se inicia com a fundação da SUO, em 1894. Segundo Loner (2001), os jornais locais da cidade apontam que no início do século XX, as atividades do Dia do Trabalhador chegaram a contar com a presença de 2 mil pessoas. Em meio a comícios, discursos, bailes e apresentação de peças teatrais a classe trabalhadora demonstrava sua força, fomentando o sentimento de pertencimento de classe.

Na década que dá início a presente pesquisa, encontramos, no jornal operário *O Tempo*, a reprodução das obras de Agostina Guizzardi, em 1920. No 1º de maio de 1920, entre a programação das atividades festivas, consta a peça “*A honra operária*” da autora, que fez parte das atrações do Dia do Trabalhador. O 1º de Maio se configurava como uma data importante para o operariado de Rio Grande. Ao longo de sua trajetória de existência, a SUO procurou promover atividades todos os anos para comemorar a data. Como relatado na matéria publicada no jornal *O tempo*:

A data consagrada pelo operariado universal à comemoração do trabalho será solenizada pela Sociedade União Operária, desta cidade, com uma sessão festiva, amanhã, às 20 horas. Ao ser aberta a sessão, a orquestra esperança executará o hino operário, após o qual, um dos membros da sociedade representantes das classes trabalhadoras locais discorrerá sobre a grande data. Domingo no palco-salão da União Operária, a seu afinado corpo cênico interpretará o drama de combate em atos e 5 quadros, “*A honra operária*” original da operária Agostina Guizzardi, que o escreveu para aquele grupo. O salão dramático que é 95% levado a efeito, terá começa às 20 ½ horas (O tempo, 1920, p. 1).

A Sociedade União Operária, desde 1892, promovia peças teatrais para suas sócias e seus sócios, assim como seus dependentes, na formação do Grêmio Lyrico Dramático. Tendo como enredo das obras críticas sociais, o teatro operário contribuía para transmitir os valores do movimento operário para as (os) demais trabalhadoras (es). Não só as (os) sindicalistas frequentavam as noites culturais, mas, também suas famílias, que se reuniam em um momento de lazer. Os enredos dos espetáculos muitas vezes eram escritos por lideranças políticas da SUO, como o socialista Guedes Coutinho e já citada Agostina Guizzardi, que era anarquista (SILVEIRA, 1999). Loner comenta sobre a finalidade do teatro operário,

(...) os objetivos do teatro operário não se radicavam na beneficência, mas na propaganda das ideias de transformação social entre o operariado e suas famílias, na tentativa de criar, via forma literária ou teatral, um consenso sobre ideias e valores que terminavam, em última instância, por definir o próprio operário. Os temas principais desse teatro eram os valores do companheirismo, da coragem e da luta, contrapostas às características burguesas, apresentadas como a luxúria, avareza, a crueldade, indiferença com os demais, ao lado da crítica direta e incisiva à igreja e à sua atuação na sociedade (LONER, 1999, p. 133).

O Grêmio Lyrico Dramático era composto por um considerável número de obras, chegando, em 1909, a totalizar 170 obras. Silveira relata que “tal conjunto era constituído por óperas, operetas, comédias ligeiras, comédias realistas, melodramas, dramas românticos e realistas” (1999, p. 104). Até 1910, a presença feminina em teatros operários era quase nula, sendo os papéis femininos desempenhados por atrizes, e não por trabalhadoras. E, Muitas vezes os papéis femininos eram desempenhados por homens (LONER, 1999, p 130). Distintamente, Agostina Guizzardardi já em 1903 apresentada a sua peça teatral “Amor e Ouro” no Politheama Riograndense, demonstrando o pioneirismo da operária e do Grêmio Lyrico Dramático, ambos ligados a SUO (SILVEIRA, 1999).

Agostina Guizzardardi deixou poucos documentos para que possamos conhecer profundamente sobre sua trajetória de vida. Temos a informação de que ela foi uma militante importante da SUO, escrevendo peças e proferindo discursos nas mobilizações da classe rio-grandina (SILVA, 1996). Redigiu duas obras de sua autoria: *Amor e Ouro* (1903) e *A Honra Operária* (1905). De origem italiana, “vivenciava, assim como as demais mulheres, a submissão e as limitações que a sociedade patriarcalista e conservadora de então a fazia sentir (SILVEIRA, 1999, p. 85). Em *Amor e Ouro*, a militante trazia discussões sobre a posição das mulheres na sociedade.

Conforme comenta Silveira (1999), ao se referir à peça *Amor e ouro*, “O drama de Agostina constitui uma tentativa de chamar a atenção para a problemática da mulher nos quadros de uma sociedade hegemonicamente patriarcal” (SILVEIRA, 1999, p. 66). Diferentemente das demais peças que compunham o acervo da SUO, obra analisada se propõe a colocar a mulher enquanto personagem central no enredo.

Além de suas obras retratarem a situação de subordinação da mulher na sociedade, há registros de Agostina Guizzardardi proferindo discursos narrando o

silenciamento das mulheres no meio operário. Em 1906 a sindicalista discursa em um ato de solenidade a vinda de um marinheiro português:

Sabemos perfeitamente que falamos no deserto, mas mesmo assim gritaremos cada vez mais, na esperança que no meio da aridez da inconsciência, ligada à mais imperdoável apatia, existe ainda alguns oásis, verdejantes de dignidade no pleno sentido da palavra. Às vezes, tanto se grita, até que alguém se acorda (A evolução, 1906, p. não mencionada).³²

No ato referido, Agostina Guizzardi se coloca contrária a política da direção da SUO por conta do tom patriota do ato solene, pedindo mais coerência das lideranças da entidade com os ideais defendidos pela mesma. Tais discursos apontam à sua transgressão, que mesmo em um movimento operário conservador, se tratando em termos de gênero, a militante se rebelou contra os códigos morais da época. Em um mesmo discurso, Agostina Guizzardi critica uma direção, que é composta apenas por homens, e denuncia o silenciamento das mulheres no meio sindical.

As atas das assembleias analisadas da década de 1920 a 1940 não mencionam falas femininas, como já exposto anteriormente. Essa constatação demonstra que mesmo com o número considerável de sindicalização feminina, o poder de voz das mulheres dentro do aparelho sindical ainda sofria um apagamento. Agostina Guizzardi rompe com o silenciamento, na crítica a direção do sindicato no qual ela era base.

No dia 22 de março de 1922 a atriz do Grêmio Lyrico Dramático Naura Ferro realiza uma doação de 30 cruzeiros à SUO³³, com a finalidade de contribuir com a o novo pavilhão escolar que a sociedade estava em vias de ser construído. O ofício em que relata a doação de Naura Ferro informa que a atriz havia participado de um espetáculo no mês anterior, em 29 de fevereiro de 1922, doando o valor recebido pela prestação do seu serviço artístico à SUO. Ao doar sua remuneração, a intérprete indica que tinha reconhecimento da importância dos serviços ofertados pela SUO para as (os) operárias (os): ensino gratuito aos seus sócios e familiares.

O meio educacional também foi marcado pela presença das sindicalistas. Se recuarmos um pouco no tempo, em 1918, o jornal *O tempo*

³² (A Evolução, p. não mencionada apud SILVA, 1996, p. 170).

³³ Informações retiradas do ofício encaminhado por Naura Ferro à SUO, acervo Sociedade União Operária, CDH (Centro de Documentação Histórica) da Universidade Federal de Rio Grande.

notícia a vinda de uma comissão de operárias e operários de Pelotas para Rio Grande com a finalidade de discutir questões referentes a classe, assim como a criação de uma escola operária no município de Pelotas (RS). Na comissão composta por seis membros, três destes eram trabalhadoras: Amélia Gomes, Praxedes Luz e Josepha Benites. Conforme o noticiário:

(...) recebidos festivamente na estação central, com a banda de música Lyria Artística, percorreram diversas ruas da cidade, incorporados a inúmeros de seus companheiros de classe. A hora marcada, realizou-se a sessão pública de propaganda na União Geral dos Trabalhadores (*O tempo*, 1918, p. 3).

Pelotas (RS) e Rio Grande (RS) foram palco de muitas lutas operárias durante a Primeira República. O contato entre as (os) militantes dos dois municípios se configurava como importante para que estes pudessem trocar suas experiências organizativas e de mobilização. Rio Grande foi pioneira em ofertar educação às (aos) operárias (os) e a comissão de operárias (os) vindo da cidade vizinha foi um ato das (os) sindicalistas beberem das experiências e práticas educativas da SUO.

No jornal *O tempo*, referente ao ano de 1921, temos a notícia de uma greve que teve com pioneirismo e protagonismo feminino, das tecelãs da fábrica Ítalo-brasileira. Loner (1999) aponta que as (os) operárias (os) da Ítalo-brasileira fizeram greves nos anos de 1911, 1919, 1920 e 1921, destacando essas paredes por sua longa duração. A notícia do jornal *O tempo*, ao informar que a greve foi organizada pelas operárias e não pelos operários (como é de costume utilizar o pronome masculino para se referir aos dois sexos) aponta que a greve teve participação exclusivamente feminina:

A direção da fábrica Ítalo-brasileira, tendo resolvido não atender à reclamação das suas operárias da tecelagem, há dias em greve, decidiu fechar temporariamente e mês no estabelecimento (*O tempo*, 1921, p. 2).

Sabemos, conforme as atas da SUO, que os primeiros anos da década de 1920 foram marcados por repressão ao movimento operário no município de Rio Grande (RS). Mesmo diante da repressão, as operárias da Ítalo-brasileira realizaram uma greve por aumento salarial.

Rago nos ajuda a entender a ausência de documentação sobre as lutadoras: “(...) a imprensa operária estava totalmente nas mãos de elementos do sexo masculino. Assim, a história da participação das mulheres nas lutas sociais da época é sempre registrada sob um prisma masculino” (2014, p. 98).

Essa ausência, segue a autora, contribui para a perda de outros momentos de atuação política, que fogem à lógica da ação política predominante.

A ausência de documentação redigida por aquelas que organizaram e foram protagonistas das lutas de sua categoria, não significa dizer que estas não foram agentes de sua história. Mas significa dizer que os instrumentos clássicos de fazer propaganda das mobilizações operárias, como é o caso do jornal operário, não era acessível a elas. Assim, não foi encontrado nenhuma evidência que fosse escrita pelas grevistas, mas pela SUO e pela fábrica Ítalo-brasileira sobre o movimento paredista.

Em relação às reivindicações, Loner (1999, p. 283) ressalta que para analisar greves têxteis é necessário falar da relação das operárias com o movimento, visto a presença significativa destas nas mobilizações desse setor. A autora aponta que no Rio Grande do sul, durante a Primeira República, as operárias recebiam 22% a menos que os operários paulistas e 41% a menos que os operários gaúchos.

As comissões de negociação dessas categorias, compostas normalmente por homens, membros das direções das centrais e sindicatos, muitas vezes deixavam a desejar em se tratando das reivindicações das trabalhadoras (LONER, 1999, p. 283/284). Nas correspondências endereçadas à SUO encontramos duas cartas que corroboram para a constatação da autora. Em um documento enviado pela SUO ao Luiz Lórea, diretor e gerente da Sociedade Industrial, em dezembro de 1938, a entidade comenta sobre a greve das operárias da mesma, buscando intervir no movimento paredista através da tentativa de uma negociação:

A sociedade União Operária lamentando profundamente a existência do movimento paredista verificado nesta cidade, no vosso Estabelecimento Industrial, vem pelo presente, perante vossa excelência, apresentar as resoluções seguintes aprovadas em reunião ontem efetuada nesta sociedade:

1ª. Conservação do horário de 8 horas e restituição dos 10% ultimamente rebaixados;

2º. Readmissão de todo e qualquer operário e operária envolvido na greve.

Esperando, pois, de nosso alto critério e elevado espírito de justiça e equidade, uma resolução satisfatória que venha, assim, por fim a essa situação angustiante, tanto mais ainda melindrosa porque atravessa o país. Aguardamos as vossas ordens (SUO, 1930, p. 1).³⁴

³⁴ Carta enviada pelo presidente da SUO Arlindo Lima à Sociedade Industrial. No documento não há menção do dia que foi remetido a carta, apenas o mês e o ano: dezembro de 1930. Acervo Sociedade

O ofício transcrito acima retrata que a SUO se mostrou contrária ao movimento grevista das operárias e operários. Em 1930 o Brasil passava por um decréscimo no seu crescimento econômico, influenciado por uma crise internacional iniciada em 1929, e para a entidade a greve das (os) trabalhadoras (es) era “angustiante” e “melindrosa”. Assim, para a SUO tal ato era “incompreensível”. Em resposta à entidade a empresa Sociedade Industrial Ltda, fábrica de aniagem e sacaria em geral, a agradece:

Em referência à sua intervenção sobre a greve das operárias desta fábrica, por minha vez, também não poderia deixar de lhes agradecer, pela maneira lúcida e pela ordem, com a qual a qual resolveram a referida parede. Aliás, VV. SSa. procuraram saber devidamente as exigências das aludidas operárias, tendo concluído não haver razão de direito. Ademais, como VV. SSa. Estavam scientes por mim, a resolução definitiva éra de fechar-se o estabelecimento, pois, dada a situação financeira, a fábrica não podia aderir à taes exigências das paredistas, Extremamente, graças à sua bôa intervenção na resolução do caso, foi que resolvi atender à sua proposta, embora com sacrifício para a fábrica, pois, éra de meu dever anuir à sua intervenção de facilitar essa distinta corporação, por ter à frente uma directoria que sabe fazer justiça, pela ordem e respeito. Agradecendo, de minha parte as prosperidades que VV. SSa. Desejam a esta sociedade, faço votos para que continuam sempre a desempenhar a sua missão, em defesa dos obreiros, sempre pela ordem justiceira. Assim, à essa m. d. directoria e à SOCIEDADE UNIÃO OPERÁRIA, desejo sempre o seu progresso social, com a entrada do ano de 1931, e com apreço e distinta consideração, me repito³⁵.

A fábrica, ao relatar na carta que as exigências das grevistas não tinham razão de direito e ao agradecer a SUO pelo acordado, demonstra que possivelmente as reivindicações que deram origem à greve não foram atendidas. O agradecimento à SUO indica, também, que o acordo privilegiou a empresa, e não as operárias. Tal acontecimento elucida o fato da carência da entidade em representar a luta das trabalhadoras. Constata-se, assim, que a falta de representação feminina nos espaços políticos institucionais acarreta, muitas vezes, na invisibilidade das demandas femininas e de suas especificidades no mundo do trabalho.

Bak (2003) analisou um fenômeno que demonstra a importância da participação das mulheres no movimento operário à inclusão de pautas que atendam as suas experiências no mundo do trabalho. Explorando a greve geral

União Operária, salva-guarda no CDH (Centro de Documentação Histórica) da Universidade Federal de Pelotas

³⁵ Carta enviada à SUO em 29 de dezembro de 1930 pela administração da empresa Sociedade Industrial Ltda. Optou-se por preservar a ortografia original na transcrição da carta.

de 1917, ocorrida em Porto Alegre, Bak relata que a exigência principal das (os) grevistas era a fixação das 8 horas de trabalho diárias. Porém, no decorrer do movimento, as operárias perceberam que essa pauta não as contemplava, porque elas eram pagas por peça e não por dia/mês trabalhado. Conforme a autora:

A greve geral por uma jornada de oito horas não falava de suas necessidades específicas. Essas mulheres perceberam abruptamente que sua posição na estrutura de classes emergente as separava dos trabalhadores (masculinos e femininos) que eram pagos por dia ou por hora. Dessa forma, abandonaram a greve. Apesar de alguns trabalhadores ainda serem pagos por tarefas, os artesões tinham habilidades com as quais podiam barganhar, enquanto que as mulheres, que não tinham ofício, não podiam. Depois de alguns dias, os líderes grevistas consertaram seu erro inicial, levando em consideração a situação das pessoas que trabalhavam por tarefas em suas exigências coletivas durante a greve (BAK, 2003, p. 211).

Ainda no ano de 1930, uma notícia chamou-me atenção no periódico *Lucta*, embora não tenha aparentemente relação com a SUO. Em jornal referente ao mês de outubro de 1930, foi relatado um caso de violência sexual de um soldado da polícia militar do Estado contra a trabalhadora que prestava serviços domésticos ao tenente. A moça era menor de idade na época. Um ano após o ocorrido, a trabalhadora, reunida com as suas companheiras, comentou o caso. Conforme relatado pelo jornal:

Há tempos atrás, o tenente Americo Walger da Força militar do Estado, residente no rebanho do arrebalde do Portão, tomou como sua empregada, para serviços leves e pagear seus filhos, uma menor orfã da mãe [...]. O tenente Americo Walger achava-se no quartel e a sua esposa fora ao cemitério. Como o seu quarto estivesse um pouco sujo, ella (a menor), resolveu lava-lo e arruma-lo na ausência de seus patrões. Estava ella entregue a seu trabalho, já enxugando o assoalho, quando foi fortemente erguida por duas mãos vigorosas e, em seguida, colocada sobre o seu próprio leito, já, então, arrumado e ali, brutalmente desonestada pelo soldado Antonio Vieira, casado e que residia numa casa pegada a do Tenente Walgner. A infeliz menor não pôde resistir ao seu infame seductor, pois, este a dominou fortemente, chegando ao ponto de tapar a sua bocca para que não gritasse! Satisfeito o seu instinto libidinoso, o perverso estuprador retirou-se deixando no quarto, esvaindo-se de sangue a infeliz menor, a qual ameaçou de morte caso denunciasse (AUTOR NÃO MENCIONADO, 1930, p. 3).

Após relatar o caso para suas companheiras, estas levaram o caso para o Dr. Cunha Ferreira (a matéria não menciona a sua precedência), que informou o caso à polícia, abrindo-se um inquérito para apurar a denúncia. A trabalhadora, que tinha apenas 14 anos, foi submetida a um “teste médico” no gabinete médico legal, conforme descrito no jornal. Concluindo a matéria,

relata-se que o acusado foi julgado por invasão de domicílio e de “violar uma menor indefesa”.

O caso de violência sexual a uma trabalhadora doméstica exposto no jornal, assim como Davis (2016) nos relata, não era um caso excepcional, mas sim recorrente na vida das trabalhadoras deste setor de serviço. Angela Davis, ao discorrer sobre o significado da libertação para as mulheres negras, relata que, após a abolição nos Estados Unidos, as negras escravizadas se viram obrigadas a ocupar os empregos de empregadas domésticas. Sobre a violência sexual sofrida pelas trabalhadoras domésticas Davis comenta:

Desde a reconstrução até o presente, as mulheres negras empregadas em funções domésticas consideram o abuso sexual cometido pelo “homem da casa” como um dos maiores riscos de sua profissão. Por inúmeras vezes, foram vítimas de extorsão no trabalho, sendo obrigadas a escolher entre a submissão sexual e a pobreza absoluta para si mesmas e para a sua família (DAVIS, 2016, p. 99).

Na notícia não se faz referência se a trabalhadora que sofreu violência sexual era sindicalizada e qual o sindicato no qual aconteceu a reunião. Porém, temos conhecimento que o jornal *A Lucta* era redigido por muitos sindicalizados da SUO e que um número expressivo de entidades de classe do município de Rio Grande (RS) era confederado a SUO. A categoria no qual a denunciante faz parte, trabalhadora doméstica, historicamente possui dificuldade em se sindicalizar, visto suas condições de trabalho e o isolamento de contato com outras trabalhadoras de sua área de trabalho.

Porém, mesmo com essas lacunas, O caso de violência sexual relatado no jornal *A Lucta*, demonstra, também, que pelo menos esta trabalhadora, mesmo após um ano da agressão sofrida, sentiu que poderia expor o caso para a suas companheiras mulheres. O ocorrido, nos remete a importância da organização sindical das mulheres, que ao se reunirem com outras trabalhadoras, podiam conversar e se defender perante formas de violência de gênero no mundo do trabalho. Mesmo que a denunciante não fosse sindicalizada, procurou outras mulheres, que organizaram uma reunião para debater o caso. No mínimo, a trabalhadora sabia da importância da entidade sindical e das companheiras para recorrer a elas.

Em 1946 as trabalhadoras da cidade criaram a União das Mulheres Rio Gradinas, que possuía relação com a SUO, sendo os encontros realizados na sede da entidade. A escassez de material referente a União das Mulheres Riograndinas impossibilita termos um olhar mais aprofundado sobre quem eram as suas integrantes, quais os motivos que levaram a sua criação e o quanto de mulheres a união conseguiu englobar. Conforme o documento de fundação enviada à SUO:

A UNIÃO DAS MULHERES RIO GRANDINAS, entidade recentemente fundada nesta cidade e destinada a congregar, em seu seio, todas as riograndinas de bôa vontade, sem distinção de crenças políticas ou religiosas, vem trazer o comunicado dêsse a nominata de sua diretoria, que ficou assim constituída: (...) (UNIÃO DAS MULHERES RIOGRANDINAS, 1946, p. 1).

No mesmo ofício foi informado a ocupação dos seguintes cargos:

Presidente: Altina Albuquerque

Vice-presidente: Guaraciaba Silva

1º secretária: Iris Moraes

2º secretária: Lucia Lopes

1º tesoureira: Valdivia Zernandes

2º tesoureira: Otlia Lins Ribeiro

Diretoras:

Lenira Borges, Martina Leal, Elodina Braga, Pulcheria Ferreira, Djanira Silva e Antoniera Galtério.

Comissão de contas:

Alaides Silva, Julieta Jardim e Alaides Vieira.

Foram encontrados no acervo de correspondências endereçadas à SUO documentos enviados pela secretária Maria Pereira da União das Mulheres Riograndinas solicitando utilizar o salão da sociedade para promover assembleias, reuniões e atividades festivas referentes ao ano de abolição da escravidão no Brasil, o que indica a possibilidade de as trabalhadoras serem

negras. Além disso, as trabalhadoras organizavam ato solene para celebrar a memória de Tiradentes, “líder por nossa independência” (ROCHA, PEREIRA, 1949, p. 1). A periodicidade de cartas enviadas à SUO solicitando a utilização do salão da entidade demonstra que a União das Mulheres Riograndinas realizaram atividades até, pelo menos, o ano de 1949.

As comemorações da data de abolição da escravatura foram frequentes desde os primeiros anos da Proclamação da República. Segundo Loner, “Os negros e vários outros setores sociais fizeram o possível para não deixar apagar da memória oficial a da de 13 de maio” (1999, p. 322). Nas comemorações havia a presença de sociedades operárias e sociedade beneficentes de diferentes nacionalidades. Em 1949, as mulheres de Rio Grande tiveram organizaram atividade de comemoração do 13 de Maio. Conforme o ofício enviado à SUO:

Tendo em reunião efectuada, a UNIÃO DAS MULHERES RIOGRANDINAS, resolvido comemorar a data de treze de Maio, venho por meio deste solicita-vos o nosso salão para efetuarmos um ato cívico, na noite de abolição da escravatura, as vinte horas e trinta minutos. Certa de boa acolhida, subscreve-me atenciosamente, sempre ao dispor (PEREIRA, 1949, p.1).

Juntamente com o Comitê Pró Paz, a União das Mulheres Riograndinas realizaram um ato cívico no ano da abolição da escravatura. Ao comemorar essa data, o grupo de mulheres demonstrou que as pautas de raça estavam presentes em suas discussões. Pensando em uma perspectiva interseccional, a importância de constatarmos a presença da comemoração de um marco importante à História do Brasil e à população negra brasileira refere-se ao fato de serem mulheres trabalhadoras.

Como já exposto, a escassez de documentação referente a União das Mulheres Riograndinas nos impossibilita explorarmos com mais profundidade o perfil do grupo. Não temos como afirmar que o coletivo de mulheres tinha o intuito de ser feminista, pois, além da promoção de atos solenes, nós não temos acesso as pautas discutidas entre elas. Porém, o que chama a atenção é a iniciativa dessas mulheres de criarem uma agremiação exclusivamente feminina. Se levamos em conta que a direção da SUO foi composta exclusivamente pelo sexo masculino até a data de criação da União das

Mulheres Riograndinas, em 1946 (como as atas de posse das diretorias nos apontam), e que as atas de assembleias gerais analisadas (1920 a 1940) não mencionam o pronunciamento de falas femininas, passamos a refletir sobre a necessidade destas de criar uma agremiação exclusivamente feminina.

Sendo assim, coloco como hipótese à criação da União das Mulheres Riograndinas, em 1946, o fato da necessidade averiguada por essas mulheres de estarem se reunindo para planejar mobilizações que atendessem as pautas enxergadas por elas como importantes.

Ainda nas correspondências endereçadas à SUO³⁶, podemos averiguar a presença de Maria Pereira, secretária da entidade, em um ofício redigido pelo Amparo Episcopal “Bispo Kinsolving³⁷”, que informa que esta ocupava o mesmo cargo na entidade referida, em 1949. Neste mesmo documento, a sociedade beneficente informa a SUO que está organizando “os seus tradicionais serões de outono”, convidando a mesma para participar da atividade. Segundo o ofício, a finalidade destes serões seria arrecadas fundos para construir uma sede destinada ao abrigo de senhoras idosas desamparadas. Assina o documento as (os) membros da diretoria: Edméa Silveira (Presidente), Josué Gomes da Costa (Vice-presidente), Dora Moreira (Tesoureira), Pedro Santos Filho (2º tesoureiro), Antonio da Silva Marques (1º secretário), Maria Pereira (2º secretária).

Assim, percebe-se que Maria Pereira é uma figura ativa na vida pública riograndense, destinando suas atividades a pautas relacionadas as mulheres. Demonstra também, que uma das integrantes da União das Mulheres Rio Grandinas estava associada a Igreja Anglicana.

Talvez a mais conhecida militante liderança feminina do movimento operário do município de Rio Grande e da SUO foi a trabalhadora da fábrica Rheingantz Angelina Gonçalves, vítima do chamado Massacre de Rio Grande, ocorrido em 1950. Ela e o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de

³⁶ Ofício endereçado à SUO, em 21 de março de 1949. Acervo da Sociedade União Operária, salvaguardado no CDH (Centro de Documentação Histórica) da Universidade Federal de Rio Grande.

³⁷ Bispo Lucien Lee Kinsolving foi um missionário estadunidense, que veio ao Brasil difundir a religião anglicana. O primeiro culto realizado no país foi em 1890, em Porto Alegre, por Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris.

Couto e o ferroviário Osvaldino Correa, que passava pelo local da manifestação no momento do tiroteio, foram mortos pela polícia durante um protesto que pedia a reabertura da SUO, entre outras pautas.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – Volume III: Mortos e Desaparecidos Políticos -, de 2014, relata que Angelina Gonçalves começou a trabalhar aos 13 anos de idade na Fábrica Rheingantz. Filiada ao PCB (Partido Comunistas Brasileiro), Angelina Gonçalves era militante da SUO e mãe de Shirley Pereira, sendo assassinada por agentes da segurança do Estado, por um disparo de uma arma de fogo. A influência do PCB no movimento operário da cidade era expressiva, sendo o ato organizado principalmente por membros do partido (SEGUNDO, 2012).

Há diferentes versões sobre o conflito ocorrido no 1º de maio que levou a morte da (os) lutadora (es). De um lado, a versão dos policiais e de alguns manifestantes que informam que o delegado Ewaldo Miranda ao chegar no ato procurou o manifestante Antônio Rechia, solicitando a dispersão do ato, não atendendo a ordem do delegado, Rechia teria gritado: “o povo quer, o povo exige a abertura da União Operária. Marchemos à União Operária, nada nos deterá!” (SEGUNDO, 2012, p. 153). A palavra de ordem, ao agitar ainda mais os manifestantes, ocasionou em uma confusão. E, diante disso, o delegado teria sido agredido por um soco, dando início ao tiroteio que levaria a morte dos três manifestantes. Segundo (2012) relata que nos depoimentos da maioria dos integrantes da passeada e dos comunistas, a polícia já havia chegado no ato com as armas no punho e com truculência, e afins de dispersas a multidão passou a atirar.

O que mais importa abordar aqui, é o protagonismo que Angelina Gonçalves teve na manifestação. Participando da manifestação, juntamente com um grupo de mulheres, Angelina Gonçalves, após o seu assassinato, entra à história do movimento operário de Rio Grande e do PCB. Sendo a única assassinada no ato de 1950 a estar presente no relatório da CNV, a militante foi protagonista de poemas, sendo sua agência política e o resultado dela referenciado na atualidade em discursos políticos. E como comenta Angues (2018):

Primeiramente, o que tange essas homenagens fora do núcleo rio-grandino é a hegemonia da imagem de Angelina Gonçalves frente às demais vítimas do Massacre da Linha do Parque. Suponha-se que a construção imagética de sua morte que mistura diversos elementos romantizados, assim como particularidades de sua vida (mãe solteira, operária e comunista), transforme-a nessa Angelina herói, a “mulher-monumento” do Massacre.

Neste capítulo procurei explicar sobre a presença das mulheres na SUO e no movimento operário do município de Rio Grande (RS). Para isso foi explorado um variado número de fontes documentais: jornais operários e comercial, atas de assembleias, cadernos da tesouraria da SUO, correspondências endereçadas à SUO. Analisa-se a escassez de registros deixados pelas trabalhadoras, assim como de menção a elas. Todavia, mesmo com a pouca presença feminina no acervo histórico da SUO e na imprensa, consegui ilustrar o retrato da atuação feminina no movimento operário de Rio Grande, e assim espero ter contribuído à constatação que as mulheres foram agente ativas de suas histórias, mesmo diante dos impasses apresentados no seu cotidiano em uma sociedade patriarcal.

O acervo da SUO e os jornais operários analisados aqui, demonstram a existência de empecilhos para o sexo feminino ocupar cargos de direção. Esses empecilhos podem ter diversas procedências: 1) a educação formal e informal feminina da época que buscava a desvincular da esfera pública. E, como pudemos analisar, o próprio ensino promovido pela SUO contribuía para essa desvinculação; 2) Ao não possuir referências femininas da direção da SUO, as mulheres poderiam internalizar que aquele espaço de decisões era exclusivamente masculino; 3) as carências das entidades de classe em representar o trabalho feminino, como no caso da greve das operárias em 1921 e 1930, das empresas Ítalo-brasileira e Sociedade Industrial Ltda, respectivamente; 4) uma possível divisão sexual na execução de tarefas desempenhadas pela SUO, visto que a maior presença de documentação que relaciona a mulher as tarefas culturais e educacionais; 5) conexão entre divisão sexual do trabalho e participação política, visto que as mulheres ao possuírem triplas jornadas de trabalho e receberem menos que os homens, possuem recursos desiguais que são fundamentais para a ocupação de cargos representativos/liderança: tempo e dinheiro (BIROLI, 2018, p. 23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meu objetivo de pesquisa foi analisar como a divisão sexual do trabalho se estruturou na Fábrica Rheingantz e como esse fenômeno ficou consolidado na memória das (os) trabalhadoras e dos empresários da empresa. Para isso explorei diferentes fontes: entrevistas orais, documentos do setor administrativo da indústria Rheingantz e o acervo documental da SUO, assim como jornais comerciais e operário.

A estrutura dos capítulos se desenvolveu a partir do almejo de abordar a divisão sexual do trabalho na Fábrica Rheingantz, as agências femininas no cotidiano do chão da fábrica e a participação das mulheres no movimento operário do município de Rio Grande (RS), em especial na SUO. Nesse sentido, os três capítulos dialogaram entre si e trouxeram um panorama de como ocorreu a introdução da mão de obra feminina no universo fabril Rheingantz.

Considera-se que a presença da mão de obra feminina na Fábrica Rheingantz não ocorreu sem particularidades (em relação a mão de obra masculina) e sem conflitos. As trabalhadoras encontraram uma série de dificuldades em suas trajetórias laborais: segregação ocupacional e dificuldades em acessar determinados benefícios sociais ofertados pela empresa.

A análise de entrevistas com trabalhadoras (es) que ocuparam diferentes cargos na fábrica Rheingantz: Soeli Botelho (tecelã), Margarida Soares Reais (tecelã), Dario Camposilvan (mestre de seção), Hilso Magalhães (contra-mestre de seção), Pedro Carlos Peixoto Júnior (desenhista técnico),

Aureo Nunes de Alemida (trabalhador da área da contabilidade), permitiu que eu pudesse visualizar como o gênero e a etnia moldaram as experiências de classe na empresa estudada.

Como viemos apontando até aqui, a divisão sexual do trabalho na fábrica Rheingantz não foi um fator estritamente econômico, desvincilhado da subjetividade das (os) trabalhadoras (es). Ao contrário, a segregação ocupacional e por ramo de produção foram justificados pela naturalização das habilidades humanas, constituindo a psique humana. As entrevistas com trabalhadoras (es) e empresários da fábrica Rheingantz corroboram para concluirmos que a própria mão de obra, juntamente com o patronato, justificava a divisão sexual do trabalho a partir das habilidades “naturais” femininas: “a mulher é mais ágil”, “a mulher produz mais que o homem”, “a tecelagem é um trabalho feminino”. Ao constituir o imaginário das (os) trabalhadoras (es), as relações de gênero hierárquicas também estavam presentes nas entidades de classe, como é o caso da SUO.

Todavia, esse processo de internalização não aconteceu sem conflitos. Ao passo que as narrativas masculinas relatavam que o trabalho de tecelã era realizado pelas mulheres por ser repetitivo e minucioso, as mulheres resistiram as formas de disciplinamento de seus corpos e comportamentos. O processo de resistência a essa nova psicologia do trabalho, que exploramos nos cadernos administrativos da fábrica, representam um conflito simbólico entre as classes, no qual as mulheres foram agentes históricos.

Os benefícios sociais cedidos ao operariado possuem um recorte de gênero, indicando que uma das formas de reposição da mão de obra da empresa era realizada a partir do incentivo ao casamento e a maternidade das operárias.

Falar de sindicato não se limita a abordar questões referentes a repressão e os conflitos sociais entre patronato e classe trabalhadora. As discussões desenvolvidas mostram a necessidade de abordarmos o poder inter-classe. Assim como elucida Castro (1995), na ambivalência sindical, estudar as formas de poder é analisar quais os sujeitos que tomam as decisões, quais temas integram a agenda de lutas sindical, além de quem fala

e representa a heterogeneidade de experiências que a classe trabalhadora vivência no mundo do trabalho (CASTRO, 1995, p. 32).

Todavia, apontar os empecilhos à participação feminina na luta sindical não significa abordar a ausência das mulheres na SUO. Mesmo diante desses impasses, as mulheres adentraram no movimento operário, construindo e mudando os rumos destes. Se as trabalhadoras não participassem do movimento operário, provavelmente denúncias como casos de abuso sexual não chegariam às reuniões do sindicato. A presença de sindicalização feminina levantada até aqui, em décadas diferentes, se mostra significativa, não podendo ser invisível a sua entrada nas fábricas e organismos políticos da classe trabalhadora. Assim como Fraccaro (2016) ressalta, foi o movimento das (os) trabalhadoras (es) que, organizados em greves, protestos, sindicatos, associações, que garantiram a legislação social referente ao trabalho feminino na década de 1930.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Entrevistas:

- BOTELHO, Soeli. Depoimento concedido em: 1981. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
- CAMPOLSILVAN, Dario. Depoimento concedido em: 1981. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
- MAGALHÃES, Hilso de Souza. Depoimento concedido em: 1888. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
- ROCHA, Margarida Reis. Depoimento concedido em: 1987. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
- PEIXOTO, Pedro Carlos Jr. Depoimento concedido em: 1984. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
- ALMEIRA, Aureo Nunes. Depoimento concedido em: 1987. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).
- RHEINGANTZ, Oscar. Depoimento concedido em: 1982. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

- RHEINGANTZ, Jacques. Depoimento concedido em: 1985. Acervo Fábrica Rheingantz, Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves, Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, n. 3, v. 2, p. 148-180, 2010.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro Revista**. Nº 23, p. 38-58, 2015.

ANGUES, Ignacio Fornos. “Morreram? Quem disse, se vivos estão”: a memória do massacre da linha do parque – Rio Grande/RS. Trabalho de Conclusão de Curso (**Licenciatura em História**) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre. **Métis: história e cultura**, n. 4, p. 181-224, 2003.

BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Porto Alegre: sulina, 2017.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil (1914-1940)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRITTO, Natalia Soares de Sá. Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS). Dissertação (**Mestrado em História**). Instituto de Ciências Humana e da Informação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2011.

BILHÃO, Isabel Aparecida. Identidade e trabalho: análise da construção dos operários porto-alegrense (1896 a 1920). 280 f. Tese (**Doutorado em História**). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, 2009.

_____. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas (SP): Unicamp, 2005.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: outras expressões, 2015.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: cortez, 2016.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFGM, 2015.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Scritta, 1995.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 8, p. 204-229, jun./dez., 2012.

FERREIRA, Cristiane. Nas tramas do cotidiano: experiências de jovens e mulheres trabalhadoras na indústria têxtil de Blumenau (1958-1968). In: **Estudos Históricos**, volume 29, número 59, set.-dez. de 2016. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, 1988.

_____. Os três apitos: memória coletiva e memória pública, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, RS, 1950-1970. Tese (**Doutorado em História**) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FERREIRA, M. L. M. Os fios da memória: a Fábrica Rheingantz, entre o passado, presente e patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 69-98, jan./jun., 2013.

FONTES, Paulo Roberto. **Trabalhadores da Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (SP), 1999.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L. **Historiografia e cidadania no Brasil**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo (Orgs). Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora UNICAMP, 1999..

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres – Organização social e a Legislação Trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. Tese

(Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (SP), 2016.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, (34): p. 157-186. Jun./Dez. 2004.

HIRATA, Helena. **O trabalho em domicílio na França e no Brasil**. IN: ABREU, Alice Rangel; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015.

IEPSEN, Eduardo. Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. Dissertação (**Mestrado em História**). Instituto de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008

KEHL, MARIA RITA. **Deslocamentos do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora e gráfica universitária – UFPel, 2001.

MATOSO, Caroline Duarte. **AS TRABALHADORAS: A fábrica Rheingantz e a mulher na formação da classe operária de Rio Grande (1950-1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso (**Licenciatura em História**) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2017.

MATTOS, Badaró Marcelo. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro: consequências, 2017.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo, **Boitempo**, 2018.

_____. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz, uma vila operária em Rio Grande – RS**. Dissertação (**Mestrado em História**). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. São Paulo: Paz e terra, 1981.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PETERSEN, Silvia Regina; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto; Hühn, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: editora UFRGS, 2004.

PIMENTA, Margareth Afeche; MARTINS, Solismar Fraga. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: o caso do município do rio grande (1874-1970). **Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, v. 6, p. 85-100.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**, v. 14, p. 25-39, 1997.

RABELO, M. Aurora. O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais. **História e perspectivas**, Uberlândia, v. 6, p. 67-88, Jan./Jun. 1992.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930).** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORY, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: contexto, 1997.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930).** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REZENDE, Vinicius Donizete de. **Tempo, trabalho e conflito social no complexo coureiro-calçadista de Franca-SP (1950-1980).** Tese (Doutoramento em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (SP), 2012.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista.** São Paulo: Expressão popular, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Expressão popular, 2005.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SBABO, Janaina Schaun. O ensino na história: a sociedade união operária e a sua ação político-educativa. **Revista Latinoamericana de História.** Vol. 2. nº.6, p 930 – 939, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. **A diretoria dos espíritos da classe: a Sociedade União Operária de Rio Grande (1893-1911).** Cadernos AEL, n. 10/11, p. 150-170, 1999.

SEGUNDO, Mário San. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande, 1949, 1950, 1952).** Porto Alegre: edição do autor, 2012.

SILVA, Fernando T. da. **Breve história de erros e bodes expiatórios**. In: FORTES, Alexandre (org.). História e perspectiva da esquerda. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Lorena Holzmann. Operários sem patrões – Estudo da gestão das cooperativas industriais Walling. Tese (**Doutoramento em História**) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (SP), 1992.

SILVA, Maria Amélia Gonçalves. Rompendo o silêncio: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande-Pelotas, (1890-1920). **Estudos Ibero-Americanos**. N. 2, v. XXII, p. 157-175, 1999.

SILVA, Vinagre Marlise. Diversidade Humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro (RJ), v. 9, n. 28, p. 51-63, Dez. 2011.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: p.281-300. Dez. 2007.

SOUZA-LOBO. Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

_____. Masculinidade, conflito e adesão: tensões identitárias entre os trabalhadores das minas de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 1940. **Artcultura**. Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 75-88, 2009.

TEIXEIRA, Oliveira Marilane. A Reforma Trabalhista e as mulheres. IN: TEIXEIRA, Oliveira Marilane; GALVÃO, Andrea [et al]. **Contribuição crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas (SO): CESIT/IE/Unicamp, p. 337, 2017.

THOMPSON. E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 2007.

VARGAS, Francisco; SANTOS, Rita de Cássia Grecco; VARGAS, Gabriela Caceres. Sociedade União Operária e a educação em Rio Grande/RS. **Momento**, v. 25, n. 2, p. 285-301, 2016.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLAGIO

Eu, Caroline Duarte Matoso, matricula nº 17105866 declaro para todos os fins que o texto em forma de (x) Dissertação de mestrado, intitulado AS MARIAS QUE TECEM OS AMANHÃS: fiando a existência e tramando a resistência na fábrica Rheingantz (Rio Grande, 1920 a 1968), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 29 de agosto de 2019.

Caroline D. Matoso

ASSINATURA